

Sumário

Número de notícias: 62 | Número de veículos: 48

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

GOVERNO FEDERAL FORMALIZA PROPOSTA DE REAJUSTE DE BENEFÍCIOS PARA SERVIDORES 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Representantes da Fazenda no Carf renunciam ao cargo 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal tem nova queda em novembro 8

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação de receitas tem queda de 0,39% 9

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita libera consulta a lote residual de restituição do IRPF 10

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

LOTE RESIDUAL RESTITUI R\$ 3,9 MILHÕES PARA 2,5 MIL CONTRIBUINTES 11

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal libera consulta a lote residual do Imposto de Renda 2023 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Zerar déficit é "um processo", diz ministro 13

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reformas ajudam nota do Brasil, mas dever de casa é grande (Editorial) 14

O POPULAR - GO - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova principal medida de receita de Haddad 16

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SENADO APROVA MP QUE ALTERA REGRA PARA BENEFÍCIOS DO ICMS E AUMENTA ARRECADAÇÃO 18

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado aprova MP da subvenção do ICMS 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MP das Subvenções vai à sanção 20

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senadores aprovam MP da subvenção 21

Quinta-Feira, 21 de Dezembro de 2023

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovada MP da subvenção do ICMS..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado aprova MP da subvenção..... 24

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento de 2024 deve ser votado hoje no Congresso: veja os principais entraves..... 25

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9..... 27

PORTAL R7 - NACIONAL - PORTAL CORREIO
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sebrae: crédito de R\$ 30 bi para pequenos..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sebrae viabiliza crédito de R\$ 30 bilhões para pequenos negócios..... 33

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma tributária está promulgada e é lei..... 35

O POPULAR - GO - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso promulga reforma tributária, a 1º desde a ditadura..... 38

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Alguns pontos da reforma tributária promulgada nesta quarta..... 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Enfim, reforma vira lei..... 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxa de risco menor empolga os políticos..... 44

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet: "Reforma das mulheres"..... 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária ajudará a construir um Brasil mais próspero (Artigo)..... 46

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que muda com a reforma tributária..... 48

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso promulga reforma tributária em sessão histórica..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com a reforma promulgada, desafio agora é debate sobre leis complementares..... 52

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma passa a valer..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve gerar alocação mais eficiente dos recursos..... 57

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova legislação tributária é promulgada..... 59

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafio agora será a regulamentação..... 60

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária brasileira é promulgada..... 61

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CONGRESSO PROMULGA REFORMA TRIBUTÁRIA APÓS MAIS DE 30 ANOS DE
DISCUSSÕES..... 62

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

'SISTEMA TRIBUTÁRIO ERA 'MANICÔMIO FISCAL', DIZ LIRA..... 63

A TARDE - SALVADOR - BA - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

A questão das apostas online e a regulamentação do jogo no Brasil (Artigo)..... 64

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso promulga reforma; desafio é a regulamentação..... 65

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setores terão tributação diferenciada..... 67

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso promulga reforma tributária e aguarda por leis complementares..... 68

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso abre caminho para BNDES captar recursos com isenção de IR para investidor
(BNDES)..... 69

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja o que ainda falta regulamentar na reforma tributária e quais são os próximos passos
..... 71

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Promulgada, Reforma Tributária ainda precisa de regulamentação para definir alíquota de novo
imposto

.....	73
O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Recuperar grau de investimento é uma meta tangível.....	75
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Com Reforma Tributária, estados desistem de aumentar ICMS em 2024.....	76
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma promulgada com alteração de última hora mantém tributação em cascata? Veja o que dizem especialistas.....	78
PORTAL R7 - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Depois de mais de 30 anos de discussão, Congresso promulga texto da reforma tributária.....	80
PORTAL R7 - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lula diz que reforma tributária não resolve todos os problemas, mas mostra compromisso com o povo.....	82
VALOR ONLINE - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Reformas ajudam nota do Brasil, mas dever de casa é grande.....	84
PORTAL R7 - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Congresso deve discutir fim da reeleição e reforma do Imposto de Renda em 2024, diz Pacheco.....	86
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária deve gerar alocação mais eficiente dos recursos.....	87
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Implementação será iniciada em 2026.....	89
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
"Otimistas" do PIB em 2024 apostam em Selic menor e emprego em alta.....	90
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
2024 tem potencial para ser grande ano para a renda fixa, diz BTG.....	92
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Economia vai andar em ritmo fraco no próximo ano, aponta FGV Ibre.....	94
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Maioria dos analistas não recomendou acelerar corte da Selic.....	96

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Salário mínimo deve subir para R\$ 1.412.....98

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO
ECONOMIA

Governo deve reajustar o mínimo para R\$ 1.412.....100

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

Segunda parcela do 13º salário deve injetar R\$ 106 bi na economia.....101

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PIB cai 1,4% em relação ao 2º trimestre.....102

GOVERNO FEDERAL FORMALIZA PROPOSTA DE REAJUSTE DE BENEFÍCIOS PARA SERVIDORES

GILBERTO COSTA AGÊNCIA BRASIL

O governo federal encaminhou formalmente ontem a proposta de reajuste de benefícios pagos aos **servidores públicos** federais. O termo formulado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) foi enviado a dez centrais sindicais e 20 entidades nacionais que participam da mesa nacional de negociação permanente com o governo e que representam mais de 1,2 milhão de funcionários públicos.

De acordo com a proposta, haverá aumento de 51,9% no auxílio-alimentação pago aos **servidores públicos** a partir de maio de 2024, que passa do valor atual de R\$ 658 para R\$ 1 mil. O governo ainda assegurou incremento no auxílio-creche, de R\$ 321 para R\$ 484,90; e o aumento na do auxílio-saúde, de R\$ 144,38 para "em torno de R\$ 215", segundo termos do MGI.

Os benefícios majorados serão pagos a partir de maio de 2024, data-base dos servidores. No próximo ano, não haverá reajuste salarial. O governo propõe correções de 4,5% em maio de 2025 e mais outros 4,5% em maio de 2026.

A categoria recebeu 9% de aumento em maio de 2023.

"Com isso, nós estamos garantindo que todos servidores, aposentados ou na ativa, tenham reajustes que somados totalizam 18%, percentual acima da **inflação** projetada de 16% para o período 2023-2026, portanto é um aumento real de salário", assinalou José Lopez Feijó, secretário de Relações de Trabalho do MGI.

Representantes da Fazenda no Carf renunciam ao cargo

**ELI ANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.coni.br
BRASÍLIA**

Audidores fiscais lotados nas três seções do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) articularam uma ação de renúncia coletiva ao mandato de conselheiros representantes da Fazenda Nacional, titulares e suplentes. A medida foi comunicada em uma carta dirigida ao presidente do colegiado, Carlos Higino, e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O **Carf** é um tribunal administrativo, que julga casos relativos ao pagamento de **impostos**. É vinculado ao Ministério da Fazenda e formado por representantes dos contribuintes e do governo de forma paritária. Assim, dos 80 conselheiros que representam a Fazenda no **Carf**, 48 auditores-fiscais da **Receita Federal** vão deixar os cargos.

A renúncia coletiva é uma resposta da categoria ao não cumprimento, por parte da União, de um acordo firmado em 2016 sobre o pagamento da remuneração variável da categoria. Trata-se de uma espécie de bônus de eficiência, que foi regulamentado em meados deste ano, mas os recursos orçamentários previstos são considerados baixos pelos auditores.

A categoria está em greve há mais de um mês, e a estimativa é que o **Carf** já deixou de julgar processos que ultrapassam R\$ 10,8 bilhões, quase 20% dos R\$ 54 bilhões esperados pelo governo no arcabouço fiscal. Mas ainda não há projeção sobre o que deixará de ser julgado em razão da renúncia coletiva.

O Sindifisco enfatizou que a iniciativa não está ligada à decisão da ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de aplicar uma multa de R\$ 1,35 milhão ao Sindicato, devido ao descumprimento de uma decisão que obrigava a manutenção de um quórum mínimo nas sessões do **Carf**. A medida, tomada por meio de liminar na semana passada, atinge diretamente a greve da categoria, que começou em 20 de novembro.

-A entrega dos mandatos dos conselheiros fazendários do **Carf** não decorre da decisão do STJ. É o resultado de sete anos de descumprimento de um acordo entre o Estado brasileiro e os auditores-fiscais. Esses colegas não se dispõem a exercer um mandato de tamanha responsabilidade sendo tratados dessa

forma pela União Federal -disse o presidente do Sindifisco, Isac Falcão.

R\$ 10,8 bilhões em processos que deixaram de ser julgados Montante se refere ao atraso em processos no período de greve da categoria de auditores fiscais

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arrecadação federal tem nova queda em novembro

Estevão Taiar

A arrecadação de **impostos** da União alcançou "um platô" no qual está desde agosto, afirmou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias. O indicador é considerado pela própria equipe econômica do governo federal o mais importante para o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal.

A arrecadação total da União alcançou R\$ 179,9 bilhões em novembro, queda de 0,39%, sempre em termos reais e na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo a Receita. No acumulado do ano, o indicador atingiu R\$ 2,08 trilhões, recuo de 0,66%.

Na entrevista coletiva para comentar os números, Malaquias destacou que fatores considerados atípicos e mudanças na legislação diminuíram a arrecadação exclusivamente administrada pela receita em R\$ 42,2 bilhões no acumulado deste ano. Se fossem descartados esses fatores, a arrecadação no período cresceria 2,9%, e não o 0,55% observados atualmente, de acordo com o especialista.

Em novembro especificamente, a arrecadação com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi um dos destaques negativos, recuando para R\$ 27,7 bilhões, queda de 14%. As receitas de ambos os **impostos** têm forte correlação com o desempenho da atividade econômica. "Cabe ressaltar que no mês de novembro de 2022 houve pagamentos atípicos de R\$ 2 bilhões [de IRPJ e CSLL]", disse a Receita. Já a arrecadação com Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos do trabalho caiu 8,7%, para R\$ 15 bilhões.

Nos cálculos de Ítalo Franca, economista do Santander, as receitas totais já livres de fatores sazonais recuaram 1,8% em novembro, na comparação com o mês anterior. Já na média móvel de três meses anualizada com ajuste sazonal a queda foi de 0,9%.

Em relatório, ele afirma que a desaceleração da atividade econômica e a queda nos preços das commodities devem impactar negativamente a

arrecadação nos próximos meses. De acordo com Franca, as perspectivas são de "resultados fracos" para receitas com IRPJ e CSLL, depois dos "excelentes resultados de 2022". Em sentido oposto, ele projeta melhora das arrecadações previdenciárias e ligadas ao mercado de trabalho. Para 2023, o economista calcula queda de 0,5% das receitas totais.

"A intensidade da desaceleração das receitas será um elemento essencial para a consolidação fiscal futura, principalmente diante da meta ambiciosa de resultado primário estabelecida para 2024", diz em inglês, lembrando que o arcabouço fiscal estabeleceu como objetivo um déficit zerado para o governo federal no ano que vem.

A projeção mediana do mercado é que a arrecadação do governo federal alcance R\$ 2,327 trilhões neste ano, segundo a edição mais recente do Prisma Fiscal, relatório divulgado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda. Em 2022, a arrecadação foi de R\$2,347 trilhões, em números já atualizados pela **inflação**.

Arrecadação da União alcançou "um platô" no qual está desde agosto Claudemir Malaquias

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231220/>

Arrecadação de receitas tem queda de 0,39%

A arrecadação total de receitas federais fechou o mês de novembro em R\$ 179,39 bilhões, informou hoje (20), em Brasília, o Ministério da Fazenda. O valor representa queda de 0,39% em relação a novembro de 2022, descontada a inflação medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Entre janeiro e setembro, o governo arrecadou pouco mais de R\$ 2,08 trilhões. O ministério disse que o valor apresenta acréscimo de 0,66%, descontado o IPCA - a inflação oficial do país.

Em relação às receitas administradas pela **Receita Federal**, o valor obtido em novembro atingiu R\$ 172.5 bilhões, representando decréscimo real de 0,52%. No período de janeiro a novembro, o governo alcançou R\$ 1,98 trilhão, registrando acréscimo real - medido pelo IPCA-de 0,55%.

Segundo o ministério, o resultado pode ser explicado, principalmente, por alterações na legislação tributária e por pagamentos atípicos, especialmente do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), tanto em 2022 quanto em 2023.

A pasta disse, ainda, que -descontados esses fatores - haveria crescimento real 2,9% no total obtido no período acumulado e um decréscimo real de 0,36% em novembro.

No mês, o IRPJ e a CSLL recolheram, no conjunto, R\$ 27,7 bilhões, representando decréscimo real de 13,98%.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/#page/6>

Receita libera consulta a lote residual de restituição do IRPF

IMPOSTO DE RENDA

A **Receita Federal** abriu para consulta mais um lote residual de restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) do mês de dezembro de 2023. O crédito bancário para 244.476 contribuintes será realizado no dia 28 de dezembro, no valor total de R\$ 370.453.244,97.

Desse total, R\$ 268.895.534,49 referem-se aos contribuintes que têm prioridade, sendo 4.314 idosos acima de 80 anos, 39.830 entre 60 e 79 anos, 4.945 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave, 8.831 cuja maior fonte de renda seja o magistério e, por fim, 93.584 contribuintes que receberam prioridade pelo uso da Declaração Pré-preenchida ou optado por receber a restituição via PIX. Foram contemplados ainda 92.972 contribuintes não prioritários. Para saber se a restituição está disponível, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet, clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". A página apresenta orientações e os canais de prestação do serviço, permitindo uma consulta simplificada ou uma consulta completa.

Site: <https://d24am.com/jornais/dez-minutos/21-12-2023/>

LOTE RESIDUAL RESTITUI R\$ 3,9 MILHÕES PARA 2,5 MIL CONTRIBUINTE

HEBERT BORGES REPÓRTER

A **Receita Federal** abriu para consulta mais um lote residual de restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) do mês de dezembro de 2023.

O crédito bancário vai beneficiar 2.553 contribuintes alagoanos, que, juntos, receberão R\$ 3.964.485.

Em todo o Brasil, serão beneficiados 244.476 contribuintes e o montante será no valor de R\$ 370.453.244,97. Desse total, R\$ 268.895.534,49 referem-se aos que têm prioridade, sendo 4.314 idosos acima de 80 anos, 39.830 entre 60 e 79 anos, 4.945 com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave, 8.831 cuja maior fonte de renda seja o magistério e, por fim, 93.584 contribuintes que receberam prioridade pelo uso da Declaração Pré-preenchida ou optado por receber a restituição via PIX. Foram contemplados ainda 92.972 contribuintes não prioritários.

Para saber se a restituição está disponível, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet, clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". A página apresenta orientações e os canais de prestação do serviço, permitindo uma consulta simplificada ou uma consulta completa da situação da declaração, por meio do extrato de processamento, acessado no e-CAC. Se identificar alguma pendência na declaração, o contribuinte pode retificar a declaração, corrigindo as informações que porventura estejam equivocadas.

A Receita disponibiliza, ainda, aplicativo para tablets e smartphones que possibilita consultar diretamente nas bases da **Receita Federal** informações sobre liberação das restituições do IRPF e a situação cadastral de uma inscrição no CPF.

O pagamento da restituição é realizado na conta bancária informada na Declaração de Imposto de Renda, de forma direta ou por indicação de chave PIX. Se, por algum motivo, o crédito não for realizado (por exemplo, a conta informada foi desativada), os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Nesse caso, o cidadão poderá reagendar o crédito dos valores de forma simples e rápida pelo Portal BB, acessando o endereço ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729- 0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição no prazo de 1 (um) ano, deverá requerê-lo pelo Portal e-CAC, disponível no site da **Receita Federal**, acessando o menu **Declarações e Demonstrativos Meu Imposto de Renda** e clicando em "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária".

Receita Federal libera consulta a lote residual do Imposto de Renda 2023

A **Receita Federal** abriu, nessa quarta-feira (20/12), consulta mais um lote residual de restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) do mês de dezembro de 2023. Um total de 244.476 contribuintes deverá receber o crédito bancário, que será realizado no dia 28 de dezembro. O valor do investimento é de R\$ 370.453.244,97.

Desse total, R\$ 268.895.534,49 referem-se aos contribuintes que têm prioridade. São 4.314 idosos acima de 80 anos, 39.830 entre 60 e 79 anos, 4.945 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave e 8.831 cuja maior fonte de renda seja o magistério. Outros 93.584 contribuintes que receberam prioridade pelo uso da Declaração Pré-preenchida ou optado por receber a restituição via PIX. Foram contemplados ainda 92.972 contribuintes não prioritários. O pagamento da restituição é realizado na conta bancária informada na Declaração de Imposto de Renda, de forma direta ou por indicação de chave PIX.

O pagamento da restituição é realizado na conta bancária informada na Declaração de Imposto de Renda, de forma direta ou por indicação de chave PIX. Se o crédito não for realizado, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Neste caso, o cidadão

poderá reagendar o crédito dos valores de forma simples e rápida pelo Portal BB, acessando o endereço ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos). Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição no prazo, deverá requerê-lo pelo Portal e-CAC.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/21-12-2023-edicao24729/>

Zerar déficit é "um processo", diz ministro

Guilherme Pimenta

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira (20) que a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024 é um "processo", e voltou a indicar que poderá tomar novas medidas para alcançar o objetivo. A declaração ocorreu logo após a Medida Provisória das subvenções ser aprovada pelo Senado.

As novas regras, que agora seguem para sanção do Planalto, podem gerar uma arrecadação de até R\$ 35 bilhões em 2024.

"Precisamos aguardar que as projeções da Receita e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional se concretizem", disse. "A **Receita Federal** faz um trabalho técnico, não inventa número. Preciso confiar na projeção deles. Podem errar? Podem", disse o ministro. "Se estiverem errados para mais, melhor. Antecipamos a meta. Se estiverem para menos, terei de tomar providências. É assim que funciona", indicou o ministro.

Quando enviou o Orçamento de 2024 ao Congresso em agosto, o governo apontou que precisava de R\$ 168 bilhões em receitas extras, condicionadas a medidas ainda não aprovadas, para zerar o déficit em 2024. Com exceção do projeto que tributa apostas esportivas, que tem uma projeção de arrecadação inferior a R\$ 2 bilhões, todos os outros textos foram chancelados pelo Parlamento.

No final de outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a meta de 2024 não precisaria ser zero, já que o governo não quer contingenciar despesas no próximo ano. Haddad, então, iniciou uma disputa dentro do governo para convencer Lula de que era importante continuar buscando o equilíbrio fiscal.

Na terça-feira, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 foi aprovada pelo Congresso com a meta de déficit zero no próximo ano, com um limite de contingenciamento de R\$ 23 bilhões. Ainda assim, especialistas em contas públicas e setores do governo afirmam que ela não será cumprida - o que pode levar a uma mudança da meta em março.

"Quando termina bem o ano com as coisas digeridas, compreendidas, podemos comemorar os bons resultados", afirmou Haddad aos jornalistas. "Não é só o governo comemorando. O mercado está reconhecendo, as agências de risco, os indicadores, o risco país, o dólar, o juro futuro, tudo se comportando

melhor", disse. "A gente colocando ordem, o empresário vai lucrar mais, o consumidor vai consumir mais, o governo terá mais recursos para investir. Isso gera um círculo virtuoso no país, é o que estamos buscando", afirmou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231220/>

Reformas ajudam nota do Brasil, mas dever de casa é grande (Editorial)

O Brasil ficou mais perto do grau de investimento - o "selo" de bom pagador - ao ter sua nota de crédito soberano elevada pela empresa de rating S P. É uma boa notícia - faltam dois degraus para que o país volte a ter a posição que conquistou em 2008, no segundo governo Lula, e perdeu em 2015, sob gestão da presidente Dilma Rousseff. A aprovação da **reforma tributária** foi o marco que impulsionou a promoção. Nas justificativas para a melhoria da nota, a S P também listou obstáculos que tornam o retorno do país ao grau de investimento uma empreitada difícil. Dois pontos pesam especialmente contra: dívida muito alta e baixo crescimento.

Ao elogiar a **reforma tributária** como mais um passo no caminho do "histórico de pragmatismo político", a decisão traça um continuum de reformas que atravessaram os últimos governos, como a trabalhista, a previdenciária e a autonomia do Banco Central. O governo Lula comemorou a decisão, atribuindo-a à **reforma tributária**, uma mudança histórica, qualitativa e estrutural do sistema de **impostos**. Não poderia ir muito além dessa explicação, porém, porque o PT votou contra todas as outras medidas.

A distância do grau de investimento se mede pela continuidade dos problemas que tolhem o crescimento do país. "O componente ausente tem sido a falta de progresso para lidar com os gastos grandes, rígidos e ineficientes do governo", registra a S P. Quando o Brasil obteve grau de investimento em 2008, lembrou Manuel Orozco, diretor da S P, a dívida líquida era de 45% do **PIB**. Pelas estimativas da empresa, ela chegará a 67% em 2026. "Mesmo assumindo que a situação microeconômica seja melhor hoje que em 2008, em função das reformas feitas, o Brasil ainda assim precisaria de uma situação fiscal melhor do que a que tem", disse. O país, segundo a S P, tem demonstrado um progresso "lento e desigual" na resolução de seus desequilíbrios fiscais e econômicos.

A correção dos desajustes fiscais continua problemática hoje. O governo Lula "tem enviado sinais divergentes" sobre o compromisso com o novo regime fiscal. Como os analistas domésticos, a S P projeta déficits nos próximos dois anos.

Além disso, o governo tem procurado evitar cortes de gastos e preferido aumento de receitas, que terá algum grau de frustração. A recuperação de voto do

desempate no **Carf** terá resultados "difíceis de se prever", assim como os efeitos dos benefícios do ICMS na base tributável federal, pois haverá "cautela" no tratamento da questão - o texto-base da MP que trata do assunto foi aprovado ontem pelo Senado, faltando avaliar destaque que propõe o fim da retroatividade do litígio.

Para a S P, a forte posição externa do país e a credibilidade da política monetária atenuaram o fraco desempenho fiscal. A política apertada do BC foi capaz de conter a **inflação** e trazê-la de volta para os intervalos definidos pelo regime de metas, apesar das inúmeras contrariedades manifestas em público do presidente Lula e do PT em relação à atuação da autoridade monetária. "A autonomia obtida pelo Banco Central em 2021 tem lhe permitido resistir às pressões políticas e manter a política monetária restritiva", constata a S P.

A boa posição externa do Brasil praticamente não se alterou desde 2008. A composição da dívida, segundo a S P, "mitiga" os riscos da alta carga de endividamento. A dívida interna é inteiramente expressa na moeda local e a parcela nas mãos de não residentes não ultrapassa hoje 10% dos débitos do governo central. A dívida emitida pelas empresas do setor público é inferior a 10% do **PIB**, um "risco limitado", ao contrário dos precatórios potenciais, que, ao redor de 20% do **PIB**, são "passivo contingente significativo". O déficit em conta corrente é baixo - estimativa de 2% do **PIB** entre 2023-2026 - e totalmente financiado por investimento direto. As reservas de US\$ 368 bilhões são tranquilizadoras.

O baixo crescimento da economia dificulta a obtenção do equilíbrio fiscal. Pelos cálculos da S P, a tendência do crescimento médio per capita em 10 anos é de 1,5%, "abaixo da tendência dos governos soberanos na mesma categoria de **PIB**". Segundo Orozco, "o **PIB** per capita, em termos reais, deve chegar em 2024 ao mesmo nível de 2010. Isso mostra a grande dificuldade do Brasil em crescer".

Para o diretor sênior da agência, Sebastian Briozzo, houve surpresa positiva com o crescimento de 3% que deverá se materializar em 2023, mas isso deveria ser algo corriqueiro e não excepcional. "Não deveria ser algo fora do normal para um país com um **PIB** per capita de US\$ 10 mil.

Com a estrutura atual fica difícil o Brasil crescer uns bons anos a 3%, e esse é o desafio", afirmou.

A agência prevê desaceleração da economia, que deve sofrer ainda impacto do menor nível de atividade global. O Brasil deve crescer 1,5% no ano que vem e ter ligeira recuperação para 2% nos dois anos seguintes, nível inferior a países com nível semelhante de desenvolvimento. Enquanto isso, projeta "correção fiscal muito gradual" e permanência de um déficit fiscal elevado. A dívida pública líquida brasileira deve subir de 52,3% do **PIB** no ano passado para perto de 67% em 2026.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231220/>

Senado aprova principal medida de receita de Haddad

O plenário do Senado aprovou nesta quarta (20) a MP (medida provisória) que altera regras para benefícios do ICMS e aumenta a arrecadação federal. A medida, que agora segue para a sanção presidencial, era a principal aposta do Ministério da Fazenda na reta final do ano para elevar as receitas em 2024 e reduzir o déficit nas contas públicas.

O texto-base da MP foi aprovado por 48 votos a 22. Em uma vitória do governo, o Senado ainda rejeitou o pedido de parlamentares da oposição para limitar regras apenas a novas subvenções -ou seja, eliminar o efeito retroativo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), acompanhou a votação desta quarta no plenário do Senado. Após a aprovação, ele afirmou à imprensa que a estimativa de arrecadação em 2024 estava mantida em R\$ 35 bilhões, apesar das mudanças feitas pelo Congresso.

"A **Receita Federal** faz um trabalho técnico. Ela não inventa números. Ela tem os algoritmos dela, ela tem os especialistas dela, que fazem isso há anos. Eu tenho que me fiar na projeção deles. Eles podem errar? Podem. Se eles estiverem errados para mais, melhor. Eu antecipo a meta. Se eles estiverem errados para menos, eu vou ter que tomar providências. É assim que funciona." A MP aprovada permite ao governo federal tributar, a partir de 2024, o aumento de lucro gerado por incentivos fiscais de ICMS (um imposto estadual) concedidos às empresas quando esses benefícios não estiverem ligados a investimentos.

Hoje, como acabam pagando menos imposto estadual ao receberem o incentivo, as empresas têm um ganho maior -e, para não recolher **tributos** sobre esse valor extra, elas o excluem da base de cálculo de **impostos** e contribuições federais (na prática, estendendo o benefício estadual ao nível federal).

As empresas atualmente deduzem praticamente todos os incentivos do ICMS do cálculo de IRPJ, CSLL e PIS/Cofins. Elas, inclusive, usam a estratégia não só quando o benefício está ligado a investimentos, mas também quando está voltado a outros tipos de despesas (ampliando ainda mais o lucro).

São esses descontos que a MP regula. O texto libera

um crédito fiscal às empresas apenas de 25% de IRPJ sobre o valor concedido pelos estados, e desde que para ações ligadas a investimentos.

O relator do texto na comissão, o deputado federal Luiz Fernando Faria (PSD-MG), também estendeu ao setor de comércio a possibilidade de geração de créditos fiscais em decorrência de investimentos.

Para garantir a aprovação no Senado, o governo precisou costurar um último acordo nesta quarta e ampliar o prazo de pagamento dos valores não recolhidos pelas empresas nos últimos anos. Para destravar a votação, Haddad já havia concordado em aumentar o desconto de 65% para 80%. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), anunciou que a equipe econômica havia se comprometido a ampliar o prazo de pagamento do saldo restante de 12 meses para 60 meses mediante projeto de lei ou MP.

Haddad, no entanto, disse que o governo vai avaliar se o prazo pode ser estendido no âmbito da transação.

O relator também incorporou ao texto o conteúdo de outro projeto defendido pela Fazenda, que corta benefícios tributários do JCP (juro sobre capital próprio, remuneração paga por empresas a acionistas). Nesse caso, ele também desidratou a proposta original do governo -que previa inicialmente uma arrecadação de R\$ 10 bilhões.

Pelo texto de Haddad, ficaria vedada a partir de 2024 a dedução do JCP na apuração do chamado lucro real (ao qual é aplicada a tributação) e da base de cálculo da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

A versão do Congresso mantém a dedutibilidade prevista hoje na lei -mas limita o alcance do que pode ser remunerado a título de JCP.

ACORDO

O acordo que levou à votação da MP - que estava emperrada devido ao cenário político - passou pela derrubada de vetos do presidente Lula (PT) ao arcabouço fiscal e ao marco das garantias, pela aprovação da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados, e pela execução de emendas parlamentares.

O governo teve que empreender um esforço intenso pela matéria visto que até mesmo senadores da base anunciavam votar contra a medida. O senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que é empresário, reconheceu o esforço de Haddad, mas disse que os empresários não tinham condição de colocar uma "mudança brusca como essa" no fluxo de caixa.

"Todas as empresas e estados, quando lançam um programa, vão em cima de uma regra, de um contrato, que é feito no estado e até mesmo no município. Mudar essa regra, da forma que está mudando traz muita insegurança jurídica e pode ser, a meu modo de ver, um tiro no pé", disse.

Os ministros da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD), e dos Transportes, Renan Filho (MDB), reassumiram as mandatos nesta quarta para participar da votação depois que os suplentes - Margareth Buzetti (PSD-MT) e Fernando Farias (MDB-AL) respectivamente - ameaçaram votar contra. (Folhapress)

"

Mudar essa regra, da forma que está mudando traz muita insegurança jurídica e pode ser, a meu modo de ver, um tiro no pé"

Vanderlan Cardoso (PSD), senador, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Ministro da Fazenda. Fernando Haddad (PT) acompanhou votação no Senado

Site: <https://opopular.com.br/digital/21-dezembro-2023/1o-caderno>

SENADO APROVA MP QUE ALTERA REGRA PARA BENEFÍCIOS DO ICMS E AUMENTA ARRECADAÇÃO

THAÍSA OLIVEIRA E IDIANA TOMAZELLI FOLHAPRESS

O plenário do Senado aprovou ontem medida provisória que altera regras para benefícios do ICMS e aumenta a arrecadação federal. A medida, que agora segue para a sanção presidencial, era a principal aposta do Ministério da Fazenda na reta final do ano para elevar as receitas em 2024 e reduzir o déficit nas contas públicas.

O texto-base da MP foi aprovado por 48 votos a 22.

Em uma vitória do governo, o Senado ainda rejeitou o pedido de parlamentares da oposição para limitar as regras apenas a novas subvenções -ou seja, eliminar o efeito retroativo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), acompanhou a votação desta quarta no plenário do Senado. Após a aprovação, ele afirmou à imprensa que a estimativa de arrecadação em 2024 estava mantida em R\$ 35 bilhões, apesar das mudanças feitas pelo Congresso.

"A **Receita Federal** faz um trabalho técnico. Ela não inventa números. Ela tem os algoritmos dela, ela tem os especialistas dela, que fazem isso há anos. Eu tenho que me fiar na projeção deles.

Eles podem errar? Podem. Se eles estiverem errados para mais, melhor. Eu antecipo a meta. Se eles estiverem errados para menos, eu vou ter que tomar providências. É assim que funciona." A MP aprovada permite ao governo federal tributar, a partir de 2024, o aumento de lucro gerado por incentivos fiscais de ICMS concedidos às empresas quando esses benefícios não estiverem ligados a investimentos.

Senado aprova MP da subvenção do ICMS

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) da subvenção do ICMS, principal aposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para levantar receitas extras em 2024 e, com isso, tentar cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas. Foram 48 votos a favor e 22 contra. Após a análise de destaques - tentativas de mudança no texto-base -, a proposta vai para sanção presidencial.

A aprovação da MP ocorre após uma série de impasses que travaram a análise no Senado na terça-feira (19). Haddad acompanhou a votação no plenário. Após deixarem a sessão de promulgação da **reforma tributária**, os integrantes da equipe econômica foram conversar com senadores.

Partidos como MDB, PSD, PT, PDT e PSB apoiaram a MP. Já a oposição, representada por PL, Republicanos e Novo, orientou os senadores a rejeitarem a proposta. A expectativa da Fazenda é arrecadar R\$ 35,3 bilhões em 2024 com a proposta. A MP restringe o uso de benefícios fiscais por parte de grandes empresas, o que fará com que essas companhias recolham mais **impostos** à União. (AE)

Site: <https://digital.jornalnh.com.br>

MP das Subvenções vai à sanção

O Senado aprovou, ontem, a medida provisória (MP) que muda as regras de subvenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas. Em votação nominal no Plenário, os senadores aprovaram o texto com 48 votos favoráveis contra 22. A matéria segue para sanção presidencial.

A MP é a principal aposta do governo para aumentar a arrecadação, depois que os parlamentares derrubaram o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à desoneração da folha de pagamento.

Com a medida, a expectativa do Ministério da Fazenda é aumentar a arrecadação em R\$ 35 bilhões em 2024, recursos fundamental para cumprir a meta de zerar o déficit nas contas públicas no próximo ano, conforme previsto no arcabouço fiscal.

O texto aprovado no Plenário do Senado não sofreu alterações em relação ao que passou pela Câmara dos Deputados. Por se tratar de medida provisória, a matéria não pode sofrer vetos do presidente Lula.

A nova norma suspende a concessão, pelos estados, de incentivos financeiros a empresas por meio de descontos de **tributos** federais - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Esse benefício era usado como forma de estimular a modernização e a produtividade do setor privado. Pela regra, o valor economizado com o não pagamento de alguns **impostos** deveria ser revertido em melhorias nas empresas.

Entretanto, o governo defendeu a mudança desse sistema porque, desde 2017, as empresas estão usando o benefício com as despesas do dia a dia, chamadas de custeio, que não geram emprego, mas ajudam a melhorar os resultados das companhias.

A MP estabelece que os descontos nos **impostos** federais sejam concedidos somente no caso de as empresas comprovarem que a destinação da subvenção vai para melhorias internas, contribuindo com a geração de empregos.

A partir da promulgação, para receber o benefício, a empresa será tributada normalmente e, em até dois anos, será ressarcida em 25% do IRPJ, caso comprove que utilizou o desconto da forma correta. Em relação aos empresários que deixaram de pagar os **impostos** nos últimos anos e que tiveram esses valores reivindicados pela Fazenda na Justiça, o governo concedeu um desconto de 80%, que pode ser

parcelado em até 60 meses.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com a possibilidade de derrota do texto, foi ao plenário minutos antes da aprovação. Ele afirmou que uma resolução da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) esclarecerá que não haverá tributação do crédito presumido no âmbito da MP. Haddad explicou, ainda, que a resolução da PGFN também deve regulamentar o parcelamento.

Ao ser questionado se há expectativa de arrecadação em relação ao estoque a ser regularizado, o ministro garantiu que "nunca foi nossa [do governo] intenção", mas disse que é possível recuperar 20% dos R\$ 90 bilhões do estoque.

Porém, "para receber esse recurso, há outra rodada de embate" junto às empresas. (AB e AM)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/21/all.pdf>

Senadores aprovam MP da subvenção

O Senado aprovou ontem a medida provisória (MP) da subvenção do ICMS, principal aposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para levantar receitas extras em 2024 e, com isso, tentar cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas ano que vem.

Foram 48 votos a favor e 22 contra. Partidos como MDB, PSD, PT, PDT e PSB apoiaram a medida, enquanto PL, Republicanos e Novo orientaram os senadores a votar não. A proposta vai agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A expectativa da Fazenda é arrecadar R\$ 35,3 bilhões em 2024.

A MP trata de incentivos de ICMS concedidos pelos Estados. Em função de uma lei de 2017, as empresas passaram a abater esses benefícios da base de cálculo de **tributos** federais. Pela proposta, os benefícios só poderão ser abatidos dos **impostos** federais quando estiverem ligados a investimentos, e não a despesas correntes.

Site: https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20231221&_gl=1*10hsibj*_gcl_au*MTcxNjUzNDA0My4xNzAyMTA5MDAx#page/40

Aprovada MP da subvenção do ICMS

BRASÍLIA Agência Estado

O Senado aprovou ontem a medida provisória da subvenção do ICMS, principal aposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para levantar receitas extras em 2024 e, com isso, tentar cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas. Foram 48 votos a favor e 22 contra.

Pela MP, as empresas não poderão mais retirar da base de cálculo dos **impostos** federais (CSLL e IRPJ) os benefícios fiscais (subvenções) relativas ao ICMS concedidos pelos Estados. A MP agora vai a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O clima era de "guerra de nervos" nas negociações de bastidores no Senado. Haddad passou parte do dia telefonando e mandando mensagens para os senadores críticos à proposta, para que ela pudesse ser votada ontem. Vários pontos haviam travado a análise da proposta na véspera. Haddad acompanhou a votação no plenário.

Depois de deixarem a sessão de promulgação da **reforma tributária**, o ministro e integrantes da equipe econômica ainda foram conversar com senadores em uma antessala da presidência do Senado. Haddad reuniu-se com o senador Laércio Oliveira (PP-SE). Depois, acompanhado do secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, deixou a sala e foi para o plenário do Senado conversar com Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo na Casa.

Haddad já perdeu cerca de R\$ 20 bilhões com a derrubada pelo Congresso do veto presidencial ao projeto da desoneração da folha de pagamento para 17 setores e prefeituras. Com a MP, a expectativa da Fazenda é de arrecadar R\$ 35,3 bilhões em 2024. Alguns dos interlocutores de Haddad chegaram a dizer que, pela sua fala, ficava a impressão de que o potencial de arrecadação da medida seria muito maior.

Durante a votação, partidos como MDB, PSD, PT, PDT e PSB apoiaram a MP. Já a oposição, representada por PL, Republicanos e Novo, orientou os senadores a rejeitarem a proposta. O PP, por sua vez, liberou a bancada para votar como quisesse. A expectativa da Fazenda é arrecadar R\$ 35,3 bilhões em 2024 com a proposta.

A MP restringe o uso de benefícios fiscais por parte de grandes empresas, o que fará com que essas companhias recolham mais **impostos** à União.

Site: <http://www.oliberaldigital.com.br/>

Senado aprova MP da subvenção

**IANDER PORCELLA FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA /
COLABOROU ADRIANA FERNANDES/BRASÍLIA**

O Senado aprovou ontem a medida provisória da subvenção do ICMS, principal aposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para levantar receitas extras em 2024 e, com isso, tentar cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas. Foram 48 votos a favor e 22 contra.

Pela MP, as empresas não poderão mais retirar da base de cálculo dos impostos federais (CSLL e IRPJ) os benefícios fiscais (subvenções) relativos ao ICMS concedidos pelos Estados. A MP agora vai a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O clima era de "guerra de nervos" nas negociações de bastidores no Senado. Haddad passou parte do dia telefonando e mandando mensagens para os senadores críticos à proposta, para que ela pudesse ser votada ontem.

Vários pontos haviam travado a análise da proposta na véspera. Haddad acompanhou a votação no plenário.

Depois de deixarem a sessão de promulgação da reforma tributária, o ministro e integrantes da equipe econômica ainda foram conversar com senadores em uma antessala da presidência do Senado.

Haddad reuniu-se com o senador Laércio Oliveira (PPSE).

Depois, acompanhado do secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, deixou a sala e foi para o plenário do Senado conversar com Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo na Casa.

Haddad já perdeu cerca de R\$ 20 bilhões com a derrubada pelo Congresso do veto presidencial ao projeto da desoneração da folha de pagamento para 17 setores e prefeituras.

Com a MP, a expectativa da Fazenda é de arrecadar R\$ 35,3 bilhões em 2024.

Alguns dos interlocutores de Haddad chegaram a dizer que, pela sua fala, ficava a impressão de que o potencial de arrecadação da medida seria muito maior.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Orçamento de 2024 deve ser votado hoje no Congresso: veja os principais entraves

O relatório final do Orçamento da União de 2024 deve ser submetido hoje ao Congresso Nacional, que vai definir como serão as despesas públicas no ano que vem. Antes, provavelmente ainda de manhã, o texto será votado na Comissão Mista de Orçamento. No documento, o relator da Lei Orçamentária (LOA) de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), prevê gastos de R\$ 5,5 trilhões, segundo a Câmara dos Deputados.

Apesar de o principal entrave para a votação do Orçamento ter sido superada anteontem, com a aprovação da Lei Nacional de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024, outros obstáculos para a aprovação ainda permaneciam em negociação ontem, como os recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, o fundo eleitoral em um ano de eleições municipais e as emendas parlamentares

A LDO estabeleceu as bases para o desenho do Orçamento de 2024. Entre elas está a meta fiscal de déficit zero, com um folego de até R\$ 28 bilhões em déficit. O relator da LDO de 2024, deputado Danilo Forte (União-PB), retirou um dos entraves ao acatar a proposta do governo Luiz Inácio Lula da Silva de limitar a R\$ 23 bilhões o bloqueio de despesas no Orçamento do ano que vem.

Mas a manutenção da meta fiscal zero contrariou a pressão da ala política, que, em ano eleitoral, deseja turbinar obras, especialmente as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e evitar bloqueios orçamentários que tenham impactos em ações do governo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse no início da semana que tomará novas medidas de arrecadação se for necessário. O governo prevê uma necessidade de ganhar até R\$ 168 bilhões para alcançar a meta.

PAC divide relator e governo

Para fechar as contas, o relator do Orçamento, deputado deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), cortou quase um terço do valor original das verbas do PAC, passando de R\$ 61,3 bilhões para R\$ 44,3 bilhões. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou ontem que

integrantes de sua pasta vão se reunir com o relator, na tentativa de preservar os investimentos do PAC, um dos projetos mais caros ao presidente Lula.

Motta confirmou o encontro, mas avisou que caberá ao governo dizer de onde sairá o dinheiro:

- Soltamos um primeiro relatório tirando 30% do PAC. O governo vai nos enviar de onde faremos essa recomposição. Essa recomposição será parcial. Faremos uma reengenharia com os nossos consultores para saber de onde tirar esse valor.

Outra vitrine do governo, o Minha Casa Minha Vida teve os valores previstos reduzidos: eram R\$ 13 bilhões e agora são R\$ 8,9 bilhões.

Fundo eleitoral em ano de eleição

O relator propôs gastos de R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral para as eleições municipais, que acontecem no próximo ano, valor semelhante ao destinado às eleições de 2022, que envolveu bem mais cargos em disputa: presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

O valor é apoiado pela cúpula da Câmara, o que inclui o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e a maior parte dos líderes partidários, além também de contar com o endosso da maioria dos presidentes de partidos, o que dificulta qualquer proposta do governo para cortar o montante. Inicialmente o governo chegou a sugerir R\$ 900 milhões para as disputas de 2024.

Os R\$ 4,9 bilhões devem sair das emendas parlamentares de bancada estaduais, que são distribuídas entre todos os membros do Congresso. Por isso, parlamentares que não pretendem disputar as eleições municipais e são mais dependentes das emendas de bancada estadual, por não terem influência no Congresso e não apadrinharem emendas de ministérios, são contra o fundo desse tamanho. Preferem preservar as emendas.

Uma ala do Senado, que costuma ter menos participação nas eleições municipais que os deputados, também resiste ao valor. Pelos críticos, o fundo não passaria de para o fundo ficaria em torno de R\$ 2,5 bilhões, o que representaria uma correção pela **inflação** do valor praticado nas eleições municipais de

2020.

Emendas elevadas a R\$ 53 bi

Enquanto fez cortes em áreas de interesse do governo, como os investimentos do PAC e do Minha Casa Minha Vida, o relator do Orçamento elevou o montante para emendas parlamentares a R\$ 53 bilhões , como revelou O GLOBO.

De acordo com o relatório de Motta, R\$ 16 bilhões desses recursos irão para as chamadas emendas de comissão. Inicialmente, a previsão era de que esse tipo de emenda ficasse em torno de R\$ 11 bilhões.

Um dos remanejamentos, por exemplo, retirou R\$ 1,9 bilhão de obras do PAC para destinar a ações tocadas pelo Ministério das Cidades, como a pavimentação de vias em municípios pequenos que são redutos eleitorais dos parlamentares.

Um levantamento feito pelo GLOBO demonstrou que, nos últimos 10 anos, as emendas parlamentares dobraram. Em 2014, último ano em que as emendas não precisaram ser obrigatoriamente pagas pelo governo, congressistas tinham direito a R\$ 26 milhões, em valores corrigidos pela inflação. No ano que vem, cada um terá direito, em média, a R\$ 58 milhões.

O relator propõe que, em 2024, R\$ 53 bilhões sejam destinados para 7.900 emendas parlamentares individuais, de bancadas estaduais e de comissões, além de restringir o cancelamento de emendas individuais e coletivas para abertura de créditos suplementares, aponta a Agência Câmara de Notícias.

Essa quantia (R\$ 53 bilhões) para emendas está acima do indicado na LDO, que prevê cerca de R\$ 48 bilhões em emendas parlamentares, sendo R\$ 37 bilhões de pagamento obrigatório.

Entre os ministérios que mais ganharam verba estão os do Turismo (+749%) e do Esporte (+321%), que apresentam maior volume de emendas. Na contramão, o Ministério das Cidades teve 11% de redução nos recursos enquanto o dos Transportes perdeu 7%.

Salário mínimo

O texto final do relator propõe um salário mínimo (que rege os benefícios de aposentados e pensionistas do INSS) de R\$ 1.421.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/21/orcamento-de-2024-deve-ser-votado-hoje-no-congresso-veja-os-principais-entraves.ghtml>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9

Publicado em 21/12/2023 - 07:03
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (21) a parcela de dezembro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 9. Pelo terceiro mês seguido, o benefício tem um adicional para mães de bebês de até seis meses de idade.

Chamado de Benefício Variável Familiar Nutriz, o adicional corresponde a seis parcelas de R\$ 50 para garantir a alimentação da criança. Com o novo acréscimo, que destina R\$ 20 milhões a 420 mil mães neste mês, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome informa que está concluída a implementação do novo Bolsa Família.

Além do novo adicional, o Bolsa Família paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 680,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,06 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,25 bilhões.

Desde julho, passou a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Com base no cruzamento de informações, 190 mil famílias passaram a fazer parte do programa em dezembro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, 2,85 milhões de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Regra de proteção

Cerca de 2,47 milhões de famílias estão na regra de proteção em dezembro. Em vigor desde junho, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,39.

Reestruturação

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. Em dezembro, o calendário é antecipado, e as parcelas são liberadas antes do Natal. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quinta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 9. O valor caiu para R\$ 104, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,3 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição e da medida provisória do Novo Bolsa Família, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg até o fim do ano.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no

CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-9>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9

Portal Correio

/
por

Portal Correio

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (21) a parcela de dezembro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 9. Pelo terceiro mês seguido, o benefício tem um adicional para mães de bebês de até seis meses de idade.

Chamado de Benefício Variável Familiar Nutriz, o adicional corresponde a seis parcelas de R\$ 50 para garantir a alimentação da criança. Com o novo acréscimo, que destina R\$ 20 milhões a 420 mil mães neste mês, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome informa que está concluída a implementação do novo Bolsa Família.

Além do novo adicional, o Bolsa Família paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 680,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,06 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,25 bilhões.

Desde julho, passou a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Com base no cruzamento de informações, 190 mil famílias passaram a fazer parte do programa em dezembro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Desde março, 2,85 milhões de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Cerca de 2,47 milhões de famílias estão na regra de proteção em dezembro. Em vigor desde junho, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,39.

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. Em dezembro, o calendário é antecipado, e as parcelas são liberadas antes do Natal. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

O Auxílio Gás também será pago nesta quinta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 9. O valor caiu para R\$ 104, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,3 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição e da medida provisória do Novo Bolsa Família, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg até o fim do ano.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada

(BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Receba todas as notícias do Portal Correio no WhatsApp

O post Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9 apareceu primeiro em Portal Correio - Notícias da Paraíba e do Brasil .

Site: <http://noticias.r7.com/cidades/portal-correio/caixa-paga-novo-bolsa-familia-a-beneficiarios-com-nis-de-final-9-21122023>

Sebrae: crédito de R\$ 30 bi para pequenos

Raphael Pati*

O acesso ao crédito para os micro e pequenos empreendedores (MPE) pode ser facilitado no ano que vem. Isso porque, segundo o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Décio Lima, um grupo de bancos deverá disponibilizar um valor de até R\$ 30 bilhões para o segmento.

Os empréstimos e financiamentos serão garantidos pelo fundo de aval mantido pelo Sebrae com essa finalidade - o Fundo de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Fampe).

O anúncio foi antecipado durante entrevista, ontem, para os jornalistas Carlos Alexandre e Denise Rothenburg, no CB.Poder - parceria do Correio com a TV Brasília.

O lançamento oficial do programa deve ser feito em janeiro, quando será detalhado o funcionamento do novo sistema.

Lima explicou que haverá uma pulverização do crédito oferecido por bancos tradicionais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, além de instituições regionais e cooperativas.

"Nós vamos oferecer (o programa) já a partir do ano que vem. Isso é algo significativo, porque a economia precisa ter crédito para poder crescer."

Na medida que eu ofereço crédito, os negócios aumentam, o dinheiro circula entre os setores produtivos, alcançando toda a sociedade e, principalmente, os pequenos empreendimentos, que são o grande alicerce da economia brasileira", adiantou o presidente do Sebrae.

Lima explicou que a maior dificuldade dos pequenos negócios para ter acesso ao crédito são as garantias reais, como imóveis ou bens de alto valor, normalmente exigidos pelos bancos. Com o fundo de aval do Sebrae, o crédito poderá ser liberado pelas instituições financeiras sem a exigência de outras garantias. Segundo o presidente do Sebrae, o fundo deverá dispor de R\$ 2 bilhões, o suficiente para alavancar os R\$ 30 bilhões em crédito estimados.

"Nós vamos oferecer um crédito com um fundo garantidor, ou seja, nós vamos dar um fundo garantidor para o pequeno ou microempresário

acessar o crédito, e ele não vai precisar dar mais alguma coisa que assegure o sistema financeiro.

Esse fundo garantidor também vai reduzir o custo dos empréstimos, já que não haverá riscos", acrescentou o presidente do Sebrae.

Reforma tributária

Outro tema comentado pelo presidente do Sebrae foi a **reforma tributária**, promulgada ontem em sessão solene do Congresso Nacional. Segundo ele, a emenda constitucional, que, além de outras medidas, estabelece um Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA) dual, deve melhorar o pacto federativo no Brasil, com o fim da chamada "guerra fiscal" entre os estados.

"Nós vamos ter uma situação de melhoria do ambiente nos municípios, uma melhor relação entre os governos em políticas de Estado, entre o governo federal e os estados federados, principalmente porque vamos acabar com a guerra fiscal, e isso vai criar um processo de aglutinação de nacionalidade muito mais forte, para que a gente possa ter um olhar isonômico sobre os problemas com que o Brasil ainda convive", disse.

Na visão de Lima, o Brasil tem um modelo republicano que necessita de aperfeiçoamentos constantes. Por isso, embora seja benéfica, a reforma não extingue o problema crônico do país, que atinge tanto os estados e municípios quanto o governo federal. "A **reforma tributária** não vai resolver o problema do pacto federativo, mas também não vai permitir, na sua execução, cometer qualquer injustiça dentro do processo do pacto federativo", complementou.

Caravana

Durante o programa, o dirigente falou ainda sobre o sucesso da caravana Sebrae Pelo Brasil. Em 10 meses de mandato, Lima disse que visitou 13 estados brasileiros para ver de perto a situação dos empreendedores. A ideia, segundo ele, é estabelecer uma sinergia nacional com a presença do Sebrae em milhares de municípios pelo país.

"Eu sempre tenho um conceito que é "a cabeça pensa onde o pé pisa". Nós não podemos imaginar a dimensão de uma entidade como o Sebrae, que é a sexta marca de maior credibilidade do povo brasileiro, uma entidade que tem uma capilaridade extraordinária de programas", frisou.

Ele ainda comentou sobre as experiências pessoais que conheceu durante a caravana. "Os depoimentos das pessoas que foram tocadas pelos nossos programas são extraordinários. Elas dizem que a vida delas mudou, num processo de geração de renda, de negócio, para que elas possam enfrentar a voracidade do mercado, que é um mercado feito para acumular riqueza, e não para que os pequenos possam sobreviver", concluiu Lima.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

"Vamos oferecer o programa a partir de janeiro. Isso é significativo, porque a economia precisa de crédito para poder crescer" Décio Lima, presidente do Sebrae Nacional

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/21/all.pdf>

Sebrae viabiliza crédito de R\$ 30 bilhões para pequenos negócios

Raphael Pati*

O acesso ao crédito para os micro e pequenos empreendedores (MPE) pode ser facilitado no ano que vem. Isso porque, segundo o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Décio Lima, um grupo de bancos deverá disponibilizar um valor de até R\$ 30 bilhões para o segmento. Os empréstimos e financiamentos serão garantidos pelo fundo de aval mantido pelo Sebrae com essa finalidade - o Fundo de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Fampe).

O anúncio foi antecipado durante entrevista, nesta quarta-feira (20/12), para os jornalistas Carlos Alexandre e Denise Rothenburg, no CB.Poder - parceria do Correio com a TV Brasília. O lançamento oficial do programa deve ser feito em janeiro, quando será detalhado o funcionamento do novo sistema. Lima explicou que haverá uma pulverização do crédito oferecido por bancos tradicionais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, além de instituições regionais e cooperativas.

Nós vamos oferecer (o programa) já a partir do ano que vem. Isso é algo significativo, porque a economia precisa ter crédito para poder crescer. Na medida que eu ofereço crédito, os negócios aumentam, o dinheiro circula entre os setores produtivos, alcançando toda a sociedade e, principalmente, os pequenos empreendimentos, que são o grande alicerce da economia brasileira, adiantou o presidente do Sebrae.

Lima explicou que a maior dificuldade dos pequenos negócios para ter acesso ao crédito são as garantias reais, como imóveis ou bens de alto valor, normalmente exigidos pelos bancos. Com o fundo de aval do Sebrae, o crédito poderá ser liberado pelas instituições financeiras sem a exigência de outras garantias. Segundo o presidente da entidade, o fundo, que já existe, deverá dispor de R\$ 2 bilhões, valor suficiente para alavancar os R\$ 30 bilhões em crédito estimados.

Nós vamos oferecer um crédito com um fundo garantidor, ou melhor, nós vamos dar um fundo garantidor para o pequeno ou microempresário acessar o crédito, e ele não vai precisar oferecer mais alguma coisa que assegure o sistema financeiro. Esse fundo garantidor também vai reduzir o custo dos

empréstimos, já que não haverá riscos para os bancos, acrescentou o presidente do Sebrae.

Reforma tributária

Outro tema comentado pelo presidente do Sebrae foi a **reforma tributária**, promulgada ontem em sessão solene do Congresso Nacional. Segundo ele, a emenda constitucional, que, além de outras medidas, estabelece um Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA) dual, deve melhorar o pacto federativo no Brasil, com o fim da chamada guerra fiscal entre os estados.

Nós vamos ter uma situação de melhoria do ambiente nos municípios, uma melhor relação entre os governos em políticas de Estado, entre o governo federal e os estados federados, principalmente porque vamos acabar com a guerra fiscal, e isso vai criar um processo de aglutinação de nacionalidade muito mais forte, para que a gente possa ter um olhar isonômico sobre os problemas com que o Brasil ainda convive, disse.

Na visão de Lima, o Brasil tem um modelo republicano que necessita de aperfeiçoamentos constantes. Por isso, embora seja benéfica, a reforma não extingue o problema crônico do país, que atinge tanto os estados e municípios quanto o governo federal. A **reforma tributária** não vai resolver o problema do pacto federativo, mas também não vai permitir, na sua execução, cometer qualquer injustiça dentro do processo do pacto federativo, complementou.

Caravana

Durante o programa, o dirigente falou ainda sobre o sucesso da caravana Sebrae Pelo Brasil. Em 10 meses de mandato, Lima disse que visitou 13 estados brasileiros para ver de perto a situação dos empreendedores. A ideia, segundo ele, é estabelecer uma sinergia nacional com a presença do Sebrae em milhares de municípios pelo país.

Eu sempre tenho um conceito que é a cabeça pensa onde o pé pisa. Nós não podemos imaginar a dimensão de uma entidade como o Sebrae, que é a sexta marca de maior credibilidade do povo brasileiro, uma entidade que tem uma capilaridade extraordinária de programas, frisou.

Ele ainda comentou sobre as experiências pessoais que conheceu durante a caravana. Os depoimentos das pessoas que foram tocadas pelos nossos programas são extraordinários. Elas dizem que a vida delas mudou, num processo de geração de renda, de negócio, para que elas possam enfrentar a voracidade do mercado, que é um mercado feito para acumular riqueza, e não para que os pequenos possam sobreviver, concluiu Lima.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/12/6773453-sebrae-viabiliza-credito-de-rs-30-bilhoes-para-pequenos-negocios.html>

Reforma tributária está promulgada e é lei

Depois de 30 anos de discussão, o Congresso promulgou ontem a **reforma tributária** sobre o consumo. No próximo ano os parlamentares vão se debruçar sobre projetos de lei complementar que vão regulamentar outros pontos da emenda constitucional e darão início à segunda etapa da mudança, modificando cobrança e pagamento do Imposto de Renda. A emenda constitucional aprovada ontem deverá unificar **tributos** sobre o consumo, mas as mudanças serão graduais. A nova tributação das mercadorias e dos serviços começará a entrar em vigor em 2026 e este processo só terminará em 2033. A transição para a cobrança do imposto no destino, ou seja, o local de consumo, será iniciada em 2029 e levará 50 anos, até 2078.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, comemorou o que considera "uma conquista do povo" e um momento histórico. O presidente Lula fez elogios à articulação de sua base no Legislativo e destacou ainda a capacidade de seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Lula não garantiu, no entanto, se a reforma dará "todos os frutos que se espera".

Para ele, "é como se fosse uma árvore plantada". Agora, disse, "temos que jogar água, continuar conversando para aperfeiçoar". Para Lula, a aprovação do texto é resultado da "arte da negociação", mas ele voltou a repetir que não dialoga com o Centrão e sim com todos os partidos que têm parlamentares eleitos. O objetivo do presidente é manter esse modelo em 2024. "Com esse mesmo jeito e estabelecer como regra a capacidade de conversação", reiterou.

"Pobre é o governante que acha que pode trocar a mesa de diálogo por uma metralhadora, por um fuzil ou um canhão", disse.

Impostos são agregados por novos **tributos**

A principal mudança na **reforma tributária** é a extinção de **tributos** que são fundidos no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), um modelo dual com parte da administração ficando com a União e outra com estados e municípios. Os **tributos** federais a serem extintos são o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins). Serão substituídos pela **Contribuição sobre Bens e Serviços** (CBS), a ser arrecadada pela União.

Inicialmente o Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI) seria incorporado à CBS, mas foi mantido e incidirá só sobre itens concorrentes com os produzidos na Zona Franca de Manaus.

Outros **impostos** a serem extintos são locais: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados, e Imposto sobre Serviços (ISS), arrecadado pelos municípios. Serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Em troca de mudanças que devem trazer o fim da guerra fiscal entre os estados, o governo criará o Fundo de Desenvolvimento Regional para financiar projetos em estados mais pobres. Inicialmente orçado em R\$ 60 bilhões por ano a partir de 2043, o fundo esteve entre os principais embates nas discussões. A Câmara chegou a fixar em R\$ 40 bilhões o valor, mas depois o Senado elevou a R\$ 60 bilhões por ano. Haverá ainda um novo fundo, igualmente com recursos da União, para a Zona Franca de Manaus. Outro ponto da proposta é prever alíquotas reduzidas para alguns setores, dando margem a criar "cashback", devolução de parte do tributo pago que será regulamentada por lei complementar.

O texto também traz mudanças na tributação sobre patrimônio, com **impostos** para meios de transporte de luxo e heranças.

Fecomérci alerta sobre impactos de revisão

Enquanto era promulgada a **reforma tributária** em Brasília ontem, o Núcleo Jurídico-Tributário da Fecomércio-RS divulgou em nota uma análise dos decretos publicados pelo governo do Estado no final de semana, com a revisão de benefícios fiscais dada como "Plano B" à majoração da alíquota do ICMS, imposto que gradualmente e junto com o ISS será incluído no novo IBS, de acordo com a **reforma tributária** feita no país.

Sobre as mudanças no Estado, ressaltou a Fecomércio, os dispositivos preveem cortes em incentivos concedidos a diversos setores produtivos gaúchos e majoração da carga tributária dos produtos da cesta básica. A entidade enfatiza também a hipótese de isenção e redução de base de cálculo do ICMS condicionada a depósitos de 10% a 40% sobre a diferença entre o imposto calculado com e sem a utilização do benefício em Fundo Estadual que ainda precisará ser criado por meio de lei estadual a ser aprovada pela Assembleia.

Chama atenção, em especial, segundo a Federação,

as alterações na cesta básica de alimentos, que teve alguns itens retirados e cuja alíquota irá de 7% para 12%. A mudança atinge o setor de alimentos e deverá afetar o preço para o consumidor.

"Reiteradamente, temos nos posicionado contrários ao aumento de carga tributária, seja com a majoração da alíquota de ICMS, seja com essa revisão de benefícios fiscais, que irão penalizar todo o Estado", avaliou o presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn.

PRINCIPAIS PONTOS

A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) vai unificar os atuais PIS e Cofins.

O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) unirá ICMS e ISS.

O IPI continuará existindo, mas incidindo sobre produtos concorrentes com os produzidos na Zona Franca de Manaus.

A União define a alíquota da CBS, e os estados e municípios, a alíquota do IBS. Nos **tributos** locais, os governos estaduais e as prefeituras terão que concordar com uma alíquota única em vez de cada ente público reduzir **tributos**, o que estimularia uma guerra fiscal.

Cobrança no destino: mercadorias e serviços serão tributados no local do consumo em vez da origem, como ocorre hoje.

As mudanças deverão ter o poder de encerrar uma guerra fiscal. CBS e IBS não incidirão em cascata em nenhuma fase da cadeia produtiva. Atualmente o modelo brasileiro é de cumulatividade parcial.

Alguns setores hoje pagam em cascata e outros pagam por valor adicionado em cada etapa da cadeia, ou seja, "sobre o valor acrescentado sobre o preço anterior".

Contam com isenções ao longo das etapas, mas que resultam em maior tributação ao final da cadeia produtiva.

Haverá desoneração para exportações e investimentos.

MUDANÇA GRADUAL E PRAZO DE ATÉ 50 ANOS

Etapas

2026: início da cobrança da CBS e do IBS, com alíquota de teste de 0,9% para CBS e 0,1% para IBS.

2027: extinção de PIS/Cofins e elevação da CBS, a alíquota de referência, a ser definida pelo Ministério da Fazenda.

2027: redução a zero do IPI, exceto para itens produzidos na

Zona Franca de Manaus.

2029 a 2032: extinção gradual do ICMS e do ISS, sendo 90% das alíquotas atuais em 2029, 80% em 2030, 70% em 2031 e 60% em 2032.

2033: o novo sistema vai vigorar de forma integral, com extinção dos **tributos** anteriores e da legislação antiga.

2029 a 2078: mudança gradual da cobrança na origem (local de produção) para o destino (local de consumo).

Alíquota zero

A não incidência de imposto será aplicada em alguns casos, como produtos da cesta básica nacional, serviços de educação de ensino superior, compra de automóveis por taxistas e pessoas com deficiência e autismo e compra de medicamentos e dispositivos médicos pela administração pública e por entidades de assistência social sem fins lucrativos.

MODO SELETIVO

Cobrança sobre produtos que geram danos à saúde ou ao meio ambiente.

Alíquotas definidas por lei.

Parcela de 60% da receita vai para estados e municípios.

Princípio da anualidade: a cobrança somente pode começar no ano seguinte à sanção da lei.

Imposto regulatório: não tem objetivo de arrecadar, mas regular o mercado e punir condutas consideradas prejudiciais.

Produtos:

Bebidas alcoólicas e cigarros.

Possibilidade de cobrança sobre combustíveis, agrotóxicos, defensivos agrícolas e alimentos processados e ricos em açúcar.

Alíquota de 1% sobre extração de recursos não renováveis como minério e petróleo.

Exclusão da incidência

Sobre telecomunicações.

Sobre energia.

Sobre produtos concorrentes com os produzidos na Zona Franca de Manaus.

Armas e munições.

Insumos agrícolas que se beneficiem de alíquota reduzida para 40% da alíquota-padrão, exceto no caso de agrotóxicos e de defensivos.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16275&edicao=10935>

Congresso promulga reforma tributária, a 1º desde a ditadura

Em uma sessão histórica, o Congresso Nacional promulgou nesta quarta-feira (20) a **reforma tributária** que substitui cinco **tributos** sobre consumo e coloca o Brasil no mapa dos países que adotam um sistema IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

A promulgação consolida a aprovação da primeira **reforma tributária** desde a redemocratização, que colocará fim ao atual sistema de **impostos**, criado ainda na década de 1960, após cerca de 35 anos de discussão.

A cerimônia contou com a participação do presidente Lula (PT), do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), da Câmara, Arthur Ura (PP-AL), e do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso.

Durante a sua fala, o presidente Lula enalteceu o trabalho conjunto de diferentes correntes do Congresso Nacional, de governistas e opositores, para tentar destravar a pauta. O presidente foi o alvo de vaias e aplausos a todo momento, tanto em seu discurso, quando outras autoridades faziam referência a ele.

"Não sei se todos vocês ou todas vocês têm noção da fotografia do dia de hoje. É importante que vocês guardem na memória o 20 de dezembro de 2023, porque todo mundo sabe que todos nós começamos o ano com muita incerteza: incerteza da **inflação**, incerteza do crescimento", afirmou.

Na sequência, Lula ainda ressaltou que estava feliz com a reforma no sistema de **impostos**, mas acrescentou que as mudanças não vão resolver todos os problemas do país.

"Ela certamente não vai resolver todos os problemas, certamente não vai resolver todos os problemas, mas foi a demonstração de que este Congresso Nacional, independentemente da postura política de cada um, independentemente do partido de cada um, toda vez que ele teve que mostrar um compromisso com o povo brasileiro ele mostrou, quando foi desafiado, ele mostrou", afirmou.

"Este Congresso, com direita ou esquerda, com centro

ou qualquer outra coisa, com mulheres e homens, negros e brancos, quer goste ou não o Presidente, é a cara da sociedade brasileira que votou nas eleições de 2022", completou.

O mandatário ainda concluiu seu discurso agradecendo a Deus, em uma fala que foi vista como um gesto para as bancadas religiosas da Casa.

Na mesma linha, Rodrigo Pacheco ressaltou o fato de essa ser a primeira reforma no sistema tributário em uma regime democrático. "A aprovação da **reforma tributária** representa a força da democracia brasileira", afirmou o presidente do Senado.

"A proposta representa o último passo, o passo que nos faltava, para que substituíssemos o poder de tributar", característico dos Estados autoritários, pelo "direito de tributar", que diferencia o Estado democrático moderno", completou.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, também ressaltou que a proposta aprovada não surgiu de um "ato autoritário do governo". Foi alvo de grandes articulações e negociações entre os parlamentares, para que chegassem a um texto de consenso.

"Muitos já teriam desistido de tentar aprová-la diante de tantos desafios. Mas quem tem espírito público, como essa Casa, quem se preocupa em preparar o país para o futuro, não desiste nunca", afirmou.

A sessão desta quarta-feira foi marcada por uma série de vaias por parte da bancada bolsonarista no Congresso Nacional, aos que os governistas respondiam com aplausos. O presidente da Câmara chegou a cobrar "decoro" dos parlamentares e respeito às autoridades presentes.

A sessão desta quarta marca ainda o primeiro passo de um longo percurso até a implementação efetiva do novo modelo, que começará em 2026 e será concluída no início de 2033.

LEI COMPLEMENTAR

A partir de agora, o Executivo terá até 180 dias para enviar os projetos de lei complementar que vão regulamentar a reforma - uma das prioridades do Congresso no próximo ano. Segundo as contas do

Ministério da Fazenda, a alíquota-base está estimada em 27,5%.

O governo trabalha com o envio de ao menos três propostas para, entre outros temas, criar o comitê gestor formado por estados e municípios e definir regras e alíquotas dos novos **tributos**.

incluindo regimes específicos de setores que ficarão fora do alcance do IVA. A aprovação de um novo sistema tributário representa uma vitória do governo Lula, e dá a Pacheco e Lira uma marca emblemática às suas gestões.

Desde o início do ano, Haddad colocou a reforma como um dos pilares da agenda econômica e criou uma secretaria extraordinária voltada ao tema, comandada por Bernard Appy -formulador técnico da versão inicial da PEC 45, uma das bases para a reforma aprovada.

A sessão também teve a participação dos relatores de cada Casa, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e o senador Eduardo Braga (MDB-AM), além do presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), que apresentou a PEC e formalizou a proposta de Appy no Congresso.

A **reforma tributária** foi aprovada na Câmara em julho por 382 votos a 118, com apoio dos dois grandes blocos da Casa, que juntos reúnem siglas como União Brasil, PSD, MDB, PSDB, PSB, PP e Republicanos, além do bloco governista. que inclui PT.PCdoBePV.

O ex - presidente Jair Bolsonaro tentou barrar a proposta junto aos senadores e garantiu que seu partido, o PL, orientasse contra nas duas Casas. No Senado, o Republicanos, o Novo e parte do Podemos se juntou ao PL para votar contra a PEC.

No Senado, a reforma foi aprovada no mês passado com o placar apertado de 53 a 24 - expondo o clima de tensão que marcou a sessão e ameaçou enterrar a PEC. Na sexta-feira (15), a (tâmara validou o texto do Senado por 371 a 121.

A reforma aprovada prevê a fusão de PIS, Cofins e IPI (**tributos** federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA dual. Uma parcela da alíquota será administrada pelo governo federal por meio da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), e a outra, por estados e municípios pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Também será criado um Imposto Seletivo sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde (como cigarros e bebidas alcoólicas) ou ao ambiente, à exceção dos produzidos na Zona Franca de Manaus.

A implementação dos novos **tributos** começará em 2026, com uma alíquota teste de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS.

Em 2027, PIS e Cofins serão completamente extintos e substituídos pela nova alíquota de referência da CBS. As alíquotas do IPI também seriam zeradas para a entrada em vigor do Imposto Seletivo, com exceção dos bens produzidos na Zona Franca.

A migração dos **impostos** estaduais e municipais para o novo IBS será mais gradual, dada a necessidade de dar segurança jurídica a benefícios já concedidos sob o atual sistema. Por isso, ICMS e ISS serão totalmente extintos apenas em 2033.

Para vencer a disputa entre os estados, Haddad também precisou abrir os cofres da União e injetar recursos em um fundo para bancar novos incentivos regionais, que alcançarão R\$ 60 bilhões a partir de 2043. (Folhapress)

Alterações fiscais

Novo modelo redistribui os **impostos** sobre o consumo e unifica a tributação no Imposto sobre Valor Agregado (IVA)

IVA federal, o CBS

Unifica IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social**)

Definido pela União, que estabelecerá as alíquotas em até 180 dias

Começa a valer em 2026, parcialmente, e implantação total em 2027

A IVA estadual e qq municipal, o IBS

Unifica o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS (Imposto Sobre Serviços)

Cobrado por estados e municípios, que terão de concordar com uma alíquota única

Também começa a valer em 2026, de forma parcial, até a integralidade em 2033

Pontos principais:

Não cumulatividade:

CBS e IBS não incidirão em cascata em nenhuma fase da cadeia produtiva, ao contrário do que ocorre hoje, em alguns setores

Cobrança no destino:

Ao invés de na origem.

como é feita atualmente, a incidência dos **tributos** será realizada no local do consumo

Trava contra alta: mecanismo irá manter constante a carga tributária sobre o consumo, com um teto atual de 12,5% do **PIB**

Revisão periódica: previsão de revisão das exceções a cada cinco anos, avaliando o custo-benefício

Cashback: devolução obrigatória de parte dos **tributos** da conta de luz e do botijão de gás para famílias de baixa renda

ALÍQUOTAS

O IVA terá um valor padrão estimado em 27,5% (soma de CBS e IBS)

A alíquota reduzida será de 40% da padrão, para alguns setores

A intermediária será de 70% da padrão, para serviços de algumas profissões

A isenção será dada a alguns segmentos, como a Cesta Básica Nacional de Alimentos

Outros isentos:

medicamentos utilizados no tratamento contra o câncer;

compra de medicamentos e dispositivos médicos pela Administração Pública e por entidades de assistência social sem fins lucrativos;

serviços de educação de ensino superior do Prouni;

pessoas físicas que desempenhem atividades agropecuárias, pesqueiras, florestais e extrativistas vegetais in natura;

produtores rurais que atuam como pessoa física e tenham receita anual de até R\$2 milhões;

serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos;

compra de automóveis por taxistas e pessoas com

deficiência e autismo,-

reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística;

COMPENSAÇÃO

Em virtude da renúncia com o ICMS dos estados e o ISS dos municípios, está previsto um Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, mantido pela União, com recursos totais de R\$ 160 bilhões ao longo de oito anos (2025 a 2032), que compensará também incentivo fiscal concedido a empresas automobilísticas das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste

Site: <https://opopular.com.br/digital/21-dezembro-2023/1o-caderno>

Alguns pontos da reforma tributária promulgada nesta quarta

Agência Brasil

Depois de 30 anos de discussão, o Congresso Nacional deu um passo histórico e promulgou, nesta quarta-feira (20), a **reforma tributária** sobre o consumo. No próximo ano, os parlamentares se debruçarão sobre os projetos de lei complementar que regulamentarão vários pontos da emenda constitucional e iniciarão a segunda etapa da reforma, que mudará a cobrança e o pagamento do Imposto de Renda.

A emenda constitucional simplificará e unificará os **tributos** sobre o consumo, mas as mudanças ocorrerão aos poucos. A nova tributação das mercadorias e dos serviços começará a entrar em vigor em 2026 e só terminará em 2033. A transição para a cobrança do imposto no destino (local de consumo) se iniciará em 2029, levará 50 anos e só será concluída em 2078.

A principal mudança será a extinção de quatro **tributos**, que serão fundidos no Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Esse tributo seguirá o modelo dual, em que parte da administração ficará com a União e outra parte com os estados e municípios.

Os **tributos** federais a serem extintos são o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins). Eles serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a ser arrecadada pela União. Inicialmente, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) seria incorporado à CBS, mas foi mantido e incidirá

apenas sobre mercadorias concorrentes às produzidas na Zona Franca de Manaus.

Outros dois **impostos** a serem extintos são locais: o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados; e o Imposto sobre Serviços (ISS), arrecadado pelos municípios. Eles serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Em troca de mudanças que trarão o fim da guerra fiscal entre os estados, o governo criará um Fundo de Desenvolvimento Regional para financiar projetos de desenvolvimento em estados mais pobres.

Inicialmente orçado em R\$ 60 bilhões por ano a partir de 2043, o fundo foi um dos principais pontos de embates durante as discussões.

Diversos governadores pediram a ampliação do valor para R\$ 75 bilhões anuais, mas a Câmara inicialmente fixou o montante em R\$ 40 bilhões. Posteriormente, o Senado elevou o valor para R\$ 60 bilhões por ano. Haverá ainda um novo fundo, também abastecido com recursos da União, para a Zona Franca de Manaus.

A proposta prevê alíquotas reduzidas para alguns setores da economia e abre margem para a criação de um sistema de cashback (devolução de parte do tributo pago), que será regulamentada por lei complementar. O texto também prevê mudanças na tributação sobre patrimônio, com cobrança de imposto sobre meios de transporte de luxo e heranças.

Enfim, reforma vira lei

Aline Brito, Ândrea Malcher

Após mais de 30 anos de discussão, a **Reforma Tributária** foi promulgada, ontem, em sessão solene no Congresso Nacional. A cerimônia para comemorar o momento histórico contou com a presença de representantes dos Três Poderes da República, no plenário da Câmara dos Deputados.

Diferentemente da movimentação vista pelos corredores do Congresso e nos plenários das Casas legislativas, que ficaram esvaziados nos últimos dias - inclusive no da votação da **Reforma Tributária** em sessão conjunta, por conta do recesso parlamentar que se aproxima - os deputados e senadores lotaram a solenidade de promulgação.

Ainda que o clima tenha sido de comemoração, parlamentares discutiram no Plenário da Câmara dos Deputados, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi recebido com vaias da oposição e aplausos da base aliada. "Lula guerreiro do povo brasileiro", ovacionaram os governistas, enquanto deputados e senadores contrários ao atual governo mantiveram o clima beligerante e polarizado que vem caracterizando em embates políticos nos últimos anos entoando slogans como "Lula cachaceiro, roubou o meu dinheiro".

A polarização resultou em briga no meio do Plenário. Enquanto a solenidade transcorria em clima de festa, o vice-presidente nacional do PT, deputado Washington Quaquá, deu um tapa no rosto do colega de Parlamento Messias Donato (Republicanos-ES), diante da Mesa da Câmara. A agressão foi contida por outros deputados, e o tumulto incomodou o presidente da Casa, Arthur Lira (União-AL), que pediu bom comportamento dos parlamentares.

Por outro lado, as autoridades que compuseram a Mesa - Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin; o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso; a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG); o presidente da Câmara, Arthur Lira (União-AL); os relatores da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM); além do autor do projeto, deputado Baleia Rossi (MDB-SP) - mantiveram o foco na comemoração da nova política tributária do país.

"Divisor de águas"

Pacheco destacou que a medida é uma "conquista" do Legislativo e do povo brasileiro. "O dia de hoje será lembrado não apenas como um marco histórico, mas, também, como um ponto de virada, um divisor de águas. É aqui que mudamos a trajetória do Brasil. Este dia representa o início de um novo país rumo ao progresso. É uma conquista do Congresso Nacional, é uma conquista do povo brasileiro." Em seguida, Lira discursou e agradeceu pela promulgação ter ocorrido no plenário da Casa que preside, o que não é comum. Ele também pediu que a sessão terminasse com o "maior respeito possível", em resposta aos desentendimentos entre governistas e opositores. "Esta Casa representa o Brasil, o povo. É um dia histórico para o país, então, vamos guardar nossas convicções políticas para as sessões normais do Plenário", apelou.

O deputado ressaltou que a **Reforma Tributária** foi resultado de "intensa negociação política". "Desde que assumimos a Presidência desta Casa, estabelecemos que a **reforma tributária** seria debatida e aprovada".

O compromisso dos parlamentares em aprovar a reforma ainda neste ano recebeu os parabéns do presidente Lula.

"Certamente não vai resolver todos os problemas, mas foi a demonstração de que este Congresso Nacional, independentemente da postura política de cada um, independentemente do partido de cada um, toda vez que teve que mostrar um compromisso com o povo brasileiro, mostrou", disse o presidente, em discurso.

Lula comemorou a aprovação da emenda à Constituição e afirmou que a nova regra de tributação é "para começar a resolver o problema do povo pobre deste país". "Hoje, neste dia 20 de dezembro, eu estou extremamente feliz.

Feliz porque a economia cresceu mais do que todo e qualquer economista imaginava; feliz porque a **inflação** está caindo; feliz porque o juro está diminuindo; feliz porque o emprego está crescendo; feliz porque o salário mínimo está aumentando; feliz porque o crédito para a grande agricultura cresceu muito; feliz porque eu tenho certeza de que o povo está feliz", declarou o presidente.

O novo sistema transforma cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) no Imposto sobre Valor Agregado

(IVA) dual.

Dentro do IVA, haverá o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para substituir os **tributos** federais. A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) substitui, por sua vez, os **tributos** estadual (bens) e municipal (serviços). Foi criado, ainda, o Imposto Seletivo (IS), para taxar produtos prejudiciais à saúde, chamado de "imposto do pecado" por incidir em produtos como cigarros e bebidas alcoólicas.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/21/all.pdf>

Taxa de risco menor empolga os políticos

Aline Brito *Ândrea Malcher*

Os parlamentares aproveitaram a sessão solene de promulgação da **reforma tributária**, ontem, para comemorar a repercussão positiva da nova política fiscal no setor econômico. Após a aprovação da PEC pelo Congresso Nacional, a agência de classificação de risco Standard Poor's (S P) elevou a nota de crédito (rating) do Brasil, que passou de BB- para BB.

Essa melhora indica mais estabilidade para o cenário de risco de curto prazo. Como justificativa para a mudança na avaliação do Brasil, a agência destacou a aprovação da **reforma tributária** como fator positivo e que o país passa por um momento de boa estrutura institucional, garantida pelos Três Poderes, que criam cenário estável na economia.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mencionou o rating no discurso que fez na sessão solene de ontem. "Não é só o governo comemorando, o mercado está reconhecendo, as agências de risco, os indicadores, o risco país, o dólar, o juro futuro, tudo se comportando melhor", declarou.

O autor da proposta de emenda à Constituição, deputado Baleia Rossi (MDB-SP), ressaltou que a reforma impulsiona o país no rumo do crescimento econômico e da geração de empregos, o que melhora o otimismo, inclusive, em nível internacional.

"Nós já estamos vendo o começo dos resultados. As agências de risco melhoraram a nota do Brasil internacionalmente e citaram, especificamente, a aprovação da **reforma tributária**, mas a verdadeira transformação que nós vamos ter vai ser no crescimento econômico, na geração de emprego e renda para a população." "Estamos chegando agora para comemorar os 40 anos das Diretas Já. Eu tenho certeza de que esta promulgação da Emenda à Constituição 132 é a mais importante desde a promulgação da nossa Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães. E eu quero, como presidente nacional do MDB, renovar aqui a minha crença de que é só através da democracia que nós vamos mudar para melhor o nosso país", declarou Rossi.

Reflexos imediatos

O relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), também celebrou o momento econômico que o país atravessa, com indicadores positivos que prometem colocar o Brasil como a nona economia do

mundo.

"Cinco dias depois da aprovação final da **reforma tributária**, as agências de classificação de risco já começaram a reconhecer e a subir a nota de crédito do Brasil, deixando o país a poucos passos de reconquistar o grau de investimento do nosso país, o que motivou uma nova alta no Ibovespa.

Pela terceira vez em menos de uma semana, quebrou seu recorde histórico de pontuação.

Fechamos o ano com o dólar em queda e uma previsão de crescimento de 3,1% do **PIB**, o que permitirá ao Brasil se tornar a nona economia do mundo, segundo o próprio FMI", elencou Braga.

"A promulgação da emenda à Constituição tem lugar garantido na história, pois consolida um novo pacto entre o povo e o Estado brasileiro, por meio do qual avançamos na direção de um Brasil mais justo e próspero, com potencial para transformar o dia a dia das pessoas, uma transformação, aliás, que já começou", complementou o senador.

Mais cedo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (União -AL) usou as redes sociais para comemorar a promulgação da reforma e a reclassificação do risco de crédito do Brasil pela S P. "Jornais do dia estampam nas manchetes a decisão da agência de risco S P de melhorar a nota do Brasil para investimentos.

A agência credita isso à aprovação, pela Câmara dos Deputados, da **reforma tributária** que será promulgada hoje pelo Congresso Nacional.

É uma conquista do povo!", escreveu o deputado no X (antigo Twitter).

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/21/all.pdf>

Tebet: "Reforma das mulheres"

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, foi convidada pelo presidente Lula para compor a Mesa da Câmara, que promulgou a emenda à Constituição da reforma tributária.

Segundo ela, ao notar a ausência de mulheres, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a convidou para representar "as mulheres senadoras, deputadas e ministras de Estado".

"Da mesma forma que vossa excelência, pela sensibilidade que tem, fez questão, ainda que estejamos todos representados pelo ministro Fernando Haddad, que eu pudesse fazer uma fala em nome das mulheres que estão aqui presentes e das mulheres brasileiras", disse Tebet.

A ministra ressaltou que acompanha há, pelo menos, 30 anos os debates sobre reforma tributária, desde os "bancos das universidades, da Universidade Federal do Rio de Janeiro", instituição pela qual se graduou no curso de direito. "Por oito anos, dediquei meu tempo no Senado Federal à luta para avançarmos na reforma tributária".

Tebet, que preferiu centrar seu pronunciamento no futuro, avaliou que, além de ser a "reforma da indústria", essa é também a reforma "do emprego e da renda".

"É a única reforma que faltava para fazer o Brasil realmente crescer pela primeira vez em 30 anos acima da média medíocre de 1% ao ano." "É a reforma que vai dar dignidade ao povo brasileiro. Mas ela é mais do que isso, é a reforma dos mais pobres. E quando falamos que é a reforma dos mais pobres, presidente Lula, agora entendemos porque é a "mãe" de todas as reformas. É a reforma das mulheres brasileiras, porque, lamentavelmente, a cara mais pobre do povo brasileiro é sempre de uma mulher negra do Norte ou do Nordeste. E, quando falamos da reforma do emprego, temos que lembrar que, nos momentos de crise, a mulher é sempre a primeira mandada embora e a última a ser contratada", observou Tebet.

Para a ministra, essa seria uma reforma "das mulheres" porque é a "reforma da cesta básica isenta de tributos". "E a mulher, agora, vai poder colocar, num futuro próximo, mais comida mais barata na mesa do povo brasileiro." "Quem votou a favor, quem votou contra, não votou porque é situação ou oposição. Votou por convicção, e essa é a beleza da democracia. Contribuíram com seu voto contrário, com

suas críticas construtivas.

Portanto, viva a democracia!", finalizou ela. (AB e AM)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/21/all.pdf>

Reforma tributária ajudará a construir um Brasil mais próspero (Artigo)

ANTONIO RICARDO ALVAREZ ALBAN

A **reforma tributária** foi debatida no Brasil por 35 anos. O tema é relevante por um motivo claro: os brasileiros convivem com o pior sistema de tributação do consumo do mundo, o que reduz o crescimento econômico e compromete a qualidade de vida da população.

Apesar do consenso sobre os sérios problemas do sistema de arrecadação de **impostos**, superar as resistências em torno da **reforma tributária** sempre foi uma tarefa difícil. Não à toa, a última reforma na tributação do consumo ocorreu na década de 1960. Por isso, a aprovação definitiva da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, na sexta-feira, 15 de dezembro, é um marco histórico e deve ser comemorada por todos os brasileiros.

Com as mudanças previstas no texto, o Brasil poderá ser um país mais próspero.

A adoção do modelo de Imposto Sobre Valor Adicionado (IVA), usado por mais de 170 países, vai eliminar ou reduzir significativamente muitos problemas que atrapalham o bom desempenho das empresas.

Uma dessas dificuldades é a cumulatividade. Como nem todo o tributo pago pelos fornecedores pode ser abatido do imposto devido pelas empresas compradoras, formase um resíduo tributário nas cadeias produtivas.

No caso do setor industrial, esse resíduo aumenta os preços em 7,4%, segundo um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Como o resíduo tributário não é desonerado nas exportações e, praticamente, não existe nas importações, a cumulatividade reduz a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados externo e interno.

A reforma praticamente elimina a cumulatividade, pois unifica a tributação de bens e serviços e garante que todo o imposto pago nas compras feitas pelas empresas será abatido do imposto devido.

Também foi resolvida a questão do acúmulo de créditos tributários que não são ressarcidos pelo Fisco às empresas.

No novo sistema, isso não deve ocorrer, porque a PEC 45 determina que uma lei complementar estabeleça o prazo máximo para o ressarcimento e garanta, no caso do IVA, que o Comitê Gestor faça o reembolso dos créditos às empresas antes de distribuir a receita entre estados e municípios. Outro problema que será solucionado é o alto custo tributário dos investimentos no país. Um estudo da CNI mostra que instalar uma siderúrgica no Brasil tem um custo adicional de 10,6% em razão dos **impostos**, um ônus superior ao de outras nações. Na Austrália, por exemplo, o custo adicional da mesma planta industrial é de 1,7%. No México, é de 1,6% e, no Reino Unido, de 0,4%. A mudança nas normas desonera os investimentos no Brasil.

Além disso, as regras complexas do atual sistema tributário fazem com que uma grande empresa gaste, em média, 34 mil horas por ano para calcular e pagar **impostos**, segundo estudo da consultoria Deloitte. Isso aumenta os custos e reduz a eficiência empresarial. Em vez de gastar horas calculando os **impostos** a pagar, as empresas poderiam usar os recursos no desenvolvimento de mercadorias e processos para aumentar a produção e as vendas.

As atuais regras tributárias também são controversas, o que, segundo o Insper, fez com que o contencioso tributário chegasse a R\$ 5,4 trilhões, em 2019, o equivalente a 75% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país. Com a reforma, esse quadro de complexidade e litigiosidade será alterado, porque o novo sistema tributário é muito mais simples e claro. Exemplo disso é que, atualmente, há 27 legislações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mais de 5.500 legislações do Imposto sobre Serviços (ISS) e uma legislação extremamente complexa de PIS/Cofins. Com a reforma, haverá apenas uma legislação para o IVA.

Todos esses avanços fortalecerão a competitividade das empresas e aumentarão a eficiência da economia, acelerando o ritmo de crescimento. A indústria, setor mais prejudicado pelo atual sistema tributário, terá importantes ganhos com a reforma.

Estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estima que, com a reforma, o **PIB** brasileiro terá um crescimento adicional de 12% em 15 anos,

com o **PIB** industrial avançando 16,6%. No momento que o Brasil busca a neindustrialização, a **reforma tributária** será um instrumento fundamental para acelerar o desenvolvimento econômico e social.

A mudança também beneficiará as demais atividades, seja por meio do aumento da competitividade e da eficiência da agropecuária e do setor de serviços, seja pelos efeitos positivos gerados pelo encadeamento produtivo e pela maior expansão da indústria.

O estudo da UFMG mostra que o **PIB** da agropecuária terá um crescimento adicional de 10,6% e, o dos serviços, de 10,1%.

Por isso, a **reforma tributária** trará dias melhores para todos e nos incentivará a seguir trabalhando em favor de uma indústria mais forte, de uma economia mais desenvolvida e de um país que propicie uma vida melhor para a população. Certamente, o acompanhamento e a assertividade das leis complementares merecerão toda a nossa atenção, de modo a garantir os benefícios da **reforma tributária**.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/21/all.pdf>

O que muda com a reforma tributária

Em sessão considerada histórica e com a presença de autoridades dos três Poderes, o Congresso promulgou ontem a **reforma tributária** que substitui cinco **tributos** sobre consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) e coloca o Brasil entre os países com sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), destacaram em discursos a importância do momento e do consenso para aprovação, após três décadas de debates.

A alíquota padrão do IVA ainda terá de ser definida em lei complementar, que deve ser apreciada em 2024. Com as mudanças, produtos da cesta básica, remédios, combustíveis e uma série de outros terão regras alteradas. A unificação dos **tributos**, porém, passará por transição de nove anos: apenas em 2033, os **impostos** atuais serão extintos definitivamente. Críticos da reforma estimam que a alíquota do imposto tende a ser das mais altas do mundo. Defensores avaliam que haverá queda da carga geral, com impacto positivo na economia. PÁGINAS 6 E 7

COMBUSTÍVEIS

Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com alíquota única no país e variando conforme o tipo de produto, será cobrado uma vez na cadeia produtiva, no refino ou na importação.

CESTABÁSICA

Alíquota zero em **tributos** federais para produtos da cesta nacional, destinada ao combate à fome. Banco Mundial estima que, com carga restante, preço cairia em média 1,7%.

REMÉDIOS

Alíquota reduzida em 60% para medicamentos e produtos de cuidados básicos para a saúde menstrual, além de substâncias para prevenção e combate à desnutrição.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/12/2023/p1>

Congresso promulga reforma tributária em sessão histórica

ALINE BRITO E ÂNDREA MALCHER

Em uma sessão histórica, o Congresso Nacional promulgou ontem a **reforma tributária** que substituiu cinco **tributos** sobre consumo e coloca o Brasil no mapa dos países que adotam um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Com a presença dos representantes dos Três Poderes, a promulgação ocorreu em o clima de comemoração, mas os parlamentares discutiram no plenário da Câmara dos Deputados e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi vaiado, bem como recebido com gritos de apoio.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), agradeceu que a promulgação tenha acontecido no plenário da Casa Baixa, o que não é comum. Ele também pediu que a sessão terminasse com o "maior respeito possível", em resposta aos desentendimentos. "Essa casa representa o Brasil, o povo. É um dia histórico para o país, então vamos guardar nossas convicções políticas para as sessões normais do plenário", pediu Lira.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), destacou que a medida é uma "conquista" do Legislativo e do povo brasileiro. "O dia de hoje, com toda a certeza, ficará marcado na história nacional. O dia de hoje será lembrado não apenas como um marco histórico, mas também como um ponto de virada, um divisor de águas. É aqui que mudamos a trajetória do Brasil. Este dia representa o início de um novo país rumo ao progresso. É uma conquista do Congresso Nacional, é uma conquista do povo brasileiro", declarou Pacheco.

Arthur Lira ressaltou que a **reforma tributária** foi resultado de "intensa negociação política". "Desde que assumimos a presidência dessa casa estabelecemos que a **reforma tributária** seria debatida e aprovada". "O Brasil merecia um sistema tributário organizado, eficiente, justo e que se transformasse nos pilares para o desenvolvimento. A primeira ampla mudança do sistema tributária nacional feita no regime democrático. Aqui todas as correntes políticas e todas as linhas de pensamento puderam expor suas ideias, propostas e objetivos", pontuou o deputado.

O presidente Lula comemorou a nova política tributária e afirmou que a emenda constitucional é "para

começar a resolver o problema do povo pobre desse país". "Hoje, neste dia 20 de dezembro, eu estou extremamente feliz. Feliz porque a economia cresceu mais do que todo e qualquer economista imaginava; feliz porque a **inflação** está caindo; feliz porque o juro está diminuindo; feliz porque o emprego está crescendo; feliz porque o salário mínimo está aumentando; feliz porque o crédito para a grande agricultura cresceu muito; feliz, porque eu tenho certeza de que o povo está feliz", declarou o presidente.

Lula parabenizou o Congresso Nacional pelo compromisso em aprovar a **reforma tributária** ainda neste ano, após mais de 30 anos de discussão acerca de uma mudança nas regras de tributação do Brasil. "Ela (Reforma) certamente não vai resolver todos os problemas, certamente não vai resolver todos os problemas, mas foi a demonstração de que este Congresso Nacional, independentemente da postura política de cada um, independentemente do partido de cada um, toda vez que teve que mostrar um compromisso com o povo brasileiro, mostrou", disse.

"Este Congresso, com direita ou esquerda, com centro ou qualquer outra coisa, com mulheres e homens, negros e brancos, quer goste ou não o presidente, é a cara da sociedade brasileira que votou nas eleições de 2022", completou Lula. "Não precisam gostar do governo, gostar do Lula, se lembrem de que, contra ou a favor, vocês contribuíram para que este país, a primeira vez, no regime democrático, aprovou uma **reforma tributária** a contento da nação brasileira", falou Lula aos parlamentares.

A equipe econômica do governo Lula comemorou a promulgação da **reforma tributária**. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou o trabalho de articulação dos presidentes Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do Senado, e Arthur Lira (PP-AL), da Câmara, na aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC). "Sem a liderança dos dois nessas duas Casas, nós não chegaríamos até aqui com o resultado alcançado." Haddad pediu ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, que a Corte é "guardião" da PEC, que receba a emenda com a "generosidade que ela merece", para que a reforma seja consolidada ao longo dos anos.

"Para que a litigiosidade dê espaço à concórdia, a um

entendimento, a transparência, a justiça tributária. E, mais do que tudo, a que os empresários possam concorrer entre si em igualdade de condições e em busca de mais produtividade para nossa economia. Sem planejamento tributário, sem jabutis, sem pautas bombas, olhando para o Brasil, para o futuro do Brasil", desejou Haddad. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, ressaltou que esta é a reforma "do emprego e da renda". "É a única reforma que faltava para fazer o Brasil realmente crescer pela primeira vez em 30 anos acima da média medíocre de 1% ao ano." "Esta é a reforma que dá um recado muito claro para todos e para o povo brasileiro, que é possível unir o Brasil quando o interesse é o povo. Essa Casa deu a demonstração", acrescentou a ministra.

SISTEMA NOVO

O novo sistema tributário transforma cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Dentro do IVA, haverá o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para substituir os **tributos** federais e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em lugar dos **tributos** estadual e municipal. Foi criado ainda o Imposto Seletivo (IS), para taxar produtos prejudiciais à saúde. Entre outras mudanças, está a forma de cobrança do tributo, que passará a ser apenas do estado destino, ou seja, onde o produto for comprado. O texto estipula a alíquota padrão, a ser definida, posteriormente, por lei complementar.

MUDANÇA EM 10 ANOS E COM IMPACTO. CONFIRA

A promulgação da **Reforma Tributária** pelo Congresso Nacional ocorreu após 58 anos do modelo vigente de recolhimento de **impostos**. As alterações no sistema de tributação sobre o consumo de bens e serviços recebeu o aval do Congresso Nacional em três votações, duas na Câmara dos Deputados e uma no Senado, e prevê uma simplificação de **impostos** ao substituir cinco **tributos** por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) duplo. Com as mudanças, produtos da cesta básica, remédios, combustíveis, serviços de streaming e uma série de outros segmentos terão os **impostos** incidentes alterados. A unificação dos **tributos**, porém, ainda passam por períodos de transição que vai durar nove anos, até 2033, quando os **impostos** atuais serão extintos definitivamente.

Já a alíquota padrão do IVA ainda será definida por meio da Lei Complementar, que será apreciada pelo Congresso Nacional em 2024. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirma que os projetos serão enviados nas primeiras semanas de 2024. No entanto,

críticos da reforma afirmam que a quantidade de exceções coloca a alíquota em um dos maiores percentuais do mundo, entre 25% e 28%, enquanto os entusiastas defendem que a simplificação vai beneficiar o consumo no longo prazo e o crescimento do país.

Ao Estado de Minas, o economista Gelton Pinto Coelho, membro do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), avalia que a reforma é "excelente" e histórica, assim como foi o Plano Real. "A reforma é excelente ao proporcionar que não tenhamos a cobrança de imposto sobre imposto, gerando a redução nos preços. Isso vai impactar a **inflação** e uma série de outras condicionantes", disse. O economista também observa que a simplificação e manutenção da efetividade do sistema depende das Leis Complementares, mas que o saldo já é muito positivo para o consumidor. Segundo Gelton, é possível prever uma melhora do Brasil em termos de investimento estrangeiro, uma vez que a reforma confere estabilidade ao sistema.

"Se reduzimos o número de **impostos**, reduzimos o preço final e democratizamos o acesso aos produtos, aumentando o número de pessoas consumindo. Muda o padrão do Brasil mundialmente, mostra um projeto de país estável e isso para o investidor é a melhor coisa", frisou. Veja abaixo algumas mudanças cesta básica

O maior debate em relação ao consumo da população geral se deu em torno dos produtos da Cesta Básica. A reforma prevê uma alíquota zero em **tributos** federais para os produtos da cesta nacional, destinada ao combate à fome. Um estudo do Banco Mundial estima que com carga tributária restante, o preço cairia em média 1,7%.

Saúde e educação

O texto promulgado também prevê uma alíquota-padrão reduzida em 40% para uma série de produtos e serviços, com destaque para saúde, educação, produtos agropecuários fora da cesta básica, pesqueiros, florestais e extrativistas gerais in natura. Também foram incluídos na exceção: dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência, e medicamentos e produtos de cuidados básicos.

Alíquota zero

Além da cesta básica nacional, estão previstos para terem alíquota zero medicamentos para tratamento de doenças graves; serviços de educação de ensino superior no Prouni; pessoas físicas que desempenham atividades agropecuárias. Também estão isentos de

IBS e CBS o produtor rural pessoa física com receita anual de até R\$ 2 milhões.

Cashback

O texto da **Reforma Tributária** ainda cria a possibilidade de devolução de parte do imposto pago, o chamado "cashback". Mas esta demanda só será definida depois, por meio de lei complementar que ainda será elaborada. O objetivo é reduzir a carga tributária das famílias mais pobres.

Remédios

O texto aprovado prevê a alíquota reduzida em 60% para medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual. O Senado incluiu na lista de alíquota reduzida produtos de nutrição enteral e parenteral, que previnem ou tratam complicações da desnutrição.

Combustíveis

A **Reforma Tributária** estabelece um regime de tratamento diferenciado para combustíveis e lubrificantes. O Imposto de Valor Agregado (IVA) dual, com alíquota única em todo o território nacional e variando conforme o tipo de produto, será cobrado apenas uma vez na cadeia produtiva, no refino ou na importação. A mudança segue uma reforma proposta em 1992.

Veículos

A cobrança de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) passará a incidir sobre veículos aquáticos e aéreos, como jatos, helicópteros, iates e jet ski. A reforma também estabelece que o imposto passará a ser progressivo conforme o impacto ambiental do veículo. Veículos movidos a combustíveis fósseis pagam mais. Veículos movidos a etanol, biodiesel e biogás e os carros elétricos pagarão menos IPVA.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/12/2023/p1>

Com a reforma promulgada, desafio agora é debate sobre leis complementares

I BIANCA LIMA, ADRIANA FERNANDES, MARIANA CARNEIRO, IANDER PORCELLA e FERNANDA TRISOTTO

Em sessão solene, o Congresso Nacional promulgou ontem a maior **reforma tributária** desde a ditadura militar. A emenda constitucional que muda a tributação sobre o consumo no País foi aprovada na última sexta-feira, após mais de 30 anos de debates. O desafio agora será a regulamentação por meio de leis complementares, que serão enviadas pelo governo ao Legislativo em 2024.

A cerimônia de promulgação contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin, do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

"É hoje e aqui que mudamos a trajetória do País. É uma conquista do Congresso e do povo brasileiro", afirmou Pacheco.

"Mesmo com tanta dificuldade de se chegar a um novo texto, a **reforma tributária** se impôs. O Congresso aprovou a reforma porque não havia mais como adiá-la." Lula afirmou que, com a aprovação da reforma, o Congresso demonstrou "compromisso com o povo brasileiro".

"Não precisa gostar do governo, gostar do Lula, mas guardem essa foto, e se lembrem: contra ou a favor, vocês contribuíram para esse País, na primeira vez no regime democrático, (ao) aprovar uma **reforma tributária**."

MILITÂNCIA.

Nem a sessão solene, geralmente mais atenta a liturgias, escapou da disputa entre governo e oposição, com parlamentares alternando gritos de guerra e xingamentos.

De um lado, governistas gritavam "Lula, guerreiro, do povo brasileiro". De outro, se ouviam gritos de "ladrão".

"Esperava que seria um dia de consagração (...). Pediria a essa Casa que se terminasse essa sessão com o maior nível de respeito possível. Essa Casa representa.

Vamos fazer o máximo possível para nos comportamos", pediu Lira. "Foram 40 anos de espera que transformaram nosso sistema tributário num manicômio fiscal. Não havia mais tempo a esperar. O Brasil merecia um sistema tributário organizado, eficiente, justo e que se transformasse em um dos pilares para o desenvolvimento.

É a primeira ampla mudança do sistema tributário nacional feito no regime democrático", disse o presidente da Câmara. No discurso, Lira se referiu a Haddad como "parceiro constante dessa luta".

O ministro, por sua vez, rebateu críticos que dizem que a reforma é imperfeita. "Perfeição e imperfeição são atributos que não cabem a um projeto coletivo com tantos atores.

Isso aqui aglutinou muitos anseios, muitas disputas e muitas delas legítimas. Ela é perfeita porque foi feita sob a democracia.

Todo mundo foi ouvido.

E ela é perfeita porque reconhece que o processo histórico há de torná-la ainda melhor."

MUDANÇAS.

A reforma institui o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual: um do governo federal e outro de Estados e municípios.

O novo modelo de tributo tem por princípio a não cumulatividade plena, ou seja, impede a chamada "tributação em cascata", que hoje onera consumidores e empresas.

Serão três novos **tributos**: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), substituindo o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios; a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substitui PIS, Cofins e o IPI, que são federais; e o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos danosos à saúde e ao meio ambiente.

Também faz parte da espinha dorsal da reforma o deslocamento da cobrança dos **tributos** da origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida). Com essa nova sistemática, a reforma promete colocar fim à guerra fiscal entre os Estados, na qual governadores concedem incentivos tributários para atrair investimentos - uma anomalia brasileira, que se perpetua por décadas.

Com a reforma, a expectativa é de que o Brasil entre num novo ciclo de aumento da produtividade, do investimento e do Produto Interno Bruto (**PIB**). A mudança, porém, não será de uma hora para outra, pois haverá um período de transição.

O potencial de crescimento é considerado difícil de mensurar, mas a aposta é de que o avanço de se unificar a base de tributação entre bens e serviços será muito maior do que o prejuízo advindo das exceções aprovadas pelo Congresso e que podem levar a alíquota do IVA a uma das maiores do mundo (mais informações em quadro nesta página).

Haddad afirmou que a Fazenda vai recalculer os impactos das mudanças feitas na Câmara, mas indicou que a alíquota-padrão deve ficar no máximo em torno de 27,5%.

LEIS COMPLEMENTARES.

O governo terá um prazo de 180 dias para elaborar os projetos que serão enviados ao Congresso para regulamentar as novas regras de tributação do consumo, mas o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma, Bernard Appy, planeja concluir os textos antes do fim do prazo.

Lira, um dos fiadores da reforma, já alertou que essas legislações trarão os "detalhes mais agudos" do novo sistema e, portanto, exigirão atenção redobrada.

"No primeiro dia legislativo de 2024, começaremos a discutir a indispensável legislação complementar", disse o presidente da Câmara ontem.

Essas legislações vão definir, por exemplo, a alíquota do IVA dual. Também será por meio da regulamentação que ficará mais claro como funcionarão os regimes diferenciados e as alíquotas reduzidas para determinados setores - multiplicados em razão da pressão de setores econômicos.

No ano que vem, governo e Congresso também definirão a atuação do Comitê Gestor do IBS, que distribuirá os recursos para Estados e municípios; a composição da cesta básica, de grande interesse do agronegócio e do setor supermercadista; o sistema de

cashback (devolução de **tributos**), previsto para a conta de luz e o gás de cozinha; e a implementação do Imposto Seletivo.

Cenário Expectativa é de que reforma possa fomentar o aumento da produtividade e dos investimentos

Perguntas respostas

Para entender a reforma

Como vai funcionar Serão criados dois **Impostos** sobre Valor Agregado (IVA): o Imposto sobre Bens e Serviços, que substituirá o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios; e a Contribuição sobre Bens e Serviços, que vai unificar os **tributos** federais PIS, Cofins e IPI, com base ampla e não cumulatividade na cadeia de produção - ou seja, sem tributação em cascata

E os outros **impostos**?

O governo terá agora 90 dias para enviar projeto que muda a taxa sobre a renda. Outros **impostos** continuarão existindo separadamente, como o IOF, IPVA e IPTU

Os produtos pagarão a mesma alíquota?

Não. Para possibilitar a aprovação do projeto em meio a pressões de vários setores, foram criadas alíquotas diferenciadas para alguns segmentos.

Há ainda os chamados regimes específicos, que terão regras diferentes de tributação, como combustíveis e serviços financeiros. Essas regras serão definidas por lei complementar

Qual será a alíquota-padrão?

Ainda não foi definida. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que vai recalculer os impactos das mudanças feitas na Câmara, mas indicou que deve ficar em torno de 27,5%. A depender de como for feita a regulamentação da reforma, a alíquota pode cair para próximo de 26%, avaliam técnicos do governo.

Todas essas mudanças já estão valendo?

Não, a reforma tem um prazo de implementação longo. A transição da CBS federal se inicia em 2026, em forma de teste, com alíquota de 0,9%.

Mas a partir de 2027 a nova contribuição será totalmente implementada. Já a transição do IBS, estadual e municipal, será mais longa. O novo imposto terá alíquota de apenas 0,1% no período de teste de

2026 a 2028, e sua implementação total só ocorrerá em 2033, seguindo um cronograma gradativo

O contribuinte vai pagar mais ou menos **impostos**?

A ideia da reforma é ser "neutra", ou seja, não aumentar e nem diminuir a carga tributária.

Dessa forma, é provável que alguns produtos ou serviços fiquem mais caros, por conta de um imposto maior, e outros fiquem mais em conta. Na média, a ideia é que o contribuinte brasileiro pague a mesma coisa de hoje

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Reforma passa a valer

VICTORIA ABEL E ALICE CRAVO
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA (Colaborou Eliane Oliveira)

Em sessão solene histórica, o Congresso Nacional promulgou ontem a maior **Reforma Tributária** desde a ditadura militar, que substituiu cinco **tributos** sobre o consumo e coloca o país entre aqueles que adotam o sistema do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O desafio agora será a regulamentação de diversos pontos do texto, com alíquotas e regimes específicos. A emenda constitucional foi aprovada na última sexta-feira após quase quatro décadas. A cerimônia de promulgação teve a presença dos chefes dos Três Poderes: o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso.

Durante a sua declaração, Lula enalteceu o trabalho do Congresso Nacional, se disse feliz com a aprovação da reforma, mas ponderou que ela não vai resolver todos os problemas do país.

- Certamente ela (a reforma) não vai resolver todos os problemas. Mas ela foi a demonstração de que esse Congresso Nacional, e eu já vivi aqui dentro, independentemente da postura política de cada um, independentemente do partido de cada um, esse Congresso Nacional, toda vez que teve que mostrar compromisso com o povo brasileiro, ele mostrou - afirmou.

Lula foi aplaudido e vaiado em vários momentos da sessão, antes e depois do seu discurso. O presidente afirmou que o Congresso é a cara do Brasil, e que a fotografia da reforma é histórica.

- Não precisa gostar do governo, gostar do Lula. Guardem essa foto e se lembrem, que contra ou a favor, vocês contribuíram para que este país, na primeira vez no regime democrático, aprovou uma **Reforma Tributária**. Eu não sei se todos vocês têm noção da fotografia do dia de hoje.

Ele terminou o discurso agradecendo a Deus, em uma fala que foi vista como um gesto para as bancadas religiosas da Casa.

-Tenho certeza de que temos que agradecer a Deus. Porque somente o Todo-Poderoso é capaz de fazer com que um Congresso tão adverso como esse vote pela primeira vez uma política tributária para começar

a resolver o problema do povo pobre.

TORÇA DA DEMOCRACIA"

O presidente do Senado ressaltou o fato de essa ser a primeira reforma no sistema tributário em um regime democrático. Pacheco afirmou que a **Reforma Tributária** representa a força da democracia brasileira: -A proposta representa o último passo, o passo que nos faltava, para que substituíssemos o "poder de tributar", característico dos Estados autoritários, pelo "direito de tributar", que diferencia o Estado democrático moderno. A relação de tributação deixa, definitivamente, de ser hierárquica, imposta pelo Executivo Federal, e passa a ser democrática, construída coletivamente e colaborativamente pelo Parlamento e pelos entes subnacionais.

Lira também ressaltou o fato de essa ser a primeira grande reforma no sistema tributário pós-ditadura. Afirmou que a reforma não é pauta de governo, e assumiu o compromisso de iniciar as discussões sobre a regulamentação do texto a partir de fevereiro, quando os parlamentares voltam do recesso que se inicia na próxima sexta-feira.

- Já assumo aqui o compromisso público de, já no primeiro dia Legislativo desta Casa em 2024, começarmos a discutir a indispensável legislação complementar que irá calçar a reforma promulgada hoje -disse Lira. - Ajustes serão necessários, outras reformas também. E essa Casa estará sempre disposta a debater o que for melhor para o país.

As legislações complementares vão detalhar como funcionarão as novas cobranças e determinar a alíquota do IVA. Técnicos da Fazenda preveem o envio de ao menos três projetos de lei ao Congresso.

LEIS VÃO DETALHAR SISTEMA

Essas leis vão definir, por exemplo, a alíquota do IVA. Será por meio da regulamentação que ficará decidido como funcionarão os regimes diferenciados e as alíquotas reduzidas para determinados setores. Governo e Congresso definirão, por meio de lei complementar, os produtos da cesta básica nacional - que terão imposto zerado -; o sistema de cashback (devolução de **tributos**), previsto para a conta de luz e o gás de cozinha; e a implementação do Imposto Seletivo, que incide sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Em discurso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, agradeceu ao secretário da reforma, Bernard Appy - autor do projeto que deu origem ao texto aprovado pelo Congresso. E pediu ao STF para ser o guardião da reforma: - Apelo ao presidente do STF, porque a partir deste momento a emenda constitucional tem um guardião, que é o Supremo, para que a emenda seja recebida com a generosidade que ela merece.

O ministro disse que a reforma é perfeita porque foi feita sob a democracia.

- Muitos dizem que a reforma é imperfeita. Isso aqui é um vetor de muitas vontades, disputas. Ela é perfeita, porque ela foi feita na democracia.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, agradeceu ao presidente do Senado por tê-la convidado para compor a mesa, sendo a única mulher nessa posição.

-Falam que essa reforma é da indústria. E verdade. Mas é a reforma do emprego e da renda. Vai dar dignidade ao povo. E a reforma dos mais pobres. Ela é a mãe de todas as reformas. Ela é a reforma das mulheres, porque é a mulher pobre que precisa colocar comida na mesa. É a mulher que é a primeira a perder o emprego.

"Somente o Todo-Poderoso é capaz de fazer com que um Congresso tão adverso como esse vote pela primeira vez uma política tributária para começar a resolver o problema do povo pobre" Lula, presidente, agradecendo a Deus pela aprovação da reforma

"Já assumo aqui o compromisso público de, Já no primeiro dia Legislativo desta Casa em 2024, começarmos a discutir a indispensável legislação complementar que irá calçar a reforma promulgada hoje" Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária deve gerar alocação mais eficiente dos recursos

Marta Watanabe

A **reforma tributária** pode surpreender e promete melhorar a produtividade e contribuir para um maior crescimento econômico. Mas uma emenda constitucional tão extensa, que acrescenta mais de 70 páginas à Constituição Federal, pode suscitar muitas disputas judiciais e trazer riscos fiscais à União. A partir de 2024, a reforma requer ainda acompanhamento das leis que criarão os parâmetros do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Essas foram parte das ideias debatidas em evento sobre **reforma tributária** promovido ontem pela Casa Lide em São Paulo.

"É muito importante para o país uma reforma desse tamanho", diz Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda e diretor de estratégia econômica e relações com mercados do Banco Safra. "Acho que das 74 páginas do texto da reforma provavelmente umas 65 ou 70 são para dar conta de todos os detalhes e interesses legítimos da federação de um país grande, complexo e variado", declara. Na essência, diz, a reforma seria muito simples e teria cerca de três páginas se não tivesse que atender essas preocupações.

Mesmo assim, diz, a reforma deve propiciar alocação mais eficiente dos recursos e redução de custo às empresas. Uma das grandes mudanças, destaca, será a mudança do cálculo "infernado" de créditos do atual ICMS. "Basicamente se permitirá [com o IVA] que todos as despesas da empresa, com algumas exceções, gerem crédito, no chamado crédito financeiro, com destaque na nota fiscal. Isso tem um segundo efeito de eficiência extraordinária", avalia Levy. Além de reduzir a litigiosidade, diz, será possível automatizar o processo.

"Inclusive a divisão [de recursos] entre os diferentes níveis de governo, no chamado split. Quando se paga um boleto, cada pedacinho daquele dinheiro vai numa direção e se compensa. Quando tiver agora o crédito financeiro, isso poderá ser feito automaticamente. Empresas e Tesouro vão poder receber o dinheiro mais rápido. Vamos ter uma espécie de pix do lado fiscal", compara Levy. "Obviamente vai ter resistência, mas será um salto extraordinário."

"O Brasil precisa crescer 2,5% a 3% ao ano. Caso

contrário o problema fiscal não tem solução", afirma Levy. Esse nível de crescimento, diz, demanda ganho de produtividade e melhora da alocação do capital, com a melhora do custo de conformidade tributária e do processo de recebimento dos créditos do imposto sobre consumo, de forma automatizada. "Essa é a promessa da reforma."

Para Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda e ex-secretário de Fazenda de São Paulo, haverá ganho de produtividade com a simplificação e maior uniformidade de alíquotas. Com o atual ICMS, diz, cada Estado tem uma alíquota e há várias alíquotas dentro do mesmo Estado, o que é um "pesadelo". A reforma, diz, deve equacionar isso, e foi um grande avanço, mas uma oportunidade foi perdida com os tratamentos diferenciados pela tributação zero ou alíquota reduzida. Quanto maior o nível de exceções, lembra, maior alta a alíquota do imposto. "O projeto aprovado no Senado, nesse aspecto, estava pior. Isso melhorou bastante na Câmara, mas ainda assim teremos uma taxa entre 26% e 27%. Antes seria 28%, agora em torno de 27%, mas ainda assim é uma das taxas mais altas do mundo."

A promulgação da reforma é um avanço histórico, mas entre os riscos embutidos há a possibilidade de a alíquota do IVA ficar mais alta que o necessário porque "há um buraco nas contas que precisa ser financiado", avalia Caio Megale, economista-chefe da XP. Há também, diz, risco de pressão fiscal para a União ao longo do tempo. "O custo ficou salgado para compensação a Estados e fundos".

"Estamos em meio a um turbilhão tributário", diz Megale, lembrando que além da reforma da tributação do consumo, espera-se também a reforma do Imposto de Renda. Ao mesmo tempo há as medidas tributárias do governo para o ajuste fiscal.

A economista Zeina Latif lembra um ponto de atenção em 2024, quando começará a discussão das leis complementares à reforma do IVA. As eleições municipais, diz, podem limitar a agenda do Congresso. Mais à frente, diz, "talvez a gente se surpreenda com o resultado da reforma". Ela compara com as reformas trabalhistas no governo de Michel **Temer**, "tanto a terceirização quanto a flexibilização da CLT". Quando foram aprovadas havia muito ceticismo e hoje a gente se surpreende com o impacto, tema dos economistas

ao olhar a resiliência do mercado de trabalho."

Com 74 páginas, a emenda da reforma leva muitos detalhes para a Constituição, ressalta Jorge Rachid, ex-secretário da Receita. Ele vê, à frente, grande risco de instabilidade e lembra que o "jogo" com o novo IVA começa em 2026 e acaba em 2032. "Até lá vamos conviver com os **tributos** atuais e os problemas já diagnosticados e também com as questões futuras, o que é preocupante."

Para o professor titular de direito financeiro da Universidade de São Paulo (USP) Heleno Torres, a reforma é necessária e é um marco indiscutível, mas "é inaceitável que numa democracia, por desconfianças federativas e dos atores que fazem parte do processo político, tenhamos que inserir tantas páginas na Constituição para chegarmos ao resultado da **reforma tributária**". Ele lembra que nenhuma Constituição no mundo contempla tamanha extensão de texto e agora isso se amplia mais ainda. "Uma palavra na Constituição leva a processos intermináveis no STF de discussões semânticas."

A quantidade enorme de texto, avalia, levará a discussões sobre a compatibilidade não só entre o texto constitucional e o das leis complementares, mas também sobre a compatibilidade entre a regulamentação, as leis complementares e a Constituição. "Isso dará enorme espaço para judicialização não só por tributaristas, mas por procuradores de Estados e municípios que estarão ávidos para ampliar sua competência e o poder de atração de recursos para o destino ou para fundos correspondentes."

"Houve melhora, mas ainda assim teremos alíquota alta de IVA" Henrique Meirelles

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231220/>

Nova legislação tributária é promulgada

Em sessão solene histórica, o Congresso Nacional promulgou ontem a **reforma tributária**. A emenda constitucional que muda a tributação sobre o consumo no país foi aprovada na última sexta-feira, após mais de 30 anos de debate. O desafio agora será a regulamentação por meio de leis complementares, que serão enviadas pelo governo ao Legislativo em 2024.

A cerimônia contou com a presença de autoridades como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

- Este Congresso está hoje entregando ao país talvez uma das suas reformas mais estruturantes nos últimos anos, nas últimas décadas, que é a **reforma tributária** - afirmou o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que relatou a proposta de emenda constitucional (PEC) na Câmara.

Na espinha dorsal da reforma, está a substituição de cinco **impostos** (Pis, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por dois, um de competência da União e outro dos Estados e municípios, além da criação do Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos danosos à saúde e ao meio ambiente. O novo modelo tem por princípio a não cumu-latividade e o deslocamento da cobrança dos **tributos** da origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida), para dar fim à guerra fiscal.

O governo terá um prazo de 180 dias para elaborar os projetos que serão enviados ao Congresso para regulamentar as novas regras. Essas legislações vão definir, por exemplo, a alíquota dos novos **impostos**.

Agressão

Com o plenário da Câmara lotado, o momento da promulgação do texto foi marcado por deputados alternando gritos de guerra de cunho político.

De um lado, governistas gritavam "Lula guerreiro, do povo brasileiro". De outro, gritos de "ladrão" e "cachaceiro".

- Pediria a essa Casa que se terminasse essa sessão com maior nível de respeito possível. Essa Casa representa o Brasil. E é um dia histórico - apelou Lira.

O deputado Washington Qua-quá (PT-RJ) chegou a

agredir o colega Messias Donato (Republicanos-ES) durante a sessão. A discussão aconteceu após deputados de oposição entoarem xingamentos para Lula. A agressão foi gravado por assessores. Donato afirmou que registraria boletim de ocorrência.

"Começamos o ano com a depredação das instituições, em uma tentativa contra a democracia. Hoje, estamos mostrando ao país por que é importante a democracia.

AGUINALDO RIBEIRO (PP-PB)

Relator da reforma na Câmara

Site: https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20231221&_gl=1*10hsibj*_gcl_au*MTcxNjUzNDA0My4xNzAyMTA5MDAx#page/40

Desafio agora será a regulamentação

Do Estadão Conteúdo

O Congresso promulgou no período da tarde desta quarta-feira, 20, a maior **reforma tributária** desde a ditadura militar. A emenda constitucional que muda a tributação sobre o consumo no País foi aprovada na última sexta-feira, 15, após mais de 30 anos de debate. O desafio agora será a regulamentação por meio de leis complementares, que serão enviadas pelo governo ao Legislativo em 2024.

A cerimônia de promulgação da reforma contou com a presença de autoridades como o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

A **reforma tributária** cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS estadual e o ISS municipal, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que ficará no lugar de **tributos** federais, como o PIS e a Cofins.

A proposta também estabelece um Imposto Seletivo que compensará o fim do IPI e servirá para desestimular o uso de produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente. O princípio da reforma é deslocar a cobrança do imposto da origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida).

O governo terá um prazo de 180 dias para elaborar os projetos que serão enviados ao Congresso para regulamentar as novas regras de tributação do consumo, mas o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma, Bernard Appy, planeja concluir os textos antes do fim do prazo, com um trabalho conjunto da União, Estados, municípios e parlamento.

As leis complementares vão definir, por exemplo, a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, que reúne o IBS estadual e a CBS federal. Também será por meio da regulamentação que ficará mais claro como funcionarão os regimes diferenciados e as alíquotas reduzidas para determinados setores.

No ano que vem, governo e Congresso também definirão, por meio de lei complementar, a atuação do

Comitê Gestor do IBS, que distribuirá os recursos arrecadados para Estados e municípios, a composição da cesta básica nacional, o sistema de cashback (devolução de **tributos**) e a implementação do Imposto Seletivo.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Reforma tributária brasileira é promulgada

Com a presença dos representantes dos Três Poderes, foi promulgada a **reforma tributária**, ontem. Ainda que o clima tenha sido de comemoração, os parlamentares discutiram no plenário da Câmara dos Deputados e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi vaiado, bem como recebido com gritos de apoio.

O presidente Lula participou da sessão e comemorou a nova política tributária, afirmando que a emenda constitucional é "para começar a resolver o problema do povo pobre desse país".

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), destacou que a medida é uma "conquista" do Legislativo e do povo brasileiro. "O dia de hoje será lembrado não apenas como um marco histórico, mas como um ponto de virada, um divisor de águas. É aqui que mudamos a trajetória do Brasil. Este dia representa o início de um novo país rumo ao progresso. É uma conquista do Congresso Nacional, é uma conquista do povo brasileiro", declarou Pacheco.

O novo sistema transforma cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Dentro do IVA, haverá o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para substituir os **tributos** federais e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em lugar dos **tributos** estadual e municipal. Foi criado ainda o Imposto Seletivo (IS), para taxar produtos prejudiciais à saúde.

Entre outras mudanças, está a forma de cobrança do tributo, que passará a ser apenas do estado destino, ou seja, onde o produto for comprado. O texto estipula a alíquota padrão, a ser definida, posteriormente, por lei complementar.

A agência de classificação de risco Standard E Poor's (SEP) aumentou, na terça (19), a nota de crédito do Brasil. Passou de BB- para BB, o que indica maior estabilidade para o cenário de risco a curto prazo. A agência destacou a aprovação da **Reforma Tributária** como fator positivo, mas cita **insegurança fiscal** e adota tom de cautela sobre o futuro. (Correio Braziliense)

Lula comemorou nova política, ao lado de Pacheco

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2023/12/reforma-tributaria-brasileira-e-promulgada.html>

CONGRESSO PROMULGA REFORMA TRIBUTÁRIA APÓS MAIS DE 30 ANOS DE DISCUSSÕES

G1

O Congresso Nacional promulgou ontem a **reforma tributária**, considerada fundamental para simplificar a cobrança de **impostos** no País.

A sessão solene contou com a presença dos chefes dos três poderes: Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso.

O plenário da Câmara, onde se realizam as sessões do Congresso, estava lotado. A chegada de Lula foi ovacionada por deputados e senadores aliados.

Em sua fala, o Presidente ressaltou que é a primeira vez que ocorre uma ampla modernização do modelo de cobrança de **impostos** durante um regime democrático.

Lula afirmou para os parlamentares presentes que a foto da mesa do Congresso durante a promulgação é um importante símbolo do País, com políticos de diversas tendências representados. Entre as autoridades, além de Lula, estavam Pacheco e o deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara.

"Não precisa gostar do governo Lula. Guarde essa foto, se lembrem que, contra ou a favor, vocês contribuíram que este país, pela primeira vez no regime democrático, aprovou a **reforma tributária**", disse Lula em seu discurso.

O Presidente aproveitou para fazer um aceno a Lira, Pacheco e ao Congresso.

"É a demonstração de que este Congresso, independente da posição política, este Congresso, toda vez que precisou demonstrar compromisso com o povo, quando ele foi desafiado, ele demonstrou", afirmou o Presidente.

DIVISOR DE ÁGUAS Primeiro a discursar, Pacheco afirmou que a promulgação entra para a história do País.

"Este dia será marcado para a história. É um divisor de águas. É o Brasil rumo ao progresso. É uma conquista do Congresso Nacional, uma conquista do povo brasileiro", afirmou o senador.

Pacheco ressaltou as vantagens que ele vê na reforma, como a redução de desigualdades sociais e o desenvolvimento econômico.

"Não se trata apenas de uma redução na quantidade de **tributos**, mas de um mudança qualitativa do modelo. A transparência do sistema vai atrair investimentos e criar empregos. Vai reduzir as desigualdades sociais e produzir desenvolvimento equânime para todos os brasileiros", continuou.

O presidente do Congresso também lembrou que as leis tributárias do País vinham do período do regime militar. Ele afirmou que a aprovação da reforma é uma vitória da democracia.

"Representa a força da democracia, para que substituíssemos o poder de tributar dos Estados autoritários para o direito de tributar dos estados democráticos modernos", completou Pacheco.

VOTAÇÃO HISTÓRICA

A última rodada de votações do texto aconteceu na Câmara dos Deputados na última sexta-feira (15). O projeto foi aprovado pela primeira vez na Câmara em julho e pelo Senado no início de novembro. Como foi modificado pelos senadores teve de voltar para análise dos deputados.

'SISTEMA TRIBUTÁRIO ERA 'MANICÔMIO FISCAL', DIZ LIRA

AGÊNCIA CÂMARA

Em seu discurso após a assinatura do documento que promulgou a Emenda Constitucional da **reforma tributária**, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que era um momento histórico.

"Foram 40 anos de espera que transformaram nosso sistema tributário num manicômio fiscal. Não havia mais tempo a esperar. O Brasil merecia um sistema tributário organizado, eficiente, justo e que se transformasse em um dos pilares para o desenvolvimento. É a primeira ampla mudança do sistema tributário nacional feita no regime democrático", disse o Presidente da Câmara.

Lira elogiou o ministro da Economia, Fernando Haddad, a quem chamou de "parceiro constante dessa luta".

Haddad, que estava na sessão, assim como outros ministros e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fez apelo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, afirmando que o STF será o "guardião da reforma".

O ministro ainda rebateu críticos que dizem que a reforma é imperfeita.

"Perfeição e imperfeição são atributos que não cabem a um projeto coletivo com tantos atores. Isso aqui aglutinou muitos anseios, muitas disputas - e muitas delas, legítimas. Ela é perfeita porque foi feita sob a democracia. Todo mundo foi ouvido. E ela é perfeita porque reconhece que o processo histórico há de torná-la ainda melhor", disse o ministro.

A questão das apostas online e a regulamentação do jogo no Brasil (Artigo)

Davi Marques da Silva

Davi Marques da Silva

Professor de Direito Tributário da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio

A regulamentação da tributação e fiscalização dos sites de apostas online no Brasil surge em um contexto de reação, imprescindível, à suspeita de manipulação de resultados nas chamadas apostas de eventos reais.

Essas modalidades são aquelas baseadas em jogos com resultado em tempo real, como nos esportes. Nestes casos, no momento da aposta é definido o quanto o apostador pode ganhar caso acerte o palpite.

Os escândalos surgem com a verificação de que alguns profissionais do futebol foram cooptados para manipular apostas acerca de recebimento de cartões amarelos e expulsões.

No que se refere à atividade dos jogos e apostas, que embora tivessem sido proibidos como contravenção penal, sempre foram explorados diretamente, ou mediante autorização do poder público, como foi o caso dos bingos.

A Constituição Federal confere à União a privatividade da regulamentação dos consórcios e sorteios de acordo com o artigo 22, inciso XX, e prevê, como fonte de receita da **previdência social** os concursos de prog- A questão que se põe é a capacidade de fiscalizar eventuais manipulações de resultados nósticos descritos no artigo 195, inciso III.

Tratando-se de um serviço público, conforme reconhecido pela doutrina do direito administrativo, a exploração pode ocorrer diretamente pelo poder público, como é o caso das várias loterias exploradas economicamente pela Caixa Econômica Federal. Também é possível mediante concessão ao particular ou simples autorização.

O projeto de lei 3626/2023 vem para regular limites da exploração dos jogos e fiscalizar, bem como a forma de remuneração da União pelos referidos serviços mediante o pagamento de outorga. A proposta legislativa, porém, vai mais além, passando a exigir a

remuneração pelos exploradores da atividade de uma taxa (a título de fiscalização, legítimo exercício de poder de polícia) e dos usuários pela renda recebida, criando uma forma de bis in idem, tributando a renda obtida pelo jogador duplamente (imposto de renda e contribuição).

Neste último aspecto, parece que há uma incompatibilidade entre ambas as tributações, havendo ainda a supressão de parcela de imposto sobre a renda que seria devida como repasse aos Fundos de Participação de Estados e Municípios.

No que se refere à pressão por legalização dos demais tipos de apostas em jogos como os cassinos e jogos com cartas, argumentado pelo Senado, não parece que haja uma diferença substancial entre as atividades de apostas online, como hoje praticadas (com eventos reais) e aquelas outras utilizadas nos ambientes de cassinos, bingos e demais formas de prognósticos em resultados sobre eventos futuros. A questão que se põe é a capacidade de fiscalização do ente público sobre eventuais manipulações de resultados, dificultando o recebimento do valor prometido.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_941903E0B8C4245DDE4042788D105FB49B0FED3A1059FA8F893438D7078605553B195D014FD90DC4A015724F83CC6205768C5627B7D903349F5184EBB17ED63434C4AE21EAE87D7E69BDABB68E7E82F433CA431AECFF66CC70F5922F109FEDCF98AB51F29C24645C246FB2686F95C655EAE9BF61A924DC21111CF

Congresso promulga reforma; desafio é a regulamentação

Em sessão solene histórica, o Congresso Nacional promulgou ontem a maior **reforma tributária** no Brasil desde a ditadura militar. A emenda constitucional que muda a tributação sobre o consumo no País foi aprovada na última sexta-feira (15), após mais de 30 anos de debate. O desafio agora será a regulamentação por meio de leis complementares, que serão enviadas pelo governo ao Legislativo em 2024.

A cerimônia de promulgação contou com a presença de autoridades como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Lula destacou que, com a aprovação da reforma, o Congresso demonstrou "compromisso com o povo brasileiro". "Não precisa gostar do governo, gostar do Lula, mas guardem essa foto e se lembrem: contra ou a favor, vocês contribuíram para esse País, na primeira vez no regime democrático, aprovar uma **reforma tributária**", afirmou.

O presidente foi aplaudido e vaiado ao dizer que o crescimento melhorou e a **inflação** caiu em seu primeiro ano de mandato. O momento da promulgação do texto foi marcado por embates entre oposição e governo, que alternavam gritos de guerra no plenário. De um lado, governistas gritavam "Lula, guerreiro, do povo brasileiro". De outro, se ouviam gritos de "ladrão" e "cachaceiro".

"Esperava que seria um dia de consagração dessa Casa (...). Pediria a essa Casa que se terminasse essa sessão com maior nível de respeito possível. Essa Casa representa o Brasil. E é um dia histórico. Vamos fazer o máximo possível para nos comportamos", afirmou Arthur Lira.

O ministro Fernando Haddad, por sua vez, fez apelo ao presidente do STF, afirmando que o Supremo será o "guardião da reforma". Ele rebateu críticos que dizem que a reforma é imperfeita. "Perfeição e imperfeição são atributos que não cabem a um projeto coletivo com tantos atores. Isso aqui aglutinou muitos anseios, muitas disputas. Ela é perfeita porque foi feita sob a democracia. Todo mundo foi ouvido", disse o ministro da Fazenda. (AE)

Prazo para as leis complementares O governo terá um prazo de 180 dias para elaborar os projetos que serão enviados ao Congresso para regulamentar as novas regras de tributação do consumo, mas o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma, Bernard Appy, planeja concluir os textos antes, com um trabalho conjunto da União, Estados, municípios e parlamento. Arthur Lira, um dos fiadores da reforma, já alertou que essas legislações trarão os "detalhes mais agudos" do novo sistema e, portanto, exigirão atenção redobrada. "No primeiro dia legislativo de 2024, começaremos a discutir a indispensável legislação complementar", disse o presidente da Câmara nesta quarta na cerimônia de promulgação. (AE)

Entenda o que muda Novos **tributos** A **reforma tributária** institui o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual: um do governo federal e outro de Estados e municípios. O novo modelo de tributo tem por princípio a não cumulatividade plena, ou seja, impede a chamada "tributação em cascata", que hoje onera consumidores e empresas.

Serão três novos **tributos**: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), substituindo o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios; a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substitui PIS, Cofins e o IPI, que são federais; e o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos danosos à saúde e ao meio ambiente.

Onde cobra?

Também faz parte da espinha dorsal da reforma o deslocamento da cobrança dos **tributos** da origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida). Com essa nova sistemática, a reforma promete colocar fim à guerra fiscal entre os Estados, na qual governadores concedem incentivos fiscais para atrair investimentos aos seus territórios - uma anomalia brasileira, que se perpetua por décadas.

Impacto no PIB Com a reforma, a expectativa é de que o Brasil entre num novo ciclo de aumento da produtividade, do investimento e do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Quando?

A mudança, no entanto, não será de uma hora para outra, pois haverá um período de transição, que terá início em 2026, levando à extinção dos **tributos** atuais em 2033. Já a transição da tributação na origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida) durará 50 anos. (AE)

Site: <https://digital.jornalnh.com.br>

Setores terão tributação diferenciada

DA REDAÇÃO

A **reforma tributária** inclui regimes específicos de tributação, que são exceções dentro da regra para alguns setores que poderão recolher os novos **tributos** em um formato diferente daquele que valerá para os demais, a partir de pedidos feitos pelo setor privado para manter a carga tributária atual, com alíquota mais baixa possível e sistema não cumulativo. De acordo com o Ministério da Fazenda, a regulamentação desses regimes não está definida e será discutida com os estados e municípios, que também são afetados por qualquer impacto na arrecadação.

De acordo com o site da 'Folha de S. Paulo', inicialmente, a diferenciação seria aplicada a combustíveis e lubrificantes, operações de crédito e bens imóveis, como em outros países. Mas a lista cresceu no Congresso e passou a incluir transporte interestadual, turismo e entretenimento.

BANCOS A versão atual da reforma diz que a carga dos **tributos** extintos sobre empréstimos deve ser mantida até 2031. Provavelmente com uma cobrança sobre faturamento. Tarifas bancárias e comissões serão tributadas pela regra geral, com alíquota cheia e direito a crédito. Também terão tributação diferenciada operações de câmbio, seguros, consórcios, previdência privada, arranjos de pagamento e corretagem.

IMÓVEIS O regime específico se aplica a quatro tipos de operações imobiliárias: (a) construção e incorporação; b) parcelamento do solo e alienação de bem imóvel; c) locação e arrendamento; d) administração e intermediação (corretagem).

SAÚDE O setor de saúde foi contemplado com isenção ou alíquota reduzida em 60%, o que manteria a carga desses serviços em um patamar próximo ao atual de 10%. Avaliou-se, no entanto, que os planos de saúde precisam de uma alíquota em torno de 8% e que tribute apenas o valor da intermediação financeira entre clientes e médicos.

COMBUSTÍVEIS Os novos **tributos** incidirão uma única vez, provavelmente na refinaria, e não a cada etapa da produção, para evitar sonegação.

As alíquotas podem variar de acordo com o produto, favorecendo combustíveis menos poluentes, e serem aplicadas por unidade de medida. Se o consumidor

desse produto for uma empresa, poderá usar o tributo pago como crédito. A questão mais polêmica está em um artigo que prevê que derivados de petróleo poderão ser tributados com o Imposto Seletivo.

Veja mais na página 2.

Site: <http://www.oliberaldigital.com.br/>

Congresso promulga reforma tributária e aguarda por leis complementares

BRASÍLIA Agência Estado

IMPOSTOS

Em sessão solene, o Congresso Nacional promulgou, ontem, a maior **reforma tributária** desde a ditadura militar. A emenda constitucional que muda a tributação sobre o consumo no País foi aprovada na sexta-feira, 15, após mais de 30 anos de debates. O desafio agora será a regulamentação por meio de leis complementares, que serão enviadas pelo governo ao Legislativo em 2024.

A cerimônia de promulgação contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin, do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Nem a sessão solene, geralmente mais atenta a liturgias, escapou da disputa entre governo e oposição, com parlamentares alternando gritos de guerra e xingamentos.

De um lado, governistas gritavam "Lula, guerreiro, do povo brasileiro". De outro, se ouviam gritos de "ladrão". "Vamos fazer o máximo possível para nos comportarmos", pediu Lira. "Foram 40 anos de espera que transformaram nosso sistema tributário num manicômio fiscal. Não havia mais tempo a esperar. O Brasil merecia um sistema tributário organizado, eficiente, justo e que se transformasse em um dos pilares para o desenvolvimento.

É a primeira ampla mudança do sistema tributário nacional feita no regime democrático", disse o presidente da Câmara. No discurso, Lira se referiu a Haddad como "parceiro constante dessa luta".

A reforma institui o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual: um do governo federal e outro de Estados e municípios. O novo modelo de tributo tem por princípio a não cumulatividade plena, ou seja, impede a chamada "tributação em cascata", que hoje onera consumidores e empresas.

Serão três novos **tributos**: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), substituindo o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios; a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substitui PIS, Cofins e o IPI, que são federais; e o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos danosos à saúde e ao meio ambiente.

Também faz parte da espinha dorsal da reforma o deslocamento da cobrança dos **tributos** da origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida).

Com essa nova sistemática, a reforma promete colocar fim à guerra fiscal entre os Estados, na qual governadores concedem incentivos tributários para atrair investimentos - uma anomalia brasileira, que se perpetua por décadas.

Com a reforma, a expectativa é de que o Brasil entre num novo ciclo de aumento da produtividade, do investimento e do Produto Interno Bruto (**PIB**). A mudança, porém, não será de uma hora para outra, pois haverá um período de transição.

O potencial de crescimento é considerado difícil de mensurar, mas a aposta é de que o avanço de se unificar a base de tributação entre bens e serviços será muito maior do que o prejuízo advindo das exceções aprovadas pelo Congresso e que podem levar a alíquota do IVA a uma das maiores do mundo.

Haddad afirmou que a alíquota-padrão deve ficar no máximo em torno de 27,5%. O governo terá um prazo de 180 dias para elaborar os projetos que serão enviados ao Congresso para regulamentar as novas regras de tributação do consumo, mas o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma, Bernard Appy, planeja concluir os textos antes do fim do prazo.

Site: <http://www.oliberaldigital.com.br/>

Congresso abre caminho para BNDES captar recursos com isenção de IR para investidor (BNDES)

Idiana Tomazelli

O Congresso Nacional abriu caminho para que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) possa captar recursos mediante a concessão de um benefício aos investidores, que terão isenção de Imposto de Renda sobre os rendimentos.

Um dispositivo inserido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, já aprovada, flexibiliza as regras para incentivos ligados à emissão de letras de crédito destinadas ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico de longo prazo.

A medida é estratégica para os planos do banco de fomento, que quer lançar a chamada LCD (Letra de Crédito ao Desenvolvimento), uma opção para reduzir sua dependência em relação ao Tesouro Nacional.

Segundo interlocutores ouvidos pela Folha, uma MP (medida provisória) para formalizar a criação do instrumento já tramita dentro do governo, mas só poderá ser publicada após a sanção da LDO. Estimativas apontam uma renúncia inferior a R\$ 1 bilhão ao ano.

O incentivo das LCDs se assemelha ao benefício concedido aos brasileiros que aplicam recursos em LCI ou LCA (letras de crédito imobiliário e do agronegócio, respectivamente). Nessa modalidade, os segmentos conseguem captar recursos oferecendo uma vantagem aos investidores: a isenção de IR sobre os ganhos obtidos com o título.

No Orçamento de 2024, a **Receita Federal** estimou uma renúncia de R\$ 6,56 bilhões no Imposto de Renda com os benefícios atrelados a LCI e LCA.

Os valores ligados à emissão de LCD devem ser menores porque os bancos de desenvolvimento serão os únicos emissores. Além disso, o próprio BNDES prevê uma implementação gradual do instrumento.

O ajuste na LDO era necessário porque o texto restringia a concessão de novos benefícios tributários a um prazo máximo de cinco anos, o que poderia ser

um complicador, uma vez que as LCDs podem ser emitidas com prazos maiores até o resgate dos recursos pelo investidor.

Por isso, o texto prevê uma exceção a essa regra para beneficiar o novo instrumento do banco de fomento. A mudança foi feita pelo relator da LDO, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), a pedido de membros do BNDES e com a anuência da equipe econômica.

Procurado, o BNDES confirmou o teor da mudança. "A LDO autorizou o benefício fiscal para que o BNDES possa emitir a futura LCD. Esse projeto já está pactuado com o Ministério da Fazenda, que está responsável pelo seu encaminhamento legislativo", disse o banco.

A reportagem questionou o Ministério da Fazenda, inclusive sobre o impacto da renúncia, mas a pasta informou que não se manifestaria sobre projeto ainda em tramitação.

Segundo interlocutores do governo, a MP que criará a LCD também deve fazer alterações pontuais na TLP (Taxa de Longo Prazo), criada em 2017 para balizar os empréstimos do banco de fomento.

O objetivo da TLP foi eliminar os subsídios implícitos que vigoraram em gestões anteriores do PT, quando o banco tomava recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) a uma taxa menor do que o custo de captação do Tesouro. A taxa é atrelada ao custo de captação das NTN-Bs de cinco anos -título público remunerado pela **inflação** mais uma taxa real de juros.

Na visão do banco, porém, captar recursos por uma taxa única tira competitividade de certas linhas de crédito ofertadas pela instituição, como capital de giro, pois encarece o financiamento para os tomadores.

A proposta negociada com o Ministério da Fazenda é criar outras opções de remuneração para além da TLP atual. A tendência é o governo permitir que o BNDES capte recursos do FAT pagando Selic (hoje em 11,75% ao ano) ou outras duas taxas prefixadas.

Segundo técnicos, todas as opções estarão vinculadas

a taxas de mercado, sem criação de novos subsídios implícitos.

As discussões para criar a LCD e flexibilizar a TLP foram reveladas em março pelo diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, em entrevista à Folha .

Na ocasião, ele disse que um dos objetivos do banco é retomar o padrão histórico de desembolsar pelo menos 2% do **PIB**, ou R\$ 200 bilhões. Para isso, a instituição precisa ter recursos em caixa para servirem de fonte de financiamento.

No fim de novembro, o BNDES obteve aval do TCU (Tribunal de Contas da União) para adiar a devolução de R\$ 22,6 bilhões ao Tesouro Nacional . O valor é o saldo remanescente dos empréstimos feitos pelo governo em gestões anteriores do PT e que foram considerados irregulares pelo tribunal.

Em vez de restituir o montante final em 2023, o BNDES vai pagar oito prestações de R\$ 2,9 bilhões anuais, até 2030. A medida ajuda a manter recursos no caixa do banco.

A instituição também tentou emplacar, na **reforma tributária**, um dispositivo para evitar o uso do **FAT** (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para cobrir o déficit da **Previdência Social**. A avaliação é que isso pode levar a um cenário no futuro em que o BNDES tenha de devolver verbas ao FAT , tirando capacidade de financiamento do banco. A mudança, porém, não vingou.

Enquanto a MP que cria a LCD não é apresentada, o deputado Heitor Schuch (PSB-RS) apresentou um projeto de lei para instituir a LCIND (Letra de Crédito da Indústria), com o objetivo de "estimular o desenvolvimento industrial, produtivo e tecnológico brasileiro".

A proposta tem um escopo mais amplo, uma vez que todas as instituições financeiras públicas e privadas poderiam usar o instrumento incentivado para captar recursos -não só os bancos de desenvolvimento.

"O projeto em questão abrange todas as instituições financeiras e será avaliado pelo BNDES em conjunto com a equipe econômica", informou o banco, em nota. A Fazenda disse que não comentaria a proposta em tramitação.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/congresso-abre-caminho-para-bndes-captar-recursos-com-isencao-de-ir-para-investidor.shtml>

Veja o que ainda falta regulamentar na reforma tributária e quais são os próximos passos

Por **Alexandro Martello, Ana Paula Castro, g1 e TV Globo** - Brasília

As linhas gerais da **reforma tributária** sobre o consumo foram aprovadas pelo Congresso Nacional na última semana, após décadas de discussão no Legislativo.

Pontos importantes, como o fim da cumulatividade (cada setor paga o seu imposto, se creditando do que foi pago na etapa anterior), cobrança dos **impostos** no destino (onde os produtos são consumidos, após uma longa transição), simplificação e fim de distorções na economia (como passeio de notas fiscais e do imposto cobrado por dentro) já foram assegurados.

Entretanto, vários temas sensíveis ficaram para o ano de 2024, pois o texto aprovado indica a necessidade de regulamentação de alguns assuntos por meio de projetos de lei. É a chamada regulamentação da reforma. Há um prazo de 180 dias para envio dos projetos ao Legislativo.

?? Para entender: leis complementares servem para regulamentar dispositivos específicos da Constituição. A aprovação depende de número menor de votos, em comparação às PECs - 257 deputados (em dois turnos) e 41 senadores (em somente um turno).

O cronograma da Fazenda prevê que a regulamentação será feita entre 2024 e 2025. Com o término dessa fase, poderá ter início, em 2026, a transição dos atuais **impostos** para o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Entre esses temas, estão:

??Definição das alíquotas necessárias dos IVAs federal, estadual e municipal, assim como do imposto seletivo, para manter a carga tributária estável. Estimativas do governo apontam que a alíquota padrão (para setores sem benefício) pode chegar a 27%, o que seria uma das maiores do mundo.

??Deliberação sobre quais itens serão incluídos na cesta básica, que contará com isenção dos futuros **impostos** sobre consumo federal, estadual e

municipal. Quanto maior for a lista de produtos da cesta básica com alíquota zero, maior tende a ser a alíquota padrão (cobrada dos setores sem benefícios).

??Determinação de quais produtos e serviços poderão contar com alíquotas reduzidas. A PEC traz as categorias que serão beneficiadas com alíquotas reduzidas, mas o benefício terá de ser detalhado, em lei complementar, por bens e serviços. Quanto mais produtos beneficiados, maior terá de ser a alíquota padrão (para setores sem benefício).

??Regimes específicos de tributação para o setor financeiro, incluindo o ramo de seguros, além de combustíveis para operações com imóveis (incorporação, aluguel, imóveis residenciais e comerciais). Se esses setores contarem com tributação menor do que atualmente, tende a haver impacto na alíquota dos demais setores.

??Produtos que terão cobrança do imposto seletivo - apelidado de imposto do pecado -, criado para desestimular produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Armas e munições também seriam taxadas pelo imposto, mas o trecho foi barrado pelos deputados na votação dos destaques (sugestões de alteração do texto) no segundo turno.

??Funcionamento do cashback, a devolução de parte do imposto pago às famílias de baixa renda. Lei complementar definirá quem poderá receber o benefício, como ele será pago, e quais bens e serviços seriam objetivo de devolução de imposto.

??A criação do Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia e do Amapá, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas na região, também será regulamentada por meio de lei complementar.

??Lei complementar também trará as regras de um regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, para que tenham tributação menor que de combustíveis fósseis.

De acordo com Leonardo Roesler, advogado especialista em direito tributário, existem ao menos 46 pontos da **reforma tributária** sobre o consumo que vão ser regulamentados por meio de lei complementar.

"Após a promulgação, as discussões sobre a reforma não se encerram. O Congresso precisa ainda analisar série de projetos de lei que vão regulamentar pontos específicos (...) isso faz com que os efeitos com a aprovação não sejam sentidos de imediato, por conta da transição, que começaria em 2026 e mudaria somente em 2033", declarou.

Segundo ele, a simplificação trazida pela reforma é louvável em questão de redução da burocracia ,

Mas a aplicação prática dessa medida gera preocupações sim, ao mencionar simplificação dos **impostos** sobre consumo inevitavelmente a gente pode falar que pode ter acréscimo de carga tributária para alguns setores", concluiu Leonardo Roesler, advogado especialista em direito tributário.

Tiago Conde, advogado tributarista, professor e doutor em Direito, avaliou que o grande desafio do governo no próximo ano é justamente essa regulamentação da **reforma tributária**, que acontecerá em um ano de eleições municipais.

Não será um ano fácil também, o governo vai ter que se esforçar para que essas regulamentações saiam a contento", disse ele, acrescentando que não existe tributo se não tiver a lei complementar para estabelecer as bases".

"Acho que outro grande desafio é trazer segurança jurídica, o contribuinte quer sistema tributário limpo, não tão complexo como o nosso atual, mas o que precisamos realmente é ter sistema seguro, onde vou ter, por exemplo, direito a crédito e meu crédito estará garantido (...) segurança jurídica para que contribuinte tenha confiança de que essa reforma não vai causar muita judicialização", disse Tiago Conde, advogado tributarista, professor e doutor em Direito.

Reforma tributária

Após décadas de discussões, o Congresso Nacional aprovou, na semana passada, em votação histórica, o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) que atualiza o sistema tributário brasileiro. Concluída a votação, a reforma vai para promulgação, ato que tornará o texto parte da Constituição.

Pela PEC, cinco **tributos** serão substituídos por dois **Impostos** sobre Valor Agregado (IVAs) - um gerenciado pela União, e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios:

?? Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): com gestão federal, vai unificar IPI, PIS e Cofins;

?? Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): com gestão compartilhada estados e municípios, unificará ICMS (estadual) e ISS (municipal).

No modelo do IVA, os **impostos** não são cumulativos ao longo da cadeia de produção de um item.

Exemplo: quando o comerciante compra um sapato da fábrica, paga imposto somente sobre o valor que foi agregado na fábrica. Não paga, por exemplo, imposto sobre a matéria-prima que deu origem ao sapato - a fábrica já terá pagado quando adquiriu o material do produtor rural.

O valor do IVA ainda vai ser estipulado, em outra etapa, quando a PEC for regulamentada. A área econômica calcula que o percentual deverá ser algo em torno de 27% sobre o valor do produto, para manter a atual carga tributária do país -- nem aumentar nem diminuir. Se confirmada, será uma das maiores alíquotas do mundo.

Além disso, os **impostos** passarão a ser cobrados no destino final, onde o bem ou serviço será consumido, e não mais na origem. Isso contribuiria para combater a chamada guerra fiscal , nome dado à disputa entre os estados para que empresas se instalem em seus territórios, mediante a oferta de incentivo fiscais.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/12/21/veja-o-que-ainda-falta-regulamentar-na-reforma-tributaria-e-quais-sao-os-proximos-passos.ghtml>

Promulgada, Reforma Tributária ainda precisa de regulamentação para definir alíquota de novo imposto

Em sessão solene histórica, o Congresso Nacional promulgou ontem a maior **Reforma Tributária** desde a ditadura militar, que substituiu cinco **tributos** sobre o consumo e coloca o país entre aqueles que adotam o sistema do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O desafio agora será a regulamentação de diversos pontos do texto, com alíquotas e regimes específicos.

A emenda constitucional foi aprovada na última sexta-feira após quase quatro décadas. As legislações complementares vão detalhar como funcionarão as novas cobranças e determinar a alíquota do IVA. Técnicos do Ministério da Fazenda preveem o envio de ao menos três projetos de lei ao Congresso.

Será por meio da regulamentação que ficará decidido como funcionarão os regimes diferenciados e as alíquotas reduzidas para determinados setores. Governo e Congresso definirão, por meio de lei complementar, os produtos da cesta básica nacional - que terão imposto zerado -; o sistema de cashback (devolução de **tributos**), previsto para a conta de luz e o gás de cozinha; e a implementação do Imposto Seletivo, que incide sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A cerimônia de promulgação teve a presença dos chefes dos Três Poderes: o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso.

Durante a sua declaração, Lula enalteceu o trabalho do Congresso Nacional, se disse feliz com a aprovação da reforma, mas ponderou que ela "não vai resolver todos os problemas" do país:

- Mas ela foi a demonstração de que esse Congresso Nacional, e eu já vivi aqui dentro, independentemente da postura política de cada um, independentemente do partido de cada um, esse Congresso Nacional, toda vez que teve que mostrar compromisso com o povo brasileiro, ele mostrou.

Lula foi aplaudido e vaiado em vários momentos da sessão, antes e depois do seu discurso. O presidente

afirmou que o Congresso é a cara do Brasil, e que a fotografia da reforma é histórica.

- Não precisa gostar do governo, gostar do Lula. Guardem essa foto e se lembrem, que contra ou a favor, vocês contribuíram para que este país, na primeira vez no regime democrático, aprovou uma **Reforma Tributária**. Eu não sei se todos vocês têm noção da fotografia do dia de hoje.

Ele terminou o discurso agradecendo a Deus, em uma fala que foi vista como um gesto para as bancadas religiosas da Casa.

- Tenho certeza de que temos que agradecer a Deus. Porque somente o Todo-Poderoso é capaz de fazer com que um Congresso tão adverso como esse vote pela primeira vez uma política tributária para começar a resolver o problema do povo pobre.

'Força da democracia'

Pacheco ressaltou o fato de essa ser a primeira reforma no sistema tributário em uma regime democrático. Lira afirmou que a reforma não é pauta de governo, e assumiu o compromisso de iniciar as discussões sobre a regulamentação do texto a partir de fevereiro, quando os parlamentares voltam do recesso que se inicia na próxima sexta-feira.

- Já assumo aqui o compromisso público de, já no primeiro dia legislativo desta Casa em 2024, começarmos a discutir a indispensável legislação complementar que irá calçar a reforma promulgada hoje - disse Lira. - Ajustes serão necessários, outras reformas também. E essa Casa estará sempre disposta a debater o que for melhor para o país.

Em discurso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, agradeceu ao secretário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy - autor do projeto que deu origem ao texto aprovado pelo Congresso. E pediu ao STF para ser o guardião da reforma :

- Apelo ao presidente do STF, porque a partir deste momento a emenda constitucional tem um guardião, que é o Supremo, para que a emenda seja recebida

com a generosidade que ela merece.

O ministro disse que a reforma é perfeita porque foi feita sob a democracia.

- Muitos dizem que a reforma é imperfeita. Isso aqui é um vetor de muitas vontades, disputas. Ela é perfeita, porque ela foi feita na democracia.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet , agradeceu ao presidente do Senado por tê-la convidado para compor a mesa, sendo a única mulher nessa posição.

- Falam que essa reforma é da indústria. É verdade. Mas é a reforma do emprego e da renda. Vai dar dignidade ao povo. É a reforma dos mais pobres. Ela é a mãe de todas as reformas. Ela é a reforma das mulheres, porque é a mulher pobre que precisa colocar comida na mesa. É a mulher que é a primeira a perder o emprego.

(Colaborou Eliane Oliveira)

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/21/pr-omulgada-reforma-tributaria-ainda-precisa-de-regulamentacao-para-definir-aliquota-de-novo-imposto.ghtml>

Recuperar grau de investimento é uma meta tangível

Editorial

Embora esperada, a elevação da nota do Brasil pela agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) traz motivos para celebração. É a primeira melhora na avaliação da agência em 12 anos e a primeira desde a perda do grau de investimento em 2015, em razão da política econômica desastrosa do governo Dilma Rousseff. Mas a notícia precisa ser entendida em sua real dimensão: o Brasil ainda precisa subir dois degraus na escala das agências de risco para recuperar o selo de bom pagador capaz de atrair investimentos em larga escala. Por enquanto, estamos no patamar que as agências classificam como "especulativo".

A S&P foi mais conservadora que as agências Moody's e Fitch, que elevaram a nota brasileira no meio do ano (também sem tirar o país do grau especulativo). Preferiu esperar pela aprovação da **reforma tributária**. Em nota, a S&P elogiou a conquista e antecipou que poderá voltar a elevar a nota nos próximos dois anos. Avisou, porém, que políticas que levem à "deterioração fiscal e a uma carga de endividamento acima das expectativas" poderão significar revisão da nota para baixo.

A conquista do grau de investimento em 2008 se apoiava na política responsável do primeiro governo Lula. Agora, o mercado deposita confiança no trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem conseguido levar adiante a agenda de equilíbrio nas contas públicas, a despeito de resistências no próprio PT. A melhoria na percepção do risco brasileiro também deriva de aperfeiçoamentos institucionais de vários governos: a reforma trabalhista de Michel **Temer**, a autonomia do Banco Central de Jair Bolsonaro e, agora, a **reforma tributária** do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de todos esses avanços, falta muito para o Brasil voltar a ser avaliado como um país de alta qualidade para os investidores.

Recuperar o grau de investimento teria enorme significado para uma economia carente de capital como a brasileira. Grandes fundos de pensão com atuação global são autorizados a comprar títulos apenas de países com esse selo. Com o aumento na demanda por papéis brasileiros, o impacto seria sentido imediatamente nos juros, pois o governo

poderia praticar taxas mais baixas para captar dinheiro.

Apesar da boa notícia, autoridades reclamam que um país com mais de US\$ 300 bilhões em reservas internacionais e baixo endividamento externo merecia tratamento melhor. Para avaliar as expectativas, porém, as agências consideram a trajetória de longo prazo no endividamento e o compromisso efetivo do governo com boas práticas de política econômica.

A dívida pública brasileira, em torno de 80% do **PIB**, continua alta para uma economia emergente, fragilidade que tem vínculo com a questão fiscal. Ainda persiste dúvida se o novo arcabouço estabilizará a alta no endividamento. Além disso, apesar dos bilhões em reservas, a economia brasileira continua dependente do cenário externo. À menor crise, os investidores correm para títulos seguros de americanos ou europeus, deixando o Brasil às voltas com pressões cambiais e inflacionárias.

Em vez de criticar as agências, o governo deveria manter vigilância sobre a regulamentação da **reforma tributária** e uma política fiscalmente responsável. Se persistir no bom caminho, é apenas questão de tempo o Brasil reconquistar o grau de investimento. Há experiência suficiente em Brasília para não repetir os erros do passado.

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2023/12/recuperar-grau-de-investimento-e-uma-meta-tangivel.ghtml>

Com Reforma Tributária, estados desistem de aumentar ICMS em 2024

O texto da **Reforma Tributária**, promulgado na quarta-feira, vem levando estados a desistirem de aumentar a alíquota padrão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a partir de 2024. Rio Grande do Sul, Espírito Santo e São Paulo decidiram não encaminhar às suas assembleias legislativas projetos para aumentar o percentual cobrado nos estados. Mudanças nas alíquotas precisam de aprovação no ano anterior ao início da cobrança.

Conforme mostrou o Valor, os estados reagiram à retirada do texto final da **Reforma Tributária**, aprovada na semana passada, o artigo que previa como parâmetro para a repartição do futuro IBS (imposto sobre valor agregado que vai resultar da fusão entre ICMS e ISS) a média das receitas om o ICMS entre 2024 e 2028. O texto aprovado desvinculou a divisão dos recursos desse parâmetro.

Francisco Nogueira de Lima Neto, sócio fundador do escritório Gasparini, Nogueira de Lima e Barbosa Advogados, explica que o aumento da alíquota do ICMS era uma estratégia dos estados para aumentar a arrecadação no futuro, estimulados pela inclusão no Senado do parâmetro excluído na Câmara.

- Antes da versão final da **Reforma Tributária**, existia um dispositivo no texto que determinava como seria a distribuição da quantia arrecadada no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Esse imposto seria arrecadado um cofre único do governo e depois repassado. Os estados com maior arrecadação de ICMS entre 2024 e 2028 receberiam mais depois desse período. Mas isso foi retirado do texto e deixou de valer - explica o tributarista.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, anunciou na terça, através da rede social X, que o estado deve manter a alíquota mínima em 17%, revogando o aumento do ICMS. A elevação havia sido embasada por estudo da área técnica da Secretaria da Fazenda que projetou uma perda de R\$ 20 bilhões na arrecadação do Espírito Santo durante o período de transição de sistema tributário. Segundo Casagrande, a mudança no texto na **Reforma Tributária** eliminou esse risco.

"A Câmara dos Deputados aprovou a **Reforma Tributária** no dia 15 de dezembro e retirou o artigo

que previa que a receita futura dos estados seria a média da arrecadação de ICMS de 2024 a 2028. Essa medida eliminou o risco de perdermos receita a partir de 2033. Isso nos possibilitou tomar a decisão, em conjunto com a Assembleia Legislativa, de revogar o aumento de ICMS e manter nossa alíquota em 17%, a menor do Sudeste", postou.

O presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Santos, espera votar a revogação na sessão desta sexta-feira, dia 22.

"Inicialmente votamos uma medida responsável para proteger as finanças do Estado, e agora, com a alteração do artigo 131, vamos votar uma nova medida, garantindo maior competitividade para o Espírito Santo, que terá a menor alíquota na Região Sudeste", destacou o parlamentar.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, também comunicou que o projeto de lei para aumentar o ICMS padrão de 17% para 19,5% iria ser retirado de pauta.

- Em função das perdas de arrecadação que tivemos do ano passado para cá, impostas pela União, depois de uma sequência de reduções de **impostos** que nós fizemos ao longo do nosso governo, nós precisávamos fazer um ajuste na alíquota modal para poder garantir a receita necessária para o estado pagar os serviços que presta à sociedade, num contexto de muita insegurança jurídica gerada pela **Reforma Tributária** (...) Chegamos com a manifestação de muitos parlamentares de não desejarem avançar com essa proposta. Portanto estamos encaminhando a retirada do projeto da Assembleia Legislativa e vamos dar sequência ao plano alternativo para garantir as receitas do estado - declarou em um vídeo divulgado na segunda-feira.

O Estado de São Paulo também informou, ao ser procurado pelo GLOBO, que não vai enviar neste momento qualquer proposta de elevação de alíquota modal.

Para Verônica Gomes da Silva, coordenadora da área de Tax Compliance do Briganti Advogados, a decisão inicial de aumentar a alíquota do ICMS enfrentou resistência tanto em termos políticos, quanto sociais. Em sua visão, a reação negativa da população e a

ausência de consenso político foram determinantes para a reversão dessa decisão nos estados.

- A implementação de planos alternativos, como a revisão de benefícios fiscais no Rio Grande do Sul, ainda destaca a busca por soluções que garantam receitas essenciais sem sobrecarregar os contribuintes. Essa abordagem estratégica reflete a tentativa de equilibrar as finanças estaduais de maneira mais justa e eficaz - acrescenta.

Alguns estados, no entanto, já haviam aprovado o aumento das suas alíquotas a partir de 2024 . Ceará, Distrito Federal e Paraíba, por exemplo, vão sair de 18% para 20%, alta de 2 pontos percentuais. Em Pernambuco, o ICMS modal irá subir de 18% para 20,5%, enquanto em Rondônia passará de 17,5% para 21%.

A reportagem procurou as secretarias de Fazenda de todos esses estados para entender se há algum plano de redução do ICMS após a mudança no texto da **Reforma Tributária**, mas não recebeu resposta.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/21/com-reforma-tributaria-estados-desistem-de-aumentar-icms-em-2024.ghtml>

Reforma promulgada com alteração de última hora mantém tributação em cascata? Veja o que dizem especialistas

Tributaristas, contadores e advogados criticam mudança feita no texto na votação final da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados que permite a **impostos** incidirem na base de cálculo de outros **impostos** no período de transição para o novo regime, entre 2027 e 2032.

Na prática, o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) vai compor a base de cálculo de ICMS e ISS durante o período de transição. O IVA será composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Durante a transição entre os sistemas tributários, os **impostos** locais cobrados hoje (ICMS e ISS) vão conviver com a CBS e o IBS, que juntos vão formar o IVA. O ICMS e o ISS vão decair de percentual a partir de 2029, ao mesmo tempo que a porcentagem de IBS tende a crescer. Os dois modelos, velho e novo, vão conviver ao longo dos anos, até o fim da transição.

Mas a cobrança do imposto velho e do novo sobre cada produto será proporcional, conforme os índices estabelecidos na proposta de emenda constitucional (PEC). Por exemplo, se 90% do preço do produto têm a incidência dos **impostos** antigos, 10% desse valor terão a incidência dos novos **tributos** CBS e IBS.

O relator da **Reforma Tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), garante que não haverá aumento da carga tributária neste processo. Ao contrário, os **impostos** precisarão conviver proporcionalmente na mesma base de cálculo para que um não se sobreponha a outro e aumente a carga total. Ou seja, todos os **impostos** cobrados precisam estar na mesma apuração da base.

Como o sistema hoje é cumulativo, e há imposto sobre imposto, isso permanece durante a transição. A alteração foi feita para manter a arrecadação dos estados e municípios durante o período de transição.

O texto original vedava a possibilidade de o IVA compor a base do ICMS e do ISS.

Segundo o tributarista Ilan Gorin, este é apenas o primeiro efeito colateral da convivência de dois

sistemas tributários por um período. Para ele, embora o governo tenha vendido a ideia de que não haveria mais o pagamento de tributo sobre tributo, há um interesse imediato de aumento de arrecadação.

- A supressão na votação final pela Câmara criou a possibilidade de que o novo IVA faça parte do cálculo do ICMS e do ISS durante o período de transição; e o IPI por um tempo ainda maior. Ou seja, haverá, no meu entendimento, uma cobrança parcial de tributo sobre tributo - explica Gorin.

A contadora Mônica Porto, da plataforma de gestão Omie, lembra que hoje o ICMS já compõe a base de cálculo do próprio ICMS e do ISS. E, embora não houvesse cobrança em cascata com a reforma, essa possibilidade volta ao radar do sistema tributário.

Ela destaca ainda que esse efeito cascata pode gerar judicialização, mas não acredita que isso deva surtir efeito, pois já há essa prerrogativa hoje. Para Mônica, o que existe é a preocupação, segundo os relatores da **Reforma Tributária**, de suavizar a transição para estados e municípios.

- O fato é que muita coisa ainda surgirá quando começarem a elaborar os textos das leis complementares e, com certeza, essa fase de transição será desafiadora para empresários e contadores.

Júlio de Oliveira, sócio das áreas de **Impostos** Indiretos e Contencioso Tributário do escritório Machado Associados, classifica como preocupante a permissão para que o IVA integre a base de cálculo do ICMS e do ISS.

- Assim, neste período longo de transição teríamos este absurdo de um tributo incidir sobre outros **tributos**. Além disso, com a manutenção parcial do IPI (imposto sobre produtos industrializados), poderemos ter este efeito também neste imposto - alerta o especialista.

Para ele, isso vai puxar mais disputas judiciais. E faz críticas:

- O ponto mais decepcionante é ver mais uma questão, que se dizia resolvida pela reforma, ressuscitar das cinzas. O sistema tributário brasileiro antiquado e obsoleto parece ser uma fênix que ressurge das cinzas -crítica Oliveira.

De acordo com Fábio Lunardini, da área Tributária do escritório Peixoto & Cury Advogados, a justificativa para a supressão feita pela Câmara essa incidência já ocorre hoje, e que o IVA é um "valor que apenas transitam pelo resultado, sem pertencer efetivamente à uma pessoa jurídica":

- Tanto é assim que não há essa incidência na base de cálculo do PIS e do Cofins.

Filipe Richter, sócio da área tributária do Veirano Advogados, criticou a mudança. Ele lembra que a PEC da reforma adicionou na Constituição Federal "princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária" e a busca por atenuar "efeitos regressivos".

- E esse aumento em **tributos** sobre o consumo de bens e serviços é perverso e atinge de forma mais impactante a camada mais vulnerável da população - afirma Richter. - Esse tipo de ação legislativa vai na contramão do espírito da reforma. Essa "exceção" que passou na última hora pode facilmente virar uma constante na hora de regulamentar, por meio da legislação complementar.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/21/reforma-tributaria-promulgada-com-alteracao-de-ultima-hora-mantem-tributacao-em-cascata-veja-o-que-dizem-especialistas.ghtml>

Depois de mais de 30 anos de discussão, Congresso promulga texto da reforma tributária

Brasília

/
Bruna Lima e Hellen Leite, do R7, em Brasília

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Bruna Lima e Hellen Leite, do R7, em Brasília

Depois de mais de 30 anos em discussão, o Congresso Nacional promulgou nesta quarta-feira (20) a emenda constitucional da **reforma tributária** numa sessão solene com deputados e senadores. A matéria reformula o sistema tributário brasileiro, que passará a ter três **impostos** em vez de cinco. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do ato.

"Independentemente da postura política, de partidos políticos, esse Congresso Nacional teve que mostrar compromisso com o povo. Com direita, esquerda, mulheres, homens, negros e brancos, [o Congresso] é a cara da sociedade brasileira", afirmou Lula em discurso na cerimônia.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) também comemorou a promulgação. "Esse dia representa o início de um novo país rumo ao progresso. É uma conquista do Congresso Nacional, do povo brasileiro. Por muitos anos, acreditamos que a **reforma tributária**, com todas as suas dificuldades e divergências, e com toda a sua magnitude, não sairia do papel", disse.

A sessão foi marcada por aplausos e vaias a ministros e ao presidente Lula. Ao iniciar o discurso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediu decoro por parte dos parlamentares e apelou para que discussões fossem deixadas para as sessões próprias para esse fim. "É a primeira ampla mudança do sistema tributário nacional feita no regime

democrático. Aqui todas as correntes políticas, linhas de pensamento, puderam expor suas ideias, propostas e objetivos."

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que o resultado da reforma "é um vetor de muitas vontades" e que, por isso, não cabe a análise de "perfeição ou imperfeição". "Ela é perfeita porque foi feita sob a democracia, porque todo mundo foi ouvido e participou e porque contém no seu próprio texto a cláusula da periódica revisão", disse, completando que se trata de uma reforma "perfeita porque é humilde e reconhece que o processo histórico há de torná-la ainda melhor".

Ao situar o papel da reforma para o futuro, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que esta é "a última reforma que faltava para fazer o Brasil realmente crescer, pela primeira vez em 30 anos, acima da média medíocre de 1% ao ano". "É a reforma que vai dar dignidade ao povo brasileiro."

Os novos **impostos** estabelecidos na reforma são:

o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) , que substituirá o ICMS (estadual) e o ISS (municipal);

a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) , que substituirá os **impostos** federais PIS/Pasep, Cofins e IPI; e

o Imposto Seletivo (IS) , que terá cobrança federal e tem o objetivo de desestimular a comercialização de produtos e serviços que prejudiquem a saúde e o meio ambiente.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

As novas alíquotas serão implementadas totalmente apenas em 2033; no entanto, o governo calcula que o

índice deve ficar entre 25% e 27,5%. Se esse cenário se confirmar, o Brasil terá uma das maiores porcentagens do Imposto de Valor Agregado do mundo. Atualmente, a média das taxas praticadas por países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 19,2%.

A definição da alíquota, no entanto, só será feita a partir de 2024, por meio de uma lei complementar, assim como outros temas - por exemplo, itens que vão compor a cesta básica, definição de regimes diferenciados, funcionamento do comitê gestor do IBS e implementação do Imposto Seletivo. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pede a interlocutores que as leis complementares sejam avaliadas de forma simultânea no Congresso e paralelamente à discussão da segunda parte da reforma, focada no Imposto de Renda.

Cesta básica: o texto prevê a criação de uma cesta básica nacional de alimentos que serão isentos de **impostos**. Os produtos ainda serão definidos por uma lei complementar, mas a lista poderá conter itens típicos de cada região.

A Câmara decidiu eliminar a regra criada no Senado que criava uma cesta básica estendida, que contemplaria, por exemplo, produtos de higiene pessoal e de limpeza e que teria desconto de 60% nos **impostos**.

Cashback: a proposta também cria um cashback ("dinheiro de volta", em português), que é uma espécie de crédito adquirido no ato do consumo. Com isso, uma parte do valor será devolvida, seja com depósito em conta, seja na forma de desconto na compra de outro produto.

"Imposto do Pecado": pela proposta aprovada no Congresso, será criado um Imposto Seletivo, chamado de "Imposto do Pecado", com alíquota de 1% sobre produtos com impactos à saúde ou ao meio ambiente, como, por exemplo, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e agrotóxicos.

Durante o debate na Câmara, ficou suprimido do texto o Imposto Seletivo sobre a fabricação, a comercialização e a importação de armas de fogo e munições. O Senado havia incluído essa possibilidade, mas os deputados rejeitaram a proposta.

Zona Franca de Manaus: a área industrial terá a competitividade preservada, com a aplicação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) específico para a região. Na discussão no Senado, o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), chegou a incluir a possibilidade da criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a

Zona Franca; no entanto, a ideia sofreu resistência na Câmara.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Site: <https://noticias.r7.com/brasilia/apos-mais-de-30-anos-em-discussao-congresso-nacional-promulga-texto-da-reforma-tributaria-19122023>

Lula diz que reforma tributária não resolve todos os problemas, mas mostra compromisso com o povo

Brasília

/
Hellen Leite e Bruna Lima, do R7, em Brasília

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Hellen Leite e Bruna Lima, do R7, em Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) elogiou a promulgação da **reforma tributária** e afirmou que a proposta "não resolve todos os problemas", mas é uma demonstração do compromisso do Congresso Nacional com a sociedade. "Independentemente da postura política, de partidos políticos, esse Congresso Nacional teve que mostrar compromisso com o povo. Com direita, esquerda, mulheres, homens, negros e brancos, [o Congresso] é a cara da sociedade brasileira", afirmou o chefe de Estado nesta quarta-feira (20), em um discurso na cerimônia de promulgação da emenda à Constituição.

"É um dia extremamente importante. É importante que vocês guardem na memória o dia 20 de dezembro de 2023, porque todo mundo sabe que todos nós começamos o ano com muita incerteza, incerteza da **inflação** e do crescimento", completou.

A sessão foi marcada por aplausos e vaias a ministros e ao presidente Lula. Ao iniciar o discurso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediu decoro por parte dos parlamentares e apelou para que discussões políticas fossem deixadas para as sessões próprias para esse fim. "É a primeira ampla mudança do sistema tributário nacional feita no regime democrático. Aqui, todas as correntes políticas, linhas de pensamento, puderam expor suas ideias, propostas e objetivos."

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu

WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Os novos **impostos** estabelecidos na reforma são:

o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS (estadual) e o ISS (municipal);

a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá os **impostos** federais PIS/Pasep, Cofins e IPI;

o Imposto Seletivo (IS), que terá cobrança federal e tem o objetivo de desestimular a comercialização de produtos e serviços que prejudiquem a saúde e o meio ambiente.

As novas alíquotas serão implementadas totalmente apenas em 2033; no entanto, o governo calcula que o índice deve ficar entre 25% e 27,5%. Se esse cenário se confirmar, o Brasil terá uma das maiores porcentagens do imposto no mundo. Atualmente, a média das taxas praticadas por países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 19,2%.

A definição da alíquota, no entanto, só será feita a partir de 2024, por meio de uma lei complementar, assim como outros temas - por exemplo, os itens que vão compor a cesta básica, a definição de regimes diferenciados, o funcionamento do comitê gestor do IBS e a implementação do Imposto Seletivo. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pede a interlocutores que as leis complementares sejam avaliadas de forma simultânea no Congresso e paralelamente à discussão da segunda parte da reforma, focada no Imposto de Renda.

Cesta básica: o texto prevê a criação de uma cesta básica nacional de alimentos que será isenta de **impostos**. Os produtos ainda serão definidos por uma lei complementar, mas a lista poderá conter itens

típicos de cada região. A Câmara decidiu eliminar a regra criada no Senado que criava uma cesta básica estendida, que contemplaria, por exemplo, produtos de higiene pessoal e de limpeza e que teria desconto de 60% nos **impostos**.

Cashback: a proposta também estabelece cashback ("dinheiro de volta", em português), uma espécie de crédito adquirido no ato do consumo. Com isso, uma parte do valor será devolvida, seja com depósito em conta, seja na forma de desconto na compra de outro produto.

"Imposto do Pecado": pela proposta aprovada no Congresso, será criado um Imposto Seletivo, chamado de "Imposto do Pecado", com alíquota de 1% sobre produtos com impactos à saúde ou ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e agrotóxicos. Durante o debate na Câmara, ficou suprimido do texto o Imposto Seletivo sobre a fabricação, a comercialização e a importação de armas de fogo e munições. O Senado havia incluído essa possibilidade, mas os deputados rejeitaram a proposta.

Zona Franca de Manaus: a área industrial terá a competitividade preservada, com a aplicação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) específico para a região. Na discussão no Senado, o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), chegou a incluir a possibilidade da criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a Zona Franca; no entanto, a ideia foi derrubada na Câmara.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/lula-diz-que-reforma-tributaria-nao-resolve-todos-os-problemas-mas-mostra-compromisso-com-o-povo-20122023>

Reformas ajudam nota do Brasil, mas dever de casa é grande

21/12/2023 05h02 Atualizado há uma hora

O Brasil ficou mais perto do grau de investimento - o "selo" de bom pagador - ao ter sua nota de crédito soberano elevada pela empresa de rating S P. É uma boa notícia - faltam dois degraus para que o país volte a ter a posição que conquistou em 2008, no segundo governo Lula, e perdeu em 2015, sob gestão da presidente Dilma Rousseff. A aprovação da **reforma tributária** foi o marco que impulsionou a promoção. Nas justificativas para a melhoria da nota, a S P também listou obstáculos que tornam o retorno do país ao grau de investimento uma empreitada difícil. Dois pontos pesam especialmente contra: dívida muito alta e baixo crescimento.

Ao elogiar a **reforma tributária** como mais um passo no caminho do "histórico de pragmatismo político", a decisão traça um continuum de reformas que atravessaram os últimos governos, como a trabalhista, a previdenciária e a autonomia do Banco Central. O governo Lula comemorou a decisão, atribuindo-a à **reforma tributária**, uma mudança histórica, qualitativa e estrutural do sistema de **impostos**. Não poderia ir muito além dessa explicação, porém, porque o PT votou contra todas as outras medidas.

A distância do grau de investimento se mede pela continuidade dos problemas que tolhem o crescimento do país. "O componente ausente tem sido a falta de progresso para lidar com os gastos grandes, rígidos e ineficientes do governo", registra a S P. Quando o Brasil obteve grau de investimento em 2008, lembrou Manuel Orozco, diretor da S P, a dívida líquida era de 45% do **PIB**. Pelas estimativas da empresa, ela chegará a 67% em 2026. "Mesmo assumindo que a situação microeconômica seja melhor hoje que em 2008, em função das reformas feitas, o Brasil ainda assim precisaria de uma situação fiscal melhor do que a que tem", disse. O país, segundo a S P, tem demonstrado um progresso "lento e desigual" na resolução de seus desequilíbrios fiscais e econômicos.

A correção dos desajustes fiscais continua problemática hoje. O governo Lula "tem enviado sinais divergentes" sobre o compromisso com o novo regime fiscal. Como os analistas domésticos, a S P projeta déficits nos próximos dois anos. Além disso, o governo tem procurado evitar cortes de gastos e preferido aumento de receitas, que terá algum grau de

frustração. A recuperação de voto do desempate no **Carf** terá resultados "difíceis de se prever", assim como os efeitos dos benefícios do ICMS na base tributável federal, pois haverá "cautela" no tratamento da questão - o texto-base da MP que trata do assunto foi aprovado ontem pelo Senado, faltando avaliar destaque que propõe o fim da retroatividade do litígio.

Para a S P, a forte posição externa do país e a credibilidade da política monetária atenuaram o fraco desempenho fiscal. A política apertada do BC foi capaz de conter a **inflação** e trazê-la de volta para os intervalos definidos pelo regime de metas, apesar das inúmeras contrariedades manifestas em público do presidente Lula e do PT em relação à atuação da autoridade monetária. "A autonomia obtida pelo Banco Central em 2021 tem lhe permitido resistir às pressões políticas e manter a política monetária restritiva", constata a S P.

A boa posição externa do Brasil praticamente não se alterou desde 2008. A composição da dívida, segundo a S P, "mitiga" os riscos da alta carga de endividamento. A dívida interna é inteiramente expressa na moeda local e a parcela nas mãos de não residentes não ultrapassa hoje 10% dos débitos do governo central. A dívida emitida pelas empresas do setor público é inferior a 10% do **PIB**, um "risco limitado", ao contrário dos precatórios potenciais, que, ao redor de 20% do **PIB**, são "passivo contingente significativo". O déficit em conta corrente é baixo - estimativa de 2% do **PIB** entre 2023-2026 - e totalmente financiado por investimento direto. As reservas de US\$ 368 bilhões são tranquilizadoras.

O baixo crescimento da economia dificulta a obtenção do equilíbrio fiscal. Pelos cálculos da S P, a tendência do crescimento médio per capita em 10 anos é de 1,5%, "abaixo da tendência dos governos soberanos na mesma categoria de **PIB**". Segundo Orozco, "o **PIB** per capita, em termos reais, deve chegar em 2024 ao mesmo nível de 2010. Isso mostra a grande dificuldade do Brasil em crescer".

Para o diretor sênior da agência, Sebastian Briozzo, houve surpresa positiva com o crescimento de 3% que deverá se materializar em 2023, mas isso deveria ser algo corriqueiro e não excepcional. "Não deveria ser algo fora do normal para um país com um **PIB** per capita de US\$ 10 mil. Com a estrutura atual fica difícil

o Brasil crescer uns bons anos a 3%, e esse é o desafio", afirmou.

A agência prevê desaceleração da economia, que deve sofrer ainda impacto do menor nível de atividade global. O Brasil deve crescer 1,5% no ano que vem e ter ligeira recuperação para 2% nos dois anos seguintes, nível inferior a países com nível semelhante de desenvolvimento. Enquanto isso, projeta "correção fiscal muito gradual" e permanência de um déficit fiscal elevado. A dívida pública líquida brasileira deve subir de 52,3% do **PIB** no ano passado para perto de 67% em 2026.

Site:

<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2023/12/21/reform-as-ajudam-nota-do-brasil-mas-dever-de-casa-e-grande.ghtml>

Congresso deve discutir fim da reeleição e reforma do Imposto de Renda em 2024, diz Pacheco

Brasília

/
Hellen Leite, do R7, em Brasília

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Hellen Leite, do R7, em Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta quarta-feira (20) que deve pôr em discussão no próximo ano a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a reeleição no Brasil e a reforma do Imposto de Renda (IR). Também devem entrar na pauta a regulamentação da **reforma tributária** e a possibilidade de mandato fixo para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Nós temos uma pauta que considero importante, que é a discussão sobre a reeleição no Brasil. Foi uma emenda Constitucional em 1997 que introduziu a reeleição no Brasil, e eu acho que está no momento de a gente fazer uma reflexão de se isso foi positivo ou não", afirmou Pacheco.

Segundo ele, a PEC que propõe o fim da reeleição tem relação com as propostas discutidas na Casa que tratam do equilíbrio entre os Poderes. "Assim como foi a PEC das decisões monocráticas e a discussão sobre o mandato dos ministros do STF - claramente respeitando o que for vontade da maioria, mas acho que são transformações positivas para a sociedade."

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

A reeleição foi introduzida no cenário político com a aprovação de uma emenda constitucional que permitiu que o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), buscasse um novo mandato. Se aprovada em 2024, a regra que acaba com essa possibilidade só valeria a partir de 2030.

Pautas como a discussão sobre o gasto público e a pauta energética, encabeçada pelo projeto de lei que regulamenta o mercado de créditos de carbono, também devem ser votadas em 2024.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/congresso-deve-discutir-fim-da-reeleicao-e-reforma-do-imposto-de-renda-em-2024-diz-pacheco-20122023>

Reforma tributária deve gerar alocação mais eficiente dos recursos

Por *Marta Watanabe - De São Paulo*

A **reforma tributária** pode surpreender e promete melhorar a produtividade e contribuir para um maior crescimento econômico. Mas uma emenda constitucional tão extensa, que acrescenta mais de 70 páginas à Constituição Federal, pode suscitar muitas disputas judiciais e trazer riscos fiscais à União. A partir de 2024, a reforma requer ainda acompanhamento das leis que criarão os parâmetros do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Essas foram parte das ideias debatidas em evento sobre **reforma tributária** promovido ontem pela Casa Lide em São Paulo.

"É muito importante para o país uma reforma desse tamanho", diz Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda e diretor de estratégia econômica e relações com mercados do Banco Safra. "Acho que das 74 páginas do texto da reforma provavelmente umas 65 ou 70 são para dar conta de todos os detalhes e interesses legítimos da federação de um país grande, complexo e variado", declara. Na essência, diz, a reforma seria muito simples e teria cerca de três páginas se não tivesse que atender essas preocupações.

Mesmo assim, diz, a reforma deve propiciar alocação mais eficiente dos recursos e redução de custo às empresas. Uma das grandes mudanças, destaca, será a mudança do cálculo "infernado" de créditos do atual ICMS. "Basicamente se permitirá [com o IVA] que todos as despesas da empresa, com algumas exceções, gerem crédito, no chamado crédito financeiro, com destaque na nota fiscal. Isso tem um segundo efeito de eficiência extraordinária", avalia Levy. Além de reduzir a litigiosidade, diz, será possível automatizar o processo.

"Inclusive a divisão [de recursos] entre os diferentes níveis de governo, no chamado split. Quando se paga um boleto, cada pedacinho daquele dinheiro vai numa direção e se compensa. Quando tiver agora o crédito financeiro, isso poderá ser feito automaticamente. Empresas e Tesouro vão poder receber o dinheiro mais rápido. Vamos ter uma espécie de pix do lado fiscal", compara Levy. "Obviamente vai ter resistência, mas será um salto extraordinário."

"O Brasil precisa crescer 2,5% a 3% ao ano. Caso

contrário o problema fiscal não tem solução", afirma Levy. Esse nível de crescimento, diz, demanda ganho de produtividade e melhora da alocação do capital, com a melhora do custo de conformidade tributária e do processo de recebimento dos créditos do imposto sobre consumo, de forma automatizada. "Essa é a promessa da reforma."

Para Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda e ex-secretário de Fazenda de São Paulo, haverá ganho de produtividade com a simplificação e maior uniformidade de alíquotas. Com o atual ICMS, diz, cada Estado tem uma alíquota e há várias alíquotas dentro do mesmo Estado, o que é um "pesadelo". A reforma, diz, deve equacionar isso, e foi um grande avanço, mas uma oportunidade foi perdida com os tratamentos diferenciados pela tributação zero ou alíquota reduzida. Quanto maior o nível de exceções, lembra, maior alta a alíquota do imposto. "O projeto aprovado no Senado, nesse aspecto, estava pior. Isso melhorou bastante na Câmara, mas ainda assim teremos uma taxa entre 26% e 27%. Antes seria 28%, agora em torno de 27%, mas ainda assim é uma das taxas mais altas do mundo."

A promulgação da reforma é um avanço histórico, mas entre os riscos embutidos há a possibilidade de a alíquota do IVA ficar mais alta que o necessário porque "há um buraco nas contas que precisa ser financiado", avalia Caio Megale, economista-chefe da XP. Há também, diz, risco de pressão fiscal para a União ao longo do tempo. "O custo ficou salgado para compensação a Estados e fundos".

"Estamos em meio a um turbilhão tributário", diz Megale, lembrando que além da reforma da tributação do consumo, espera-se também a reforma do Imposto de Renda. Ao mesmo tempo há as medidas tributárias do governo para o ajuste fiscal.

A economista Zeina Latif lembra um ponto de atenção em 2024, quando começará a discussão das leis complementares à reforma do IVA. As eleições municipais, diz, podem limitar a agenda do Congresso. Mais à frente, diz, "talvez a gente se surpreenda com o resultado da reforma". Ela compara com as reformas trabalhistas no governo de Michel **Temer**, "tanto a terceirização quanto a flexibilização da CLT". Quando foram aprovadas havia muito ceticismo e hoje a gente se surpreende com o impacto, tema dos economistas

ao olhar a resiliência do mercado de trabalho."

Com 74 páginas, a emenda da reforma leva muitos detalhes para a Constituição, ressaltando Jorge Rachid, ex-secretário da Receita. Ele vê, à frente, grande risco de instabilidade e lembra que o "jogo" com o novo IVA começa em 2026 e acaba em 2032. "Até lá vamos conviver com os **tributos** atuais e os problemas já diagnosticados e também com as questões futuras, o que é preocupante."

Para o professor titular de direito financeiro da Universidade de São Paulo (USP) Heleno Torres, a reforma é necessária e é um marco indiscutível, mas "é inaceitável que numa democracia, por desconfiar das federativas e dos atores que fazem parte do processo político, tenhamos que inserir tantas páginas na Constituição para chegarmos ao resultado da **reforma tributária**". Ele lembra que nenhuma Constituição no mundo contempla tamanha extensão de texto e agora isso se amplia mais ainda. "Uma palavra na Constituição leva a processos intermináveis no STF de discussões semânticas."

A quantidade enorme de texto, avalia, levará a discussões sobre a compatibilidade não só entre o texto constitucional e o das leis complementares, mas também sobre a compatibilidade entre a regulamentação, as leis complementares e a Constituição. "Isso dará enorme espaço para judicialização não só por tributaristas, mas por procuradores de Estados e municípios que estarão ávidos para ampliar sua competência e o poder de atração de recursos para o destino ou para fundos correspondentes."

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/12/21/reforma-tributaria-deve-gerar-alocacao-mais-eficiente-dos-recursos.ghtml>

Implementação será iniciada em 2026

Brasília - A implementação dos novos **tributos** começará em 2026, com uma alíquota teste de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS.

Em 2027, PIS e Cofins serão completamente extintos e substituídos pela nova alíquota de referência da CBS. As alíquotas do IPI também seriam zeradas para a entrada em vigor do Imposto Seletivo, com exceção dos bens produzidos na Zona Franca.

A migração dos **impostos** estaduais e municipais para o novo IBS será mais gradual, dada a necessidade de dar segurança jurídica a benefícios já concedidos sob o atual sistema. Por isso, ICMS e ISS serão totalmente extintos apenas em 2033.

Para vencer a disputa entre os estados, Haddad também precisou abrir os cofres da União e injetar recursos em um fundo para bancar novos incentivos regionais, que alcançarão R\$ 60 bilhões a partir de 2043. (Tháisa Oliveira e Renato Machado/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

"Otimistas" do PIB em 2024 apostam em Selic menor e emprego em alta

Marcelo Osakabe

A combinação de Selic menor, mercado de trabalho ainda firme e uma balança comercial ainda sólida, a despeito de uma safra menor, pode ajudar a economia brasileira a superar, pelo quinto ano consecutivo em 2024, as expectativas de crescimento que instituições financeiras e consultorias tinham no fim do ano anterior. Esta é a avaliação de economistas que projetam, neste momento, expansão do **PIB** igual ou superior a 2% no ano que vem, contra 1,5% da mediana das projeções da pesquisa Focus, do BC, que está estacionada neste patamar desde setembro. O FGV Ibre, por exemplo, está mais pessimista, com previsão de alta de 1,4% (ver página A4).

Desde 2020, a surpresa de crescimento do **PIB** acumulada foi da ordem de 5,4 pontos percentuais, nos cálculos do Bradesco. A conta leva em consideração a expectativa de expansão da atividade neste ano de 2,7%-o número oficial será conhecido apenas em março.

"É preciso admitir que nós, economistas, temos errado muito as previsões sobre **PIB**. Parece que tem algo acontecendo que não está sendo capturado pelos modelos", admite Fernando Honorato, economista-chefe do banco. No fim de 2022, sua própria estimativa para a expansão do **PIB** neste ano era de 1%.

Para 2024, a equipe do Bradesco estima que o **PIB** vai crescer 2%, amparado por dois fatores: uma Selic que continuará em queda, que deve aquecer a demanda por bens sensíveis ao crédito e o investimento, e a combinação de um mercado de trabalho ainda resiliente com a continuidade do processo de desinflação, que deve levar a renda disponível das famílias (soma de salários e transferências) a crescer 5% em termos reais.

Adicionalmente, Honorato também cita a crença de que o Brasil vive um novo período de "bônus externo", como o de 2008 a 2013. Naquele período, diz, os superávits comerciais permitiram que o consumo doméstico crescesse acima do **PIB** e também impulsionaram o investimento. "Daquela vez, o bônus foi proporcionado pelo efeito do preço mais alto das commodities. Agora, o efeito vem pela quantidade das exportações, não apenas de grãos, mas de petróleo

também."

A balança comercial também é um dos pilares da projeção acima do consenso de José Carlos Carvalho, economista-chefe da Vinci Partners, que vê o **PIB** em 2,1% em

2024. Ainda que a sua contribuição seja relativamente menor, na esteira de um volume colhido de grãos entre 2% e 3% abaixo do registrado este ano, ela continuará positiva. Em seus cálculos, a contribuição do comércio exterior ao **PIB** vai cair de três pontos percentuais neste ano para perto de um ponto percentual no próximo.

Carvalho pondera que a surpresa positiva do **PIB** tende a ser menor em 2024 do que foi este ano, já que não há uma safra excepcional no horizonte. Ainda assim, vê certo pessimismo embutido nas previsões. "Vamos sair de uma Selic de 13,75% para 9,25%, é uma queda muito grande. Deve fazer reagir aquele consumo que não cresceu, como o sensível à renda. Então toda essa parte de automóveis, linha branca, imóveis pode ir melhor em 2024."

O consumo doméstico também é o carro-chefe da economia brasileira no cenário de David Beker, chefe de economia para o Brasil do Bank of America. Ele vê expansão de 2,2% do **PIB** no ano que vem, ajudado ainda pelos cortes da Selic.

Ele pondera que a projeção de crescimento para 2024 tem viés para baixo, dados os números mais fracos do fim deste ano, que implicam um carregamento estatístico menor adiante. Ainda assim, a visão para 2024 é bem positiva, diz.

"O baixo desemprego é um quebra-cabeça não só aqui, mas no mundo. Essa situação impulsionou muito os serviços no pós-pandemia e acredito que o desempenho do setor possa continuar bom, se o emprego não piorar tanto, o que é nosso cenário."

Como parte do debate sobre surpresas altistas do nível de atividade, corre a discussão sobre uma possível recuperação do **PIB** potencial brasileiro-grosso modo, a capacidade da economia crescer sem pressionar a **inflação**. Há um consenso de que a crise de 2014-2018 derrubou o **PIB** potencial para uma faixa entre 1% e 1,5%. A sequência de surpresas positivas

da atividade, no entanto, fez crescer, entre analistas, a percepção de que esta banda voltou a subir, na esteira da aprovação da agenda de reformas nos últimos anos.

Com base nessa avaliação, a **Pez-co** já trabalha com um **PIB** potencial de 2,5%. "O conjunto de mudanças dos últimos anos melhorou o ambiente de negócios e permite um crescimento mais liderado pelo lado da oferta", diz o diretor da consultoria **Helcio Takecla**.

Ele adota uma projeção ainda cautelosa, de 2% para o **PIB** no ano que vem, mas com viés de alta dado o potencial melhor. Conjunturalmente, também enxerga alguns fatores que apoiam uma perspectiva mais otimista. A desinflação que ocorre mesmo com um mercado de trabalho ainda resiliente é uma delas. Outra é o ciclo de política monetária mais apertada que o esperado.

"Isso, devagarinho, começa aparecer nos números. Acredito que não apenas o consumo sensível ao crédito deve retomar, mas também o investimento em capital fixo", aposta **Takeda**.

"A sensação é que esse 1,5% de alta do **PIB** pelo Focus reflete certa inércia de um pessimismo que é super compreensível se olharmos o que foram aqueles anos pré-covid", diz **Honorato**. Ele pondera ser difícil, com os dados disponíveis no momento, ter certeza sobre se as reformas já teriam surtido o efeito esperado. Por outro lado, como forma de incorporar essa percepção, passou a considerar que o país voltou a acompanhar o ritmo de crescimento mundial.

"Antes de 2014, o país crescia cerca de 80% ou 90% do que o mundo crescia. Isso desaba em 2014 mas na nossa opinião, estamos voltando à normalidade", argumenta. "Pode soar otimismo exagerado? Acredito que não. Com o mundo crescendo 2,7% em 2024, um **PIB** de 2% aqui nos parece um pouco fraco ainda."

Uma economia que continua a surpreender para cima pode, inclusive, evitar que o governo pise no acelerador dos gastos públicos, um receio que sempre ronda as análises em momentos de arrefecimento do ritmo de atividade.

"Um crescimento de 2% deve trazer algum alívio à equipe econômica", nota **Carvalho**, da **Vinci**. Ele observa ainda que boa parte da preocupação relacionada ao fiscal veio da frustração com a arrecadação, algo que não deve se repetir em 2024, já que medidas de desoneração foram revertidas e as receitas devem voltar a andar junto com o crescimento do **PIB**.

Ele observa que o governo ainda tem um trunfo sob a

forma do boom da produção de petróleo brasileiro., com a receita com a comercialização do óleo-lucro. "A presidente **Dilma Rousseff** escolheu o regime de partilha e isso foi ruim na época, porque se recebia menos à vista. O lado bom chega agora, dez anos depois, porque parte do aumento de produção fica com o Tesouro."

A dúvida é se esse crescimento chegará a tempo de acalmar os ânimos em Brasília e dissuadir o Executivo de cair em tentação. O primeiro trimestre deve apontar contração ou até recessão técnica, a depender dos dados do fim de 2023. "O crescimento mesmo, deve ficar aparente só no segundo semestre", admite **Carvalho**, que projeta contração de 0,5% nos primeiros três meses do ano.

Avaliação semelhante faz **Honorato**, do **Bradesco**. "Provavelmente, haverá **PIB** negativo no primeiro trimestre, mas o consumo vai estar em alta, o desemprego ainda baixo e a **inflação** comportada. Com os juros caindo, acho que a cobrança do mundo político se mantém comportada, dando tempo ao ministro da Fazenda levar adiante sua agenda."

"A sensação é que esse 1,5% de alta do **PIB** reflete certa inércia de um pessimismo" **Fernando Honorato**

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231220/>

2024 tem potencial para ser grande ano para a renda fixa, diz BTG

Eduardo Magossi De São Paulo

O ano de 2024 tem potencial para fazer a renda fixa brilhar, apesar da expectativa de que os bancos centrais dos países desenvolvidos comecem a cortar juros, avaliam o sócio e estrategista-chefe do BTG Pactuai, João Scandiuzzi, e o sócio e CIO da área de "portfolio solutions" do banco, Marcelo Santucci, em entrevista ao Valor. "A renda fixa está com retorno muito interessante em relação aos últimos dez, doze anos. Geralmente, em ambiente de corte de juros, os ativos de risco oferecem retornos melhores, mas quando existe também um cenário de desaceleração econômica potencial, o retorno ajustado ao risco da renda fixa fica superior ao da variável", diz Santucci.

Apesar da desaceleração esperada, os profissionais do BTG não trabalham com expectativa de recessão nos EUA. Os executivos reforçaram o cenário de pouso suave da economia americana com que já vinham trabalhando depois dos acenos mais "dovish" (suaves) feitos pelo presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), Jerome Powell, na sua reunião de política monetária de dezembro. Mas não acreditam que o Fed irá cortar os juros tão cedo como o mercado precifica, nem de forma abrupta. "O primeiro corte deve ocorrer entre maio e junho. Um corte em março só seria possível se o relatório de empregos, o "payroll", ficar negativo." Segundo Santucci, o processo de desinflação está em andamento, mas a partir de agora deve ser muito mais lento. Scandiuzzi projeta um índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) de 2,8% no fim de 2024 e um índice de preços de gastos com consumo (PCE) de 2,4%, ambos ainda acima da meta do Fed de 2%. "A convergência para a meta vai acontecer mais em 2025", disse.

Para Scandiuzzi, este processo todo tem sido benigno, por isso a expectativa de pouso suave. "Nos últimos anos, a política fiscal tem sido estimulativa, dando suporte importante à economia, aumentando a renda das famílias em cerca de 4% em termos reais. A indústria manufatureira nos EUA também tem crescido muito, da ordem de 80% ao ano, através de subsídios, trazendo de volta ao país empresas que foram embora. Tudo isso tornou a economia mais resiliente e contrariou a expectativa inicial de recessão este ano." "Um dos fatos de não termos uma recessão é que não houve um choque financeiro que precipitou a piora

econômica, como nas re-cessões de 2008 e 2001. O choque financeiro tem um efeito acelerador que amplifica um pequeno problema econômico em uma contração brutal de crédito", disse. Para Scandiuzzi, hoje é difícil vislumbrar o que seria esse choque financeiro. "Em 2001, havia excesso de alavancagem nas bolsas; em 2008, a contração de crédito não permitiu que famílias e empresas se financiassem. Mas hoje o excesso de dívida está basicamente no setor público, que sempre consegue se financiar." O estrategista vê agora que o enorme déficit fiscal criado para estimular a economia durante a pandemia está atuando como detrator de crescimento. "Também teremos o esgotamento do excesso da poupança das famílias em 2024 e os efeitos defasados da política monetária, o que vai fazer o mercado em algum momento flertar com a ideia de recessão. Se fomos para recessão, vai ser branda, exatamente por não ter excesso de dívida nas famílias e nas empresas. Empresas fizeram refinanciamento ótimo a juros baixos para estender prazos de vencimento. Então os efeitos do aumento de juros estão sendo muito defasados. Quem está com maior desequilíbrio é o setor público, mas não existe uma pressão para um ajuste imediato." Sem recessão, a expectativa é de corte de juros graduais nos EUA. "O primeiro em maio ou junho e depois um por trimestre, ou seja, três cortes de 0,25 ponto percentual em 2024 e mais três em 2025, chegando no fim de 2025 entre 3,75% e 4%", disse. "A justificativa para cortar juros seria a de estar em uma política de juros contracionista e a própria queda da **inflação** faria com que o juro real fosse elevado. É um processo gradual que acompanharia a própria queda de **inflação**, que será lenta." Para Santucci, este cenário é mais desafiador para a renda variável. "O bom resultado do S P 500 este ano foi resultado da economia resiliente americana e da inteligência artificial. Mas no ano que vem esse resultado pode não ser tão exuberante. Normalmente o mercado acionário tem um retorno mais contido até que o cenário se acomode", afirma. Segundo ele, seu portfólio hoje está abaixo do neutro em renda variável e sobre alocado em renda fixa.

O CIO conta que, em renda variável, prefere ações de qualidade de empresas que não precisam ir ao mercado - e evita consumo discricionário e energia. "Setores como o de tecnologia transformacional e de saúde também podem ser positivos por se beneficiar de inteligência artificial", disse. Na renda fixa, Santucci

prioriza títulos corporativos "high grade" de até cinco anos e TIPS (título do Tesouro dos EUA atrelado à **inflação**, similar à NTN-B) curtas, e títulos do Tesouro de 30 anos para calibrar o portfólio.

Os executivos dizem que esse período de corte de juros pode ser positivo para o Brasil. "Se o juro americano ficar em 4% e a Selic em 9,5% ou 10%, uma diferença de 6 pontos percentuais pode ser interessante para o investidor internacional. Além disso, um período de desaceleração também é momento de consolidação, e muitas empresas estrangeiras podem querer investir no país." "Em outros tempos, tudo aquilo que seria um calcanhar de Aquiles para o Brasil está funcionando bem. Fizemos um bom trabalho no controle da **inflação**, dos juros, bom ajuste nas contas externas. Todos esses elementos estão controlados, o que torna o país um bom ativo", avalia Scandiuzzi.

"Retorno ajustado ao risco da renda fixa fica superior ao da variável em cenário de desaceleração" Marcelo Santucci

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/18774>

6

Economia vai andar em ritmo fraco no próximo ano, aponta FGV Ibre

Marsílea Gombata

Sem o super desempenho da agropecuária e com desaceleração de serviços, a economia deve entrar em 2024 com um ritmo fraco, política monetária ainda apertada no âmbito doméstico e uma desaceleração global em curso, alerta o Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Em sua edição de dezembro, o relatório faz um balanço e recalibra as expectativas. Após a revisão da série histórica pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o FGV Ibre alterou a projeção de crescimento do **PIB** em 2023, de 2,7% para 2,9%. Para o ano que vem, a previsão de 1,2% foi revisada para 1,4%.

Depois de forte crescimento no primeiro semestre e começo da desaceleração no terceiro trimestre, o FGV Ibre agora espera estabilidade para o último trimestre do ano, na comparação com o anterior, o que significa uma alta de 2,2% na variação anual.

Com isso, o carregamento estatístico deste ano para o próximo será de 0,3%, ante a herança de 0,9% de 2022 para 2023, estima.

"Nos beneficiamos de um choque de oferta sem precedentes neste ano, com contribuição muito importante da agropecuária e com excelente desempenho da indústria extrativa. Para o lado da atividade, isso foi muito bom", afirma a economista Sílvia Matos, coordenadora do boletim.

O boletim lembra que a economia foi favorecida "por um desempenho extraordinário da agropecuária, além de um expressivo aumento na produção de petróleo bruto, derivados de petróleo, gás e biodiesel", com a participação no **PIB** do setor do agronegócio e do setor extrativo chegando a cerca de um terço.

No cenário de curto prazo, contudo, o FGV Ibre estima forte desaceleração da contribuição das atividades exógenas, que são menos sensíveis à política monetária.

"Pre vemos uma contribuição de apenas 0,5 ponto percentual dessas atividades para a alta do **PIB** do ano que vem, contra 1,6 ponto percentual em 2023",

escrevem Matos e Armando Castelar Pinheiro, no boletim. "A agropecuária, após registrar crescimento recorde neste ano, de quase 16%, deve ter contração de 1,6% em 2024, contribuindo negativamente para o crescimento do **PIB** em 2024, ante cerca de 1 ponto percentual neste ano."

Isso porque é esperado um recuo moderado da produção da soja e uma queda mais pronunciada na produção do milho, o que terá efeitos negativos não apenas na atividade, mas também na **inflação** de alimentos, o que reduz o poder de compra das famílias.

Após um choque desinflacionário externo e doméstico, o recuo da **inflação** foi maior do que o esperado em 2023. Esse quadro contribuiu para o consumo das famílias, que tem crescido em torno 1% em média por trimestre desde meados de 2021, impulsionado por aumento de transferências de renda, reajuste do salário mínimo e melhor desempenho do mercado de trabalho, lembra o boletim.

Matos acrescenta ainda que o setor de commodities agrícolas e energéticas ajudou na arrecadação e contribuiu para o processo de mais atividade e menos **inflação**, o que permitiu a queda dos juros. "Além da desinflação mundial, na parte doméstica houve a queda dos preços de alimentos, o que foi importante para a renda", diz. "Mas a batalha da [des]**inflação** não está totalmente consolidada."

A economista alerta que a **inflação** de alimentos está retomando e a produção agropecuária será pior no ano que vem. "Será um ano, portanto, no qual tudo o que ajudou o poder de compra das famílias deve se reverter", afirma Matos, ao prever **inflação** de alimentação no domicílio em 4,8% em 2024, ante deflação de 1% em 2023.

Matos e Castelar lembram no boletim que a economia brasileira já está em processo de desaceleração neste segundo semestre e que o debate agora se volta para a intensidade desse esfriamento.

"Os desafios para a manutenção do crescimento robusto das atividades cíclicas [aquelas mais sensíveis aos efeitos dos juros] em 2024 são elevados, sobretudo considerando a persistência do aperto monetário, mesmo com as reduções das taxas de

juros nas próximas reuniões do Copom", afirmam.

Na seção sobre atividade, Matos, Marina Garrido e Ana Victória Pelliccione argumentam que, apesar da flexibilização da política monetária iniciada em agosto, o cenário para 2024 é desafiador dado o aumento da incerteza no cenário internacional, assim como os desafios da política fiscal. "Tudo indica um ano com choque de oferta negativo, ao contrário deste ano", alertam.

Comparado a uma alta de 1,4% do **PIB** no primeiro trimestre de 2023, o primeiro trimestre de 2024 deve ter crescimento de 0,1%, ante o trimestre anterior. "Se me perguntarem se o **PIB** do primeiro trimestre pode ser negativo, eu digo que sim. Só não tenho uma previsão negativa para ele ainda porque o setor extrativo continua indo bem", diz Matos.

Na parte sobre política fiscal, o boletim assume um tom otimista, ao escrever sobre "o produtivo ano fiscal e os desafios da equipe econômica".

"O Congresso Nacional aprovou todo o pacote de medidas encaminhadas pelo governo por ocasião da elaboração do orçamento. Na reta final, foram aprovadas a MP 1.185, que tributava os incentivos fiscais de 1CMS, e a **reforma tributária**. Anteriormente, o Congresso aprovava a tributação offshore e de fundos fechados", lembra o economista Manoel Pires, ao afirmar que "é difícil lembrar de um primeiro ano de governo tão produtivo em matéria de política fiscal".

Pires, contudo, ressalta alguns desafios postos para o governo em 2024. O primeiro seria reavaliar o discurso fiscal alavancado em "premissas excessivamente otimistas" diante de um desafio fiscal grande. O segundo seria encontrar espaço político para discutir despesas também. O terceiro seria preencher a agenda que está focada no longo prazo com a **reforma tributária** e o programa de transformação ecológica.

Ele argumenta ser fundamental a apresentação de uma agenda econômica para resolver os problemas de curto prazo, até mesmo para proteger o arcabouço fiscal.

"O arcabouço fiscal é uma legislação permanente", lembra. "Mas parece que o problema maior está na questão das metas. O governo espera que o arcabouço ofereça espaço para que a despesa cresça 2,5% ao ano, enquanto a equipe econômica promete para o mercado que a despesa irá crescer 0,6%. Esse é o conflito que terá que ser resolvido no início do próximo ano." Em sua última edição do ano, o boletim alerta ainda para dois riscos em 2024. O primeiro

advém de um ano eleitoral.

"Além dos riscos climáticos, temos ainda muita incerteza de como o governo vai aceitar uma desaceleração da economia em um ano de eleição municipal", diz o texto. "Entre os principais objetivos de uma regra fiscal, estão o de gerar condições para a estabilização da dívida pública, melhorar a qualidade do gasto público e produzir uma política fiscal anticíclica. Porém, não há certeza que as escolhas do governo vão nessa direção."

O segundo é o de leniência. "Em um contexto de cenário externo favorável, [corremos o risco de ter o] mercado mais leniente com a parte fiscal. O problema é caminharmos para um cenário fiscal pior do que poderíamos ter caso houvesse uma preocupação maior com as contas públicas", alerta Matos. "Então, haverá várias rodadas de incerteza fiscal, o que atrapalhará a queda das taxas de juros."

A economista defende a importância não somente de respeitar, como também fortalecer o arcabouço fiscal. "Caso contrário, ele sofrerá muitos nocautes. E não sabemos se ficará de pé", conclui.

"Se me perguntarem se o **PIB** do 1- trimestre pode ser negativo, eu digo que sim" ^{Silvia Matos}

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231220/>

Maioria dos analistas não recomendou acelerar corte da Selic

Análise Alex Ribeiro São Paulo

A maioria absoluta dos analistas não apenas previa que o Comitê de Política Monetária (Copom) iria sinalizar a manutenção do ritmo de baixa de juros de 0,5 ponto percentual nas duas primeiras reuniões de 2024, mas também recomendava que seguisse nessa toada.

É o que mostra o questionário pré-Copom, ampla pesquisa feita pelo comitê junto a analistas para coletar estimativas sobre as principais variáveis econômicas, além de uma visão qualitativa sobre os riscos no cenário da política monetária.

Apenas 16% recomendam que o Copom faça um corte mais forte de juro, de 0,75 ponto percentual, na reunião de março. Uma proporção ainda menor - 11% - sugeria que essa aceleração ocorresse já no encontro de janeiro.

Na semana passada, o Copom cortou a Selic de 12,25% ao ano para 11,75% ao ano e sinalizou, para as "próximas reuniões", a manutenção do ritmo em 0,5 ponto percentual. Alguns participantes do mercado consideraram a sinalização excessivamente conservadora porque, segundo eles, não levou em conta o cenário de possível corte na taxa básica pelo Federal Reserve (Fed).

O questionário pré-Copom não captura o sentimento do mercado depois do chamado "pivô" na política monetária do Fed, já que a pesquisa foi concluída alguns dias antes desse acontecimento. Mas 80% reconheciam que o ambiente internacional havia melhorado após a reunião de novembro do Copom.

Por que os analistas seguiram não só prevendo, como recomendando, um ritmo de baixa cauteloso pelo Copom depois dessa melhora? O questionário não faz essa pergunta diretamente, mas pede estimativas para dados que são fundamentais na função de reação do BC - ou seja, elementos que serão importantes nas próximas decisões. Essas respostas ajudam a entender o quadro mais geral.

Uma são as projeções de **inflação** do mercado para 2024, cuja mediana subiu de 3,9% para 4% desde a reunião de novembro. Ou seja, apesar dos sinais de melhora na **inflação** corrente, os analistas estão mais

pessimistas nos prognósticos para o próximo ano.

Chama a atenção também que, na visão do mercado, os riscos pendem mais para o lado negativo. As chances de a **inflação** superar 4% em 2024 (30%) são maiores de ficar abaixo do previsto (16%).

Os núcleos de **inflação**, em particular de serviços, foram a grande surpresa nos índices dos últimos meses. Mas, no questionário, a mediana do mercado para a **inflação** subjacente de serviços seguiu parada em 4,2%, entre as reuniões de novembro e de dezembro.

Não é de se admirar que o mercado não prevê grandes progressos nessa área, já que estima que o nível de ociosidade da economia - grande força que baixa a **inflação** de serviços e os núcleos - está em apenas 0,1%. Ou seja, praticamente a economia opera dentro da capacidade. Para o fim de 2024, a mediana das estimativas da ociosidade está em 0,5%.

O pessimismo com a visão do grau de ociosidade da economia tem, como contraface, estimativas ainda bastante conservadoras sobre a capacidade de crescimento da economia sem pressionar a **inflação** (o chamado **PIB** potencial). Está estimado em 1,9% no curto prazo, em 1,8% em dois anos e em 1,9% em cinco anos.

Ou seja: os analistas econômicos não estão comprando muito a tese de que, depois de uma série de reformas econômicas, a velocidade de cruzeiro da economia brasileira pode ter aumentado.

Também dificulta a luta contra a **inflação**, segundo a pesquisa, a reestimativa da taxa de juros mínima que a economia deve operar para começar a ter efeitos na **inflação**. A taxa neutra, que não acelera nem desacelera a **inflação**, foi elevada de 4,8% ao ano para 5% ao ano, em termos reais. A estimativa do BC é que seja de 4,5%.

Por fim, se o cenário internacional melhorou, o risco fiscal ficou pior para 41% dos consultados. Apenas 8% acham que melhorou, e 51% pensam que ficou na mesma.

No conjunto, portanto, o questionário mostra os desafios para o BC colocar a **inflação** na meta, de 3%.

A promessa do comitê é manter j uros restritivos enquanto esse objetivo não for alcançado, junto com a ancoragem das expectativas de inflação do mercado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/18774>

6

Salário mínimo deve subir para R\$ 1.412

O salário mínimo deve ir de R\$ 1.320 neste ano para R\$ 1.412 a partir de janeiro de 2024, com pagamento em fevereiro do ano que vem. O valor representa uma alta mínima de R\$ 92 e ficou abaixo dos R\$ 1.421 estimados pelo governo na proposta de orçamento deste ano.

A medida ainda passará pela análise do presidente Lula (PT).

O valor calculado considera a nova política permanente de valorização do salário mínimo do Governo Federal, já aprovada pelo Congresso Nacional. Pela nova lei, o reajuste corresponde à soma de dois índices: a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses até novembro e o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos dois anos anteriores.

O primeiro fator, relacionado à **inflação**, foi divulgado na semana passada pelo IBGE: 3,85%. A essa variação, se somou o crescimento do **PIB** de 2022 - que totalizou 3% de expansão, de acordo com número já corrigido. Com isso, calcula-se o valor de R\$ 1.412, com número arredondado.

Mecanismos do reajuste

O valor de R\$ 1.412 segue o mesmo patamar previsto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que projeta as bases do Orçamento do próximo ano. O Governo Federal tem até o fim de 2023 para editar o decreto reajustando o salário mínimo.

Ainda no mês de agosto, a gestão de Lula previa que o salário mínimo chegasse a R\$ 1.421 em 2024. O valor, no entanto, não conseguiu se estabelecer por conta dos níveis da **inflação**. Ainda em agosto, o aumento real do salário mínimo foi aprovado pelo Congresso, após medida provisória.

A lei que estabeleceu novas regras para a valorização do mínimo, além de criar uma fórmula para o reajuste, definiu que o valor é implementado por decreto.

Se não houvesse a fórmula de reajuste definida em lei, ainda assim o governo seria obrigado pela Constituição a reajustar o salário mínimo pela **inflação** do período.

Considerando o acumulado de 12 meses até novembro, o valor passaria para R\$ 1.371.

**Site: [https://www.folhape.com.br/edicao-
impressa/2614/21-12-2023/](https://www.folhape.com.br/edicao-
impressa/2614/21-12-2023/)**

Governo deve reajustar o mínimo para R\$ 1.412

O governo deverá reajustar para R\$ 1.412 o salário mínimo de 2024. A medida ainda passará pelo crivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deverá assinar um decreto para atualizar o valor. Hoje o piso nacional é de R\$ 1.320, após o presidente conceder um reajuste adicional a partir de 1º de maio. O petista prometeu, ainda na campanha eleitoral, retomar a política de valorização do mínimo.

O salário básico nacional segue a fórmula de correção que inclui reajuste pela **inflação** dos últimos 12 meses até novembro mais a **variação do PIB** de dois anos antes (neste caso, 2022). O cálculo do salário mínimo de R\$ 1.412 foi confirmado por integrantes das alas política e econômica do governo. Esse é o mesmo patamar previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dá as bases para o Orçamento de 2024. Caso o presidente decida arredondar o valor para cima, a equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) deverá buscar alguma forma de compensação, ou seja, corte de outro tipo de despesa. (AE)

Site: <https://digital.jornalnh.com.br>

Segunda parcela do 13º salário deve injetar R\$ 106 bi na economia

A segunda parcela do 13º salário, que teve como último dia para pagamento nessa quarta-feira (20), deverá injetar R\$ 106,29 bilhões na economia nacional, segundo projeções da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O pagamento das duas parcelas, no entanto, movimentará a economia em R\$ 267,6 bilhões, um aumento de 6,2% em relação ao ano passado, descontada a inflação.

Os gastos no comércio devem liderar o destino dos recursos, totalizando R\$ 37,35 bilhões (35%) neste ano, seguido do abatimento de dívidas, que absorverão 34%, chegando a R\$ 35,97 bilhões. Outros destaques serão os gastos no setor de serviços (R\$ 20,31 bilhões) e poupança (R\$ 12,66 bilhões). No varejo, os segmentos mais impactados pela injeção da segunda parcela do 13º salário em 2023 incluem hiper e supermercados (R\$ 17,15 bilhões), combustíveis e lubrificantes (R\$ 6,13 bilhões), lojas de vestuário e calçados (R\$ 4,47 bilhões) e produtos de farmácia, perfumaria e cosméticos (R\$ 3,86 bilhões).

Com a primeira parcela depositada até 20 de novembro, a segunda metade do 13º salário se destaca como um estímulo importante para o setor comercial na reta final do ano. "A reversão da tendência de priorizar o pagamento de dívidas reflete não apenas a melhora das condições financeiras como também uma mudança no patamar de confiança na economia por parte dos consumidores", avalia o economista da CNC, responsável pela pesquisa, Fabio Bentes.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/21-12-2023-edicao24729/>

PIB cai 1,4% em relação ao 2º trimestre

Minas registrou Produto Interno Bruto (**PIB**) de R\$ 257,8 bilhões no terceiro trimestre de 2023. O valor nominal é 3,2% maior do que o registrado no mesmo trimestre em 2022 (R\$ 249,9 bilhões). No entanto, na comparação com o segundo trimestre de 2023, o **PIB** apresentou variação real de -1,4%. Os números foram apresentados ontem pela Fundação João Pinheiro (FJP).

Segundo o pesquisador da Coordenação de Contas Regionais da FJP, Thiago Almeida, a retração no terceiro trimestre pode ser explicada "pelo resultado trimestral negativo dos subsetores da indústria, de -1,7%". Por outro lado, a produção agropecuária (0,3%) e as atividades de serviços (0,6%) evoluíram positivamente no mesmo período.

O montante alcançado entre julho e setembro deste ano incluiu o valor adicionado das atividades da agricultura, pecuária e produção florestal (R\$ 13,8 bilhões), das indústrias (R\$ 75 bilhões) e dos serviços (R\$ 141,6 bilhões), além dos **impostos** indiretos sobre produtos líquidos de subsídios, que adicionaram R\$ 27,4 bilhões aos preços pagos pelos consumidores.

Na agropecuária, o menor peso da soja e do milho foi compensado pela entrada da cana-de-açúcar, enquanto, na produção agrícola, as previsões de aumentos de 37,6% na terceira safra de feijão, de 31,4% na terceira safra de batata-inglesa e de 105,7% na safra de sorgo também contribuíram para o resultado agregado.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>